Pâmella Passos

Vozes a favor do Golpe!

O discurso anticomunista do Ipês como materialidade de um projeto de classe

mórula
EDITORIAL

Pâmella Passos

Vozes a favor do Golpe!

O discurso anticomunista do Ipês como materialidade de um projeto de classe

mórula
EDITORIAL

Copyright © Pâmella Passos.
Todos os direitos desta edição reservados
à MV Serviços e Editora Ltda.

REVISÃO
Luciana Goiana

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

M122e

Passos, Pâmella, 1983
Vozes a favor do golpe! [recurso eletrônico] : o discurso anticomunista do Ipês como materialidade de um projeto de classe / Pâmella Passos. — 1. ed. — Rio de Janeiro : Mórula, 2017.

recurso digital ; 4 MB.

Formato: ebook
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-65679-56-5 (recurso eletrônico)

1. Brasil – História – Revolução, 1964. 2. Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – História. 3. Movimentos anticomunistas. 4. Brasil – Política e governo. 5. Controle civil e poder militar – Brasil. 6. Livros eletrônicos. I. Título.

17-40679

CDD:981.062
CDU: 94(81)

R. Teotônio Regadas, 26/904 — Lapa — Rio de Janeiro
www.morula.com.br | contato@morula.com.br

NOTA DE LEITURA

O livro a seguir foi fruto de uma pesquisa de Mestrado realizada entre os anos de 2006 e 2008 no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Cabe ressaltar que, ainda que o tema do anticomunismo tenha ganho atualizações no contexto brasileiro nos anos que se seguiram ao encerramento de nossa pesquisa, optamos por preservar para esta publicação as análises e conclusões que chegamos no momento de nossa defesa no início de 2008.

Assim, convidamos todas e todos a atualizarem as questões que levantamos para o contexto pré-golpe de 1964, que nos parecem bastante atuais.

DEDICATÓRIA

A todos que não se calaram e que não se calam. A todos que não aceitaram e que não aceitam. A todos que constroem cotidianamente uma sociedade mais justa igualitária e fraterna.

Aos meus avós Deusdete e Iolanda, que com exemplos cotidianos me ensinaram os significados das palavras força e resistência.

Aos meus pais Gleide e Wellington, torcedores incondicionais, pela eterna confiança e incentivo.

Ao Wesley, pela sua existência, inspiração para seguir a diante.

Ao Lesliê, que "chegando sorrateiro, antes que eu dissesse não, se instalou feito posseiro dentro do meu coração".

À Cecília, que me ensinou o que é amar de verdade, ressignificando meu mundo tornando-o melhor desde a sua chegada.

AGRADECIMENTOS

À professora Lená Menezes, orientadora inesquecível, pelo acolhimento carinhoso durante a trajetória do mestrado, pela orientação atenciosa e pela mão amiga sempre presente nos momentos mais difíceis.

Ao professor Décio Rocha, por suas leituras e contribuições imprescindíveis, que fizeram do caminho pela Análise do Discurso um percurso muito mais que acadêmico.

À professora Adriana Facina, pelas possibilidades de diálogo, pelo olhar rigoroso e pela confiança.

À Marisa Mello pela leitura atenciosa deste trabalho antes que ele fosse publicado como um livro.

À FAPERJ pela concessão da bolsa de pesquisa de mestrado no período de 2006 a 2008.

Ao IFRJ pela concessão de recursos que viabilizaram a publicação deste livro digital.

Ao Grupo de Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça, que com suas atividades e ações implementa a luta contra o esquecimento, afirmando que Resistência é um dom hereditário.

Aos meus familiares mais próximos, pela ausência consentida nos almoços e festas de família, pela paciência de sempre e pela torcida que nunca falha.

ESSA LEMBRANÇA QUE NOS VEM

Essa lembrança que nos vem às vezes
Folha súbita
Que tomba
Abrindo na memória a flor silenciosa
De mil e uma pétalas concêntricas...
Essa lembrança... mas de onde? De quem?
Essa lembrança talvez nem seja nossa,
Mas de alguém que, pensando em nós, só possa
Mandar um eco do seu pensamento
Nessa mensagem pelos céus perdida...
Ai! Tão perdida
Que nem se possa saber mais de quem!

[**MÁRIO QUINTANA**, *ANTOLOGIA POÉTICA*, 1997]

SUMÁRIO

9 PREFÁCIO
O anticomunismo é uma farsa
ADRIANA FACINA

12 APRESENTAÇÃO
LENÁ MEDEIROS DE MENEZES

14 INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1 28 **Uma guerra de palavras: a ordem bipolar no terreno da linguagem**

28 Pra onde vai o Brasil? O contexto internacional e a política externa na ótica ipesiana

41 Anticomunismo brasileiro: origens, matrizes e articulações

48 Usando mitos e medos na esfera política: a produção do inimigo comunista sob o prisma da alteridade

CAPÍTULO 2 56 **A conquista do Estado para além das armas: o Ipês como órgão produtor de consenso**

56 Intelectuais materializando um projeto de classe: a importância do Ipês na conjuntura pré- golpe

65 "Refletindo" ou produzindo a realidade? Estratégias discursivas do Ipês na produção de cenografias de embate

79 Um novo Brasil: pilares de uma sociedade burguesa

CAPÍTULO 3 88 **A construção do "inimigo vermelho" no âmbito discursivo**

88 Aliança entre cristãos e comunistas?! Um perigo a ser combatido

99 Sindicalismo democrático X sindicalismo soviético: a disputa pela organização dos trabalhadores

110 O Ipês na produção de um ideário de democracia: estratégias de legitimação social

118 CONSIDERAÇÕES FINAIS

123 FONTES

124 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PREFÁCIO

O anticomunismo é uma farsa

A famosa frase de Marx que abre o *18 Brumário de Luís Bonaparte* faz referência a uma afirmação de Hegel sobre a tendência dos grandes fatos e personagens se repetirem na história. Mas o autor ressalva que eles aparecem pela primeira vez como tragédia e na segunda como farsa.

O anticomunismo foi uma grande tragédia do século XX. De certo modo, a Guerra Fria foi inventada por ele, já que as forças bélicas dos EUA e seus aliados jamais foram desafiadas pelos armamentos da URSS e do bloco comunista. Em nome do anticomunismo, lutas de libertação anticoloniais, revoluções populares, movimentos de ampliação de direitos de populações subalternizadas foram massacrados. Na América Latina, o medo disseminado pela propaganda anticomunista foi essencial para o sucesso de golpes e ditaduras civis-militares em sufocar movimentos populares em ascensão nas décadas de 1960 e 1970.

Em 1989, a queda do Muro de Berlim anunciava um novo momento histórico. Teóricos conservadores falavam em fim da história e, mesmo no campo da esquerda, não foram poucos os que anunciaram a morte do comunismo como horizonte da utopia. O desaparecimento da maior parte das experiências históricas do socialismo real fez surgir novos inimigos. A tese do Choque de Civilizações, enunciada pelo neoconservador Samuel Huntington no início dos anos 1990, propunha que as diferenças religiosas/civilizacionais substituiriam as ideologias como motivação para conflitos armados mundiais. Em 11 de setembro de 2001 essa tese ganhou força e desdobrou-se em guerras e invasões militares no lado oriental do globo, mas também em suspensão de direitos para os habitantes dos EUA suspeitos de terrorismo.

A guerra ao terror torna-se global, atingindo preferencialmente o mundo muçulmano, ainda que crie um léxico disponível para a repressão a todo e qualquer grupo político de enfrentamento do *status quo*.

No Brasil, os anos 2000 combinaram ascensão de políticas públicas redistributivas e ampliação do consumo pelas camadas populares com o incremento do aparelho militar estatal. A guerra aos pobres, disfarçada de guerra às drogas, gerou um número crescente de cadáveres nas periferias brasileiras. A ampliação de direitos não foi acompanhada pela proteção da vida dos jovens negros e pobres. São esses mesmos jovens que hoje lotam os cárceres brasileiros, mais de meio milhão de presos sob condições desumanas e em permanente risco de vida.

Os anos de governo PT (2003-2016), mesmo com os limites apontados acima, viram ressurgir a farsa anticomunista. Essa farsa foi armada num conluio das forças políticas conservadoras, com a mídia hegemônica e setores da burguesia insatisfeitos, apesar de todas as concessões ao agronegócio, à grande indústria e ao setor financeiro. Ela ocupou o proscênio no segundo governo Dilma e resultou no impeachment da presidenta eleita em 2016. Nas manifestações de rua e nas redes sociais, defensores da democracia e da legalidade foram rotulados de comunistas, o PT foi acusado de ser um partido comunista e apareceu toda a velha retórica associando comunismo e ameaça à família brasileira e seus valores tradicionais. Pautas políticas que podem ser parte de uma agenda política liberal, como o direito de minorias, eram tachadas de comunistas. A questão que fica é como o anticomunismo pode ter tamanha longevidade e permanecer eficaz como instrumento contrarrevolucionário em pleno século XXI? Como ele pode ser acionado para enfrentar uma composição política que timidamente ousou tocar na histórica desigualdade social brasileira? Como a farsa foi atualizada de modo a englobar no manto do comunismo a ser combatido as demandas feministas, antirracistas, anti-LGBTfobia?

O livro de Pâmella Passos é essencial para respondermos a essas questões. A pesquisa histórica empreendida pela autora, ao acompanhar a trama da fundação e atuação do Ipês, nos dá pistas sobre a extrema competência de nossa elite em forjar e atualizar um projeto de dominação eficaz e duradouro.

A preparação do golpe de 1964 precisou da propagação do medo e de uma propaganda que associava o governo João Goulart à corrupção (inclusive moral) e à ameaça comunista. No discurso foi construída a materialidade que as armas sacramentaram. Igreja Católica, mídia hegemônica, empresários, latifundiários, intelectuais organizaram o caminho por onde os tanques triunfaram. As reformas de base foram interrompidas e os problemas que elas almejavam solucionar continuam sem respostas. A brutal desigualdade social brasileira segue firme e capaz de articular novos golpes contra qualquer projeto político que tente desafiá-la, ainda que de modo modesto. Tragédia e farsa a perpetuar um bem sucedido projeto de classe, racista e patriarcal, produzindo permanentemente a morte, em nome de Deus.

ADRIANA FACINA

Foi professora associada de História na Universidade Federal Fluminense (UFF) até 2013, quando ingressou no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

APRESENTAÇÃO

Este livro trata de um tema circunscrito temporalmente, mas sua essência discursiva, o anticomunismo, foi continuamente revisitada ao longo do século XX, surpreendendo, no novo milênio, pelas formas como vem sendo recuperada; como parte do avassalador avanço do neoliberalismo. Nesse enquadramento, a afirmação da autora de que o Ipês deu "materialidade de um projeto de classe" induz o leitor a estabelecer comparações entre o ontem e o hoje.

Vozes a favor do Golpe! caracteriza-se como um texto competente, sério, comprometido com o rigor metodológico que a escrita da História impõe, mas é, também, um texto contundente, escrito por uma historiadora cuja coragem no dizer é um diferencial, bem como sua capacidade em ler o presente e, consequentemente, o passado.

A obra, que se constituiu inicialmente em dissertação de Mestrado, trata de importante conjuntura de nossa recente história política, assim como dos caminhos de alinhamento seguidos pelo Brasil no contexto da Guerra Fria, no qual os comunistas tornaram-se inimigos declarados e o "perigo comunista", motivação para vigilância, controle e repressão sobre muitos brasileiros. O trabalho, porém, vai além, ao considerar a própria "capacidade organizativa das forças conservadoras do país", propondo, assim, o diálogo enriquecedor entre política externa e política interna.

Assumindo declaradamente os acontecimentos de abril de 1964 como golpe, a autora adentra o panorama de golpes de nossa história recente, nos quais o "perigo comunista" assumiu sempre papel de destaque no processo de legitimação da interrupção de mandatos de governantes democraticamente eleitos, em prol da segurança nacional ou da "salvação" do Brasil.

O trabalho de Pâmella mostra-se inovador em alguns aspectos. O principal deles é sua opção por oferecer ao leitor um trabalho cujo objeto central de análise são os discursos que compõem os materiais de propaganda do Ipês. Segundo

a autora, esse foi um projeto que "colaborou [para a] (re)produção de um imaginário anticomunista no Brasil", convergindo "para a '(re)criação' de um medo do comunismo", que acabou por dar sustentação social ao golpe de 1964.

No Brasil — como um pouco por todo o Ocidente — o Ipês teria sido responsável pela construção de um cenário discursivo bipolarizado, no qual "o 'verdadeiro' cidadão brasileiro precisava posicionar-se contra ou a favor do comunismo". Para a análise dessa polarização discursiva, a autora opera, de forma competente, com o conceito de "cenografias de embate" que, guardados os necessários distanciamentos, caminha ao encontro dos "mitos de combate" de que fala Cohn (1998)[1].

Com relação às fontes, Pâmella traz à cena documentos ainda pouco analisados de forma sistemática: resumos taquigráficos de programas televisivos (*Peço a Palavra*, veiculado pela TV Cultura, Canal 2), folhetos anticomunistas e outros. É através deles que a autora se dedica a desvelar o que ela chama de "amplitude da estrutura ipesiana", em sua atuação multifacetada de investimentos propagandísticas nas áreas de educação e da cultura.

O livro permitirá ao leitor acompanhar os meandros discursivos pelos quais o Ipês deu materialidade a um determinado projeto, exercendo, assim, "papel ímpar na legitimação do golpe de 1964". Sua importância, porém, vai mais além, ao permitir uma melhor compreensão de um tempo de conturbações, no qual o deslocamento da Guerra Fria para a América Latina, a partir da guinada comunista da Revolução Cubana, fez ressurgir um agressivo discurso anticomunista e contrarrevolucionário. Por tudo isso, acreditamos que a leitura será gratificante, até porque o passado — analisado por Pâmella, sob o viés discursivo e por meio de algumas práticas políticas —, teima em se fazer passado-presente.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2016

LENÁ MEDEIROS DE MENEZES

Professora Titular de História Contemporânea da UERJ e Pesquisadora visitante
do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da mesma instituição.

[1] In: BULL, M. (comp.). *La teoría del apocalipsis y los fines del mondo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

INTRODUÇÃO

> *Não. Não é o Lula; é uma entidade mais geral que percorre todos os homens do Poder atual. Porque vamos combinar, falando sério, a 'coisa está ficando preta', como proíbe a cartilha 'Politicamente Correta' do governo. Corruptos de direita dançando minueto com 'burros comunistas' estão aí, preparando a volta do 'samba do crioulo doido'.* [**ARNALDO JABOR**, "O INEVITÁVEL ACONTECEU", 2005]

Estudar o anticomunismo no Brasil constitui uma tarefa que pode abarcar todo o século XX, trazendo para a história política brasileira um elemento fundamental para a sua compreensão: a organização das forças conservadoras no país como contraponto ao "perigo vermelho".

Nesse sentido, o papel desempenhado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) ou Ipês[2] é de grande relevância para o entendimento da forma como as forças conservadoras se organizaram nos anos sessenta. Fundado em 1961 e oficializado no ano seguinte, o Instituto atuou como um dos pilares fundamentais da participação civil no golpe civil-militar de 1964, agremiando adeptos para a luta contra o comunismo.

O recorte temporal por nós proposto vai de 1961, ano de fundação do Ipês, até o golpe de 1964. Acreditamos ser esse um período crucial de conturbações políticas que se expressaram no acirramento das polarizações ideológicas. Nesse enquadramento temporal, pretendemos investigar as relações de poder relativas ao tema, buscando discutir as crenças e as representações expressas no material de propaganda produzido pelo Ipês, como parte da luta ideológica que então era travada.

---

[2] Ressaltamos que esta era a grafia utilizada pelo instituto, e que optamos por adotar em nosso trabalho. Recorrendo a uma analogia com a árvore brasileira Ipê, o instituto transforma sua sigla em uma palavra que passa a ser divulgada em seus materiais.

Compreender as vozes presentes nos materiais ipesianos que davam visibilidade ao discurso anticomunista do Instituto, bem como o papel deste na produção de um consenso de classe, ou melhor, da fração da classe dominante que legitimou o golpe de 1964, emerge como objetivo central de nosso trabalho. Mostraremos assim de que forma essas produções foram importantes na construção de um imaginário que se nutriu do medo do comunismo e dos comunistas, alcançando seu auge em abril de 1964 com a deposição de Jango.

Sob esse prisma, vislumbramos como objetivos específicos de nosso trabalho: analisar o caráter do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês), suas relações interinstitucionais, bem como sua estrutura interna de funcionamento; perceber como o projeto da elite brasileira materializou-se no discurso anticomunista dos materiais ipesianos; compreender como tal projeto colaborou na (re)produção de um imaginário anticomunista no Brasil, que convergiu para a (re)criação de um medo do comunismo; refletir acerca da relação entre a produção/divulgação das ideias anticomunistas e anti-Goulart, nos materiais do Ipês, e a legitimação social do golpe de 1964.

Nosso eixo de análise baseia-se em produções textuais impressas: em resumos taquigráficos do programa televisivo *Peço a Palavra*, exibido semanalmente na TV Cultura, Canal 2, e em um folheto especial que aborda a "realidade" de um trabalhador soviético. Esses documentos foram arquivados m dois fundos do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Um intitula-se "Ipês" e foi doado em 1974 pelo General João José Tubino; o outro, pessoal, vincula-se a Paulo Assis Ribeiro, integrante do Instituto e ex-deputado federal. Tais produções permitiram-nos desvendar a amplitude da estrutura ipesiana, que atuava em múltiplas esferas.

Como o historiador debruça-se sobre o passado a partir de instigações trazidas pelo presente, a opção em estudar os episódios que antecedem o golpe de 1964 sob a ótica do anticomunismo explica-se pela significativa presença de discursos anticomunistas nos dias atuais. Ao contrário do que foi propagado, o fim da História não chegou com a derrubada do Muro de Berlim, e as mais incipientes resistências ou alternativas à esquerda são ferozmente combatidas em prol da manutenção do *status quo*. Como podemos perceber na epígrafe, retirada da crônica de Arnaldo Jabor, os comunistas, em pleno ano

de 2005, continuam a ser desqualificados como na década de 1960, na década de 1930 ou mesmo no contexto pós Primeira Guerra Mundial.

Acreditamos ser de suma importância para a historiografia uma maior produção bibliográfica que se debruce sobre o anticomunismo no Brasil, visto que é notória a escassez de material sobre o assunto. Destacamos ainda que o anticomunismo brasileiro possui uma importância fundamental para o entendimento da história política do país, marcada durante o século XX por duas ditaduras: uma civil, na década de 1930, e outra militar, iniciada em 1964 que, em graus e contextos diferentes, tiveram como elemento central de justificativa a luta contra o comunismo.

Nessa perspectiva, buscaremos analisar de que maneira o discurso anticomunista ganhou visibilidade histórica, refletindo sobre as formas pelas quais esse processo influenciou na deposição de João Goulart, resultando posteriormente numa ditadura militar. Partimos da hipótese de que a luta ideológica, que também é travada no plano discursivo, assumiu a forma de um discurso de propaganda, reatualizando um imaginário anticomunista no Brasil. Responsável pela criação do medo do comunismo, tal imaginário, como veremos, serviu como justificativa não só para o golpe, mas também para a instauração e legitimação da ditadura no Brasil, pautada pela Doutrina de Segurança Nacional[3].

Sob essa perspectiva, além das outras já apontadas, estudar o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês) torna-se bastante relevante, sobretudo pela recorrente interpretação, dentre curiosos e mesmo professores de História, de que a ditadura militar no Brasil seria um puro reflexo da Guerra Fria no contexto internacional. Essa formulação, pelo nosso ponto de vista, desconsidera a capacidade organizativa das forças conservadoras do país ao analisar a política interna brasileira a partir tão somente das imposições externas. Foram forças internas, por exemplo, que organizaram em todo o Brasil as

[3] Doutrina ideológica formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG) e que serviu de justificativa para o golpe de 1964, posteriormente em 1968 com o AI-5 assume caráter de lei. A referida doutrina apresentava como objetivo principal a destruição do "inimigo interno" e, para tal, elaborou um sofisticado sistema repressivo do qual o Serviço Nacional de Informações (SNI) emerge como subproduto.

imensas "Marchas da família com Deus pela Liberdade", que pressionaram o governo Goulart, articuladas e viabilizadas pela atuação de institutos, como o Ipês, e indivíduos que não podem ser simplesmente caracterizados como agentes de Washington.

Para além disso, o tipo de abordagem que estamos propondo ganha importância especial quando é verificada a crescente aceitação de uma interpretação, a nosso ver equivocada, de que o golpe de 1964 seria uma reação à iminência de um golpe da esquerda. Ainda que deixemos a análise dos detalhes de tal interpretação para adiante, as perguntas que se colocam são as seguintes: havia de fato a iminência desse golpe? O "inimigo vermelho" era tão perigoso assim?

Entretanto, entrar na discussão sobre a verdadeira interpretação que as forças conservadoras, parte das quais militares, tinham da conjuntura nacional não é nosso objetivo. O que queremos destacar é que, independente das suas crenças (verdadeiras ou não) acerca do potencial da "ameaça bolchevique", era assim que ela era apresentada no plano discursivo: como um perigo real que precisava ser combatido.

Assim, entendemos ser de suma importância para a produção não só historiográfica, mas também para a área de Ciência Política, o estudo do movimento anticomunista. Apesar de marcado pela heterogeneidade, esse movimento teve origem na Igreja, nas Forças Armadas, nos setores economicamente dominantes, possuindo como ponto convergente a luta contra o comunismo.

Elemento-chave no desfecho político de 1964, a produção do medo do comunismo assumiu um papel preponderante na história política brasileira do período. Tal fator aponta-nos a necessidade de refletir acerca da produção do medo na esfera política. Temos como exemplo histórico bastante recente a "luta contra o terrorismo" e seu discurso antiterrorista, repleto de mitos e imagens apocalípticas opondo, como é recorrente na dimensão mítica do político, o Bem e o Mal, o Ocidente e o Oriente.

Nessa perspectiva, acreditamos que as reflexões produzidas em nosso trabalho podem colaborar não somente para uma compreensão mais ampla do golpe de 1964, mas também para pensar a esfera política brasileira nos

séculos XX e XXI sob uma determinada ótica. Ressaltamos, em especial, a questão do anticomunismo no país, que, a nosso ver, continua se fazendo presente, como podemos observar no fragmento abaixo:

> Depois do ataque terrorista aos Estados Unidos tomei conhecimento de que o prefeito de Nova York pedira milhares de sacos funerários para retirar os corpos das vítimas. Para minha estupefação, a pessoa que me deu esta informação não podia esconder sua alegria ao tomar conhecimento da extensão da carnificina. Ficou feliz com a notícia, esfregou as mãos de contentamento, ensaiou alguns passos de dança, abriu um largo sorriso e exclamou: "Pena que não tenha morrido mais gente". Esta pessoa parece normal. No entanto, é comunista, e, naturalmente, eleitor do Lula. Odeia obcecadamente os Estados Unidos, por razões ideológicas, ou melhor, patológicas (Valle, 2007)[4].

Apesar de ter sido produzido no século XXI[5], encontra-se no fragmento destacado os mesmos adjetivos e imagens para caracterizar os "comunistas", recorrentes no discurso anticomunista que atravessou todo o século XX, desde o pós Primeira Guerra, passando pelas décadas de 1930 e 1960. A patologização das ideias comunistas foi estratégia amplamente utilizada nas produções anticomunistas, traduzindo o comunismo como uma doença que precisava ser combatida. É interessante dar relevo à tentativa de associar a imagem dos comunistas à crueldade. Os comunistas do século XXI não "comem criancinhas", mas, como a citação indica, eles riem e ficam felizes com a morte de seus inimigos.

Um problema com o qual nos defrontamos é a própria delimitação de quem seriam os comunistas, repleta de dados como expressa o fragmento citado. Assim, como no contexto pré-64, quando os trabalhistas, petebistas, sindicalistas eram todos associados ao comunismo, percebemos a associação direta entre eleitores de Luís Inácio Lula da Silva e os comunistas, não importando, por exemplo, a aliança do Partido dos Trabalhadores (PT) com o Partido Liberal (PL) para as eleições de 2002.

---

4 TERRA DO VALLE, Huáscar. "O império do ódio". In: http://www.olavodecarvalho.org/convidados/huascar2.htm.

5 O texto encontra-se sem data específica no site.

No que tange à historiografia brasileira, nosso trabalho se insere numa produção de cerca de quatro décadas. Marcelo Badaró Mattos (2005), em um artigo sobre o debate acerca do golpe de 1964, destaca que a discussão sobre as interpretações históricas do episódio em questão fez-se presente em diversos momentos da historiografia brasileira. Para demonstrar tal afirmativa, Mattos propõe um panorama das obras produzidas acerca dessa temática, apresentando quatro períodos da discussão historiográfica sobre o golpe. Segundo o autor, esses podem ser divididos em: "As análises feitas nos primeiros anos da ditadura", "o golpe 20 anos depois", "a historiografia nos seus trinta anos" e "o debate em 2004". Dentre os períodos destacados pelo autor, privilegiaremos o segundo e o quarto momentos, visto que esses contribuem mais diretamente para nosso tema.

O segundo momento de discussão historiográfica sobre 1964 é marcado essencialmente pelas reflexões de René Armand Dreifuss (1981), que constituem uma importante referência para a presente pesquisa. Em sua famosa obra, *1964: A conquista do Estado, Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, Dreifuss faz uma análise inovadora para a época, demonstrando, através de suas pesquisas, a participação das classes economicamente dominantes na construção do golpe de 1964.

Na "Conquista do Estado", Dreifuss faz uma análise do Ipês e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD)[6], como um complexo, analisando-os em conjunto. É importante ressaltar que não discordamos dessa visão de complexo, no entanto para uma melhor análise optamos por focalizar a pesquisa nos materiais de um instituto específico, neste caso o Ipês.

A opção em delimitar nosso foco de análises no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais foi em grande medida impulsionada pela escassez de pesquisas sobre esse órgão. Em poucos anos, o Ipês publicou dezenas de livros, promoveu vários eventos, formulou diversos projetos nacionais, como, por exemplo, o da Reforma Agrária. Parafraseando Caio Navarro de Toledo (1998), o Ipês foi uma fábrica de ideologias, desempenhando um papel estratégico para a incipiente burguesia nacional-associada.

---

[6] A sigla refere-se ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

No ano de 2004, quando se completaram quarenta anos do golpe, muitos debates e seminários foram realizados, constituindo assim o quarto grande momento de discussão historiográfica sobre o tema. Pretendemos, então, dedicar um pouco mais de atenção a esse momento no qual, de acordo com Mattos (2005), algumas interpretações mais recentes foram supervalorizadas, enquanto o acúmulo anterior de reflexões foi negado ou esquecido.

Para retomar algumas leituras trazidas pelo contexto de quarenta anos do golpe, poderíamos partir da seguinte pergunta: João Goulart sofreu uma queda ou derrubada? Uma das questões centrais que permearam esse debate foi se Goulart teria sido derrubado por forças conservadoras, ou se o presidente teria sofrido uma queda, resultante exclusivamente, segundo alguns historiadores, de seus próprios atos e opções políticas?

Em um interessante artigo intitulado *1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo* Caio Navarro de Toledo (2004) faz uma abordagem acerca das discussões que permearam os debates dos quarenta anos do golpe. O autor inicia suas reflexões propondo uma distinção entre duas posturas diferentes acerca do golpe: a da esquerda e a dos militares. Toledo, no entanto, destaca que interpretações revisionistas recentes, de historiadores progressistas, tendem a colaborar com as versões militares. A nosso ver, essas abordagens confundem-se com tais versões.

Uma das interpretações apontadas por Toledo é o trabalho de Jorge Ferreira (2004) que, ao analisar o contexto político brasileiro que precede o golpe, identifica um processo de radicalização tanto da direita, quanto da esquerda. O autor afirma que havia um reduzido compromisso das esquerdas brasileiras com a questão democrática.

Ao fazer tal afirmação o referido autor compartilha das ideias de Argelina Figueiredo (1993), para quem a questão democrática não estava na agenda da direita ou da esquerda. Usando a ideia de uma "coalizão radical pró-reformas", tanto Figueiredo quanto Ferreira procuram demonstrar que a postura radical e inflexível da esquerda contribuiu para o culminar do golpe. No texto *O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil*, o autor procura analisar o papel desempenhado pelas esquerdas na radicalização que teria desencadeado o golpe. Ou seja, Ferreira tem como objetivo demonstrar a

parte de responsabilidade sobre o golpe que, segundo suas pesquisas, cabe às esquerdas.

Podemos identificar distinções, mesmo que tênues, entre os princípios de análises de Figueiredo e de Ferreira. Apesar de suas aproximações, Figueiredo prioriza a análise das opções políticas feitas por Goulart, ou mesmo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ferreira, no entanto, procura demonstrar que esses atores não estavam isolados, não eram radicais somente por características de sua personalidade, ao contrário, representavam interesses, neste caso, da Frente de Mobilização Popular.

Ou seja, sob o prisma de Figueiredo, a incapacidade de articulação e negociação de João Goulart, que não conseguia promover a aprovação de suas propostas no congresso, e sua radicalidade e inépcia para fazer declarações e movimentações políticas somam-se, resultando em modelo explicativo da crise centrado na figura de Jango. Trabalhando por um viés distinto, Ferreira procura demonstrar, através de nomes e números, que os radicalismos de Jango e também de Brizola, figura simbólica e representativa do trabalhismo e da esquerda no período, eram respaldadas por uma significativa parcela da sociedade. Para comprovar essa argumentação o autor descreve as entidades integrantes da Frente de Mobilização Popular (FMP).

É curioso observar que a forma pela qual a FMP é descrita por Ferreira reforça a ideia de que a esquerda encontrava-se extremamente organizada, tendo um amplo lastro social de intervenção. Isso também fica explícito na importância dada na obra do autor ao chamado grupo dos onze[7]. Mas, se esses grupos eram tão perigosos e estavam em pleno vapor, onde estavam em 1º de abril de 1964?

A defesa de que a intervenção de 1964 seria uma reação à iminência de um golpe da esquerda ganhou força nessas interpretações, contribuindo para uma visão de "defesa da legalidade ou da democracia" por muito tempo usada como justificativa para o golpe e a ditadura. Ou ainda, como afirma Toledo, essas

[7] Iniciativa de Brizola, pela qual o político incitava a população a formar grupos de onze pessoas para reunirem-se e discutirem ações e soluções para o país, bem como manterem-se em permanente vigília para identificar um possível golpe dos conservadores.

interpretações acabaram por "levar água para o moinho dos ideólogos que ainda justificam o movimento político militar de 1964" (Toledo, 2004: 34).

Adotamos a perspectiva de que a democracia se fazia presente não só na agenda política da esquerda, mas também em seus planos políticos, por exemplo, através das Reformas de Base. Incentivando uma maior participação popular na esfera política, a esquerda entrava em confronto direto com os setores conservadores da política brasileira. Entendemos assim que a quebra da democracia ocorrida em abril de 1964 foi a derrubada de João Goulart, derrubada essa promovida por uma elite orgânica composta não somente por civis, mas também por setores militares. Ou seja, o golpe que retirou Jango do poder foi um ato da burguesia nacional associada. Foi esse grupo que assumiu o poder em 1964 e continuou no cenário político, participando efetivamente da ditadura que o seguiu.

Pretendemos contribuir, assim, com as reflexões acerca da história política brasileira, delineando possibilidades investigativas que entrelaçam vertentes historiográficas como História Política e História Cultural, proporcionando também experiências interdisciplinares como a relação entre História e Análise do Discurso. Com intuito de atender aos objetivos anteriormente citados, vimos a necessidade de utilizar uma base teórico-metodológica sólida que pudesse nos referenciar. Para tal recorremos a alguns autores dentre os quais, por ora, destacamos alguns, em um breve panorama. Para abordar a questão do imaginário anticomunista e do mito a partir dele criado, utilizamos os trabalhos de Rodrigo Pato Sá Motta (2002) e Lená Medeiros de Menezes (1999). No tocante a Motta, ele nos revela que "o anticomunismo deu origem à constituição de um imaginário próprio, uma conjunção de imagens dedicadas a representar os comunistas e o comunismo" (Motta, 2002: 47), colaborando assim na identificação de elementos desse imaginário presentes nas fontes estudadas.

Assim, trabalhamos com a ideia de um imaginário negativo construído em relação ao comunismo e seus adeptos, fator que contou com a colaboração dos materiais produzidos pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. A construção desse imaginário era fortalecida pela utilização de mitos e imagens apocalípticas recorrentes no imaginário popular e que, por si só, já eram capazes de reacender o medo em cada indivíduo, como podemos perceber na charge a seguir.

Publicada pelo jornal *O Globo* em março de 1964, a charge (apud. Motta, 2006: 168) associa a agricultura russa à imagem de uma caveira, com as mãos vazias, enquanto a agricultura americana e canadense é representada com fartura, esbanjando alimentos. Assim, reatualiza-se um imaginário de fome e miséria sobre a URSS, atrelando-o à questão das reformas de base no Brasil.

Na questão das análises que priorizam os mitos e as representações, nossas referências mais gerais são as obras de Raoul Girardet (1987) e de Jean Delumeau (1989) e os conceitos de constelações mitológicas. São eles também as referências principais da obra de Menezes (1999), que aborda especificamente a questão da Revolução Bolchevique e as representações que ela ensejou, utilizando como fonte a grande imprensa brasileira.

O trabalho de Menezes (1999) torna-se referência específica de nosso trabalho ao abordar o impacto da Revolução Bolchevique no Brasil entre 1917-1921, no plano do imaginário, refletindo acerca do medo que rondava não

somente as terras brasileiras, pois, segundo suas palavras, "um espectro realmente rondou a Europa: o comunismo, ressuscitando medos novos, medos recorrentes e medos muito antigos" (Menezes,1999: 24).

Ao trabalhar a questão do mito, inclusive dos mitos de origem, e as representações sobre o momento que era vivido, Menezes (1999) colabora com nossas reflexões a respeito das apropriações mitológicas no âmbito político, em especial no discurso anticomunista.

O anticomunismo como um Cristo que ressuscita os mortos, ou adormecidos, abre a caixa de Pandora libertando os mais apocalípticos medos que, a partir desse momento, serão utilizados na luta político-ideológica contra o comunismo, estendendo-se ao longo do século XX. É interessante observar que os medos descritos acima, reavivados diante do contexto da Revolução de 1917, permaneceram no imaginário brasileiro, sendo revisitados em maior ou menor grau de acordo com o interesse político do momento.

O discurso presente nos materiais criados pelo Ipês (re)produziam um imaginário sobre o comunismo e seus adeptos, por diversas vezes revisitando medos, mitos, imagens e representações. Com isso, as produções ipesianas travavam no âmbito discursivo, ou ainda no plano simbólico, a luta entre comunistas (sindicalistas, brizolistas, trabalhistas, adeptos de Goulart) e anticomunista (democratas, cristãos, liberais, nacionalistas)[8], construindo um cenário no qual o "verdadeiro" cidadão brasileiro precisava posicionar-se contra ou a favor do comunismo.

O discurso anticomunista produzido pelo Ipês desempenhou, assim, papel ímpar na construção de um medo do comunismo. Medo este, que, a nosso ver, foi capitalizado como justificativa para a deposição de João Goulart. Como exemplo, podemos citar "As Mulheres com Deus pela Família" que, em marcha, saíram às ruas contra o comunismo. Com isso, desfecharam um dos golpes mortais para a derrubada do presidente João Goulart.

Constituem-se também como nossas referências teórico-metodológicas, os escritos do pensador italiano Antonio Gramsci (1988, 1989). Destacamos,

[8] Ao fazer essa divisão tomamos por referência o olhar dos anticomunistas sob a conjuntura do início dos anos 60.

sobretudo, dois conceitos de sua obra: a formulação de "Estado ampliado" e a noção de "intelectual orgânico" que, na produção do autor, tangenciam a disputa de "hegemonia".

Pensando o Estado como uma relação entre a sociedade civil, produtora do consenso, e a sociedade política, clássica executora da coerção, Gramsci constrói um modelo teórico-metodológico através do qual a dominação de um determinado grupo é exercida pela articulação entre consenso e coerção, produzindo a hegemonia. Por "intelectual orgânico", o autor compreende os homens e mulheres que, ao exercer sua função de intelectual, são incorporados aos projetos de determinados grupos sociais, passando a agir no intuito de viabilizá-los.

Como perspectiva central de trabalho adotamos uma abordagem discursiva de pesquisa, referenciada na Análise de Discurso francesa de base enunciativa, dando destaque aos trabalhos de Maingueneau (1997, 2001, 2005). Cabe ressaltar que se trata de uma abordagem teórica e não meramente uma metodologia a ser utilizada no trato de nossas fontes. Cremos que tal ponderação faz-se necessária, visto que muitas de nossas opções, ao longo de nosso percurso, foram norteadas por uma determinada concepção de linguagem que, de maneira ainda que breve, passamos a apresentar ao leitor.

No que diz respeito às relações possíveis entre Análise do Discurso e História, podemos afirmar que essa é uma opção de trabalho vasta e interessante e que tem muito a contribuir para os estudos históricos, visto que, como afirma Bakhtin:

> As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. (...) a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados (Bakhtin, 2004: 41).

Emergindo como uma forma de compreensão e ação sobre o mundo, a linguagem apresenta-se como objeto de estudo bastante pertinente para os que têm como propósito analisar as ações dos Homens no tempo. Acreditamos

ser importante ressaltar que trabalhamos com uma concepção na qual o discurso não é uma transposição mecânica da realidade concreta, abordagem feita pelos estudiosos da Análise de Conteúdo.

A Análise do Discurso (AD) vem responder ao que identificava como sendo certas insuficiências da Análise de Conteúdo, metodologia utilizada por psicólogos e sociólogos, que se pretendia herdeira da Hermenêutica. Romper com tais insuficiências significava extrapolar o ponto de vista segundo o qual a linguagem seria mera representação de um real construído *a priori*. Para tanto, a partir dos anos 1980, autores como Bakhtin inspiram a AD, por meio de um ponto de vista no qual a linguagem é uma forma de ação sobre o mundo.

Deixando de lado, como fez Bakhtin (2004), a noção tradicional a partir da qual o emissor produz uma mensagem acabada e o receptor apenas a acolhe, concordamos com a ideia de que vários elementos atuam nesse cenário, não só do contexto em que a mensagem foi produzida, mas também no que diz respeito ao que já foi dito sobre o assunto. Ou seja, a polifonia é inerente a cada enunciado, pois uma mensagem não tem uma origem única, mas foi produzida por diversas vozes que se atualizam a todo instante.

Avançando no modelo de comunicação exposto acima, Bakhtin propõe a noção de dialogismo, na qual a ideia de alteridade é fundamental na comunicação. Para o autor, os participantes do discurso são enunciadores e co-enunciadores que, ao interagir, constroem o discurso. Na perspectiva do dialogismo bakhtiniano o outro não é apenas um receptor de uma mensagem pronta e acabada, ao contrário, o ouvinte, ou co-enunciador, participa ativamente dessa construção. O ato de compreender uma fala exige necessariamente uma resposta ativa, e não meramente passiva. O ouvinte ao "receber" uma mensagem concorda ou discorda dela, seja com palavras, gestos ou expressões faciais, e por assim ser transforma o próprio locutor, aquele que primeiro emitiu a mensagem, em um respondente de sua mensagem (Flores & Teixeira, 2005: 57).

No que tange à nossa referência na AD adotamos, ao longo de nosso trabalho, pressupostos conceituais como: "interdiscurso", noção pela qual identificamos a heterogeneidade presente em cada enunciado e "prática discursiva", formulação pela qual se rejeita a anterioridade do contexto em relação ao

texto, afirmando que um discurso dá visibilidade a uma determinada comunidade de sustentação produzindo-a simultaneamente.

Ao desdobrarem-se, tais pressupostos teóricos nos fizeram lançar mão de conceitos como o de "cenografia", através do qual podemos compreender as condições de enunciação de um discurso; "gêneros do discurso", definição que colabora no entendimento dos suportes utilizados na produção e divulgação dos enunciados e "discurso relatado", noção teórica que analisa algumas formas de inscrição do outro, tematizando a heterogeneidade dos discursos.

Propomos ao nosso leitor não um aprofundamento nas noções e conceitos da Análise do Discurso, mas sim um percurso por algumas trajetórias possíveis entre História e Análise do Discurso, que cremos serem extremamente produtivas para ambas as disciplinas.

O livro é composto de três capítulos. No primeiro capítulo discutimos a fundação do Ipês no contexto latino-americano de início dos anos 1960, marcado pelo impacto da Guerra Fria, em especial da Revolução Cubana. Abordamos também o anticomunismo brasileiro, suas origens e influências, bem como a relação dos militares no cenário político do subcontinente. Analisamos ainda a produção de mitos e medos na esfera política, destacando a perspectiva de alteridade na produção de identidades.

O segundo capítulo ocupa-se da análise mais sistemática do papel do Ipês sob o prisma gramsciano, encarregando-se de explorar a organização interna do Instituto e analisar suas produções, procurando perceber as cenografias de embates produzidas pelo discurso anticomunista ipesiano, bem como do novo projeto de sociedade que era divulgado em tais materiais.

Partindo de três temáticas distintas: a aliança eleitoral entre cristãos e comunistas, o embate entre sindicalismo "democrático" e sindicalismo soviético (comunista) e a produção de um ideário de democracia, o terceiro capítulo analisa de que maneira o "inimigo vermelho", ou ainda o comunista, foi sendo construído no âmbito discursivo.

Compensados pela bonança de debater um tema tão atual e necessário na história política do Brasil, os desafios do percurso foram superados e hoje se reverberam em imensa expectativa de que nossas reflexões contribuirão na produção historiográfica brasileira sobre o tema.

CAPÍTULO 1

Uma guerra de palavras: a ordem bipolar no terreno da linguagem

...Eu já nem sei mais quem sou desse jeito não se vive Nova Iorque ou Moscou Palestina ou Tel-Aviv...
[**PAULO RICARDO E LUIZ SCHIAVON**, "LIBERDADE/GUERRA FRIA", 1985]

Para onde vai o Brasil? O contexto internacional e a política externa na ótica ipesiana

Ao escolher como epígrafe de nosso primeiro capítulo um trecho da música "Liberdade/Guerra Fria" pretendemos indicar ao leitor que esse acontecimento político desdobrou-se pelos continentes, produzindo as mais diversas reações. Um desses desdobramentos, e talvez o principal deles, foi o acirramento da bipolaridade existente entre Ocidente e Oriente, que se expressa também no fragmento selecionado.

Criado no seio de uma conjuntura internacional marcada pela ordem bipolar que gerou a Guerra Fria, o Ipês não pode ser analisado sem que antes façamos uma discussão, ainda que breve, acerca desse conturbado contexto internacional que, na América Latina, assumiu novos contornos após o alinhamento de Cuba à União Soviética.

Joseph P. Morray (1961), em seu livro *As Origens da Guerra Fria*, através de reflexões teóricas e da análise dos discursos de importantes líderes políticos envolvidos nesses confrontos, como Roosevelt, Churchill, Stalin, procura compreender a gênese da guerra que acirrou a oposição Ocidente X Oriente. O autor chega a afirmar que a lógica bipolar reforçada nesse período é, sobretudo,

travada no plano da linguagem: "Na guerra fria, as palavras adquiriram uma importância sem precedentes como armas" (Morray, 1961: 12).

Sob a ótica de Morray, a Guerra Fria constitui uma guerra de ideologias, ou ainda, como ressalta o autor, uma "olimpíada ideológica". Nesse cenário, o papel principal é desempenhado pelo debate (Morray, 1961: 11). Assim, o confronto entre EUA e URSS deve ser analisado para além dos conflitos "reais" ocorridos nas respectivas áreas de influência, mas também no embate cotidiano entre os discursos dos dois blocos.

Utilizando as proposições de Morray para analisar a realidade brasileira, ou seja, pensando a Guerra Fria como uma guerra de palavras, propomos aprofundar as interpretações relativas à complexidade dos eventos que constituem os antecedentes da ditadura brasileira. Nesse sentido, investigar os discursos anticomunistas produzidos pelo Ipês assume extrema relevância, pois é um Instituto que fala simultaneamente para empresários e trabalhadores.

Fruto de interesses nacionais e de uma conjuntura internacional bastante propícia, o Ipês apresenta dois pilares como base de sua fundação: a Aliança para o Progresso e a encíclica *Mater et Magistra*.

A primeira diz respeito a um programa de ajuda econômica e social desenvolvido pelos EUA e voltado para a América Latina, com o objetivo de conter uma possível disseminação do "ar" revolucionário cubano. A segunda refere-se a uma carta do papa João XXIII, no qual o sumo pontífice faz um chamado a todos os "homens de boa vontade" para que defendam os direitos humanos. Nesse pronunciamento, ele ressalta o papel que devem desempenhar os dirigentes industriais e empresários na defesa da família que, no discurso anticomunista, encontrava-se ameaçada pelo comunismo.

Tal encíclica, além de constituir uma das bases de fundação do Instituto, reaparece em um dos discursos por nós analisado. José Carlos Wagner, presidente da Frente Popular Democrática, ao fazer uma palestra no programa televisivo promovido pelo Ipês, retoma o pronunciamento do Pontífice a fim de abordar a temática de aliança eleitoral entre estudantes católicos e comunistas, nas disputas da União Nacional dos Estudantes (UNE), procurando desqualificar os estudantes da Juventude Universitária Católica (JUC) que implementam tal aliança, como podemos observar no fragmento citado a seguir:

> Ninguém lhes nega a disposição de realmente contribuírem para que se construa neste país uma civilização apoiada e baseada nos princípios normativos cristãos, fixados na "Mater et Magistra" e nas demais encíclicas papais. Não seria realmente o caso de a JUC defender a propriedade privada, a iniciativa privada, os direitos de propriedade, como direitos naturais que alcançam todos os homens e não apenas alguns?[9]

O pronunciamento do Sumo Pontífice é retomado, servindo não somente para demonstrar o que oficialmente a Igreja pensava a respeito da aliança entre os católicos e comunistas, como também para a promoção de um determinado grupo, que concorde com tal reflexão. Faremos em nosso terceiro capítulo uma análise mais aprofundada sobre a referida temática, momento no qual retornaremos a esse fragmento analisando-o mais especificamente.

Desde sua fundação o Instituto refletia a conjuntura vivida, não só nacional marcada pela crise dos anos sessenta, em especial os anos 1961 a 1964, compreendendo da deposição de Jânio Quadros e posse de João Goulart ao golpe, mas também a internacional.

O impacto da Revolução Cubana no continente e o posterior alinhamento de Cuba à União Soviética estavam presentes nas produções ipesianas, sendo em diversos momentos utilizados na desestabilização de Jango.

O final da Segunda Guerra Mundial não trouxe de imediato a "paz tão esperada". Ao contrário, décadas ainda se passariam até que o mundo pudesse afirmar que outra grande guerra não assolaria o planeta, se é que essa afirmação continua verdadeira nos dias atuais, marcados por atentados terroristas e investidas imperialistas sob o *slogan* de "guerra contra o terrorismo". O período que sucedeu à Segunda Guerra, marcado pela Guerra Fria, constitui elemento fundamental para a análise da construção do medo do comunismo no Brasil. Dentre os diversos mitos presentes nos discursos de época, o mito do bem X mal suplantou e perpassou todos eles, expressão de uma lógica dual muito antiga que se reatualizou, na qual capitalismo e comunismo se enfrentavam em uma arena mundial.

---

[9] Arquivo Nacional (AN). Fundo AP50, Caixa 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a Palavra*, exibido em 04/10/1962. p. 2-3.

Para Hobsbawm, a Guerra Fria era fruto de uma crença ocidental que, por mais absurda que fosse, apresentava-se de forma natural após os episódios da Segunda Guerra Mundial. O confronto ideológico entre capitalismo e comunismo reafirmava que a Era da Catástrofe não chegara ao fim, e que o futuro do capitalismo e do liberalismo não estavam de forma alguma assegurados (Hobsbawm, 1995: 228).

Marcada por uma intensa corrida armamentista, pelo equilíbrio baseado no terror, e por feroz disputa por áreas de influência, a polarização entre capitalismo e comunismo amedrontou o mundo por mais de quarenta anos. Se a Guerra Fria colocava em primeiro plano o conflito entre Estados Unidos e União Soviética, tal conflito se desdobrava em disputas regionais nas áreas de influência das respectivas potências mundiais, onde os armamentos convencionais eram consumidos.

A Guerra Fria e seus rumores ocupavam diariamente as páginas dos jornais e dos noticiários televisivos. Manchetes impactantes deixavam a população mundial em uma situação apreensiva, sempre à espera da declaração de uma suposta terceira grande guerra. Os pronunciamentos dos principais líderes políticos eram acompanhados por indivíduos nas mais diferentes partes do mundo, como se deles dependesse o futuro da humanidade, sobre o qual pairava a ameaça de utilização ou não da bomba atômica. O mundo vivia, assim, a iminência de uma guerra nuclear que destruiria a todos.

Importa observar que, apesar de termos conhecimento de que os ataques verbais e noticiários explosivos se davam tanto do lado comunista quanto do capitalista, é sobretudo neste último que recai nossa ênfase. Focalizando nosso trabalho no mundo ocidental, é possível afirmar que, assumindo a forma de um anticomunismo feroz, as forças aliadas, em especial os Estados Unidos, investiram em um superdimensionamento cotidiano da Guerra Fria.

A ideia de um superdimensionamento justifica-se visto que não há registro de uma política oficial de Stalin, ou mesmo do Estado Soviético, de expansão territorial para além das fronteiras já previamente estabelecidas em acordos entre as duas potências rivais (Arrighi, 1996). O significativo dimensionamento dado ao conflito deve-se também ao alto ganho financeiro, que a iminência de uma terceira guerra mundial e a existência do comunismo como grande perigo rendiam principalmente aos Estados Unidos.

No caso brasileiro, essas argumentações serviam para aumentar progressivamente a desestabilização do governo Goulart que, no discurso anticomunista, era aproximado ao comunismo. É importante lembrar que nesse período eram considerados comunistas desde os militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) até os adeptos do trabalhismo e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).

Assim, dois elementos — o comunismo e a "provável" terceira guerra mundial — não somente abalavam as emoções dos cidadãos, principalmente os mais afetados pelas duas guerras anteriores, mas também desestabilizavam fortemente as bolsas de valores e o mercado financeiro, sobretudo no que diz respeito à economia norte-americana.

Como destaca Arrighi, o medo generalizado refletido na histeria pública tornava mais fácil para os presidentes conseguirem, junto ao congresso, as imensas somas necessárias para a implementação da política norte-americana. O anticomunismo, dessa forma, foi genuína e visceralmente popular nos EUA, país fortemente marcado por uma cultura individualista e árduo defensor da empresa privada, conseguindo arrancar suntuosas quantias dos cidadãos norte-americanos, famosos por sua ojeriza a pagar impostos (Arrighi, 1996: 232).

Podemos, assim, analisar a Guerra Fria sob a ótica de seu impacto na economia mundial, em especial na economia norte-americana. Ao abordar a importância econômica desse conflito ideológico, Arrighi ressalta o caráter ficcional dessa guerra, chegando a empregar o termo "invenção" da Guerra Fria. Para o autor, o medo produzido pelo confronto entre comunismo e capitalismo conseguiu o que os cálculos de custo-benefício não tinham como conseguir, ou seja, a produção do medo do comunismo era bem mais lucrativa que muitas medidas estritamente econômicas (Arrighi, 1996: 305).

Compartilhamos das reflexões propostas por Arrighi, pois identificamos que, assim como os "inventores" da Guerra Fria tinham interesses financeiros, os anticomunistas semeavam o medo não somente por sua ojeriza ao comunismo e seus adeptos, mas também por interesses econômicos.

Os reflexos de um mundo bipolar puderam ser sentidos em várias partes do planeta, em especial no chamado Terceiro Mundo, onde após a Segunda

Guerra eclodiram diversos processos de emancipação. A forte violência, caracterizada por mortes e destruições, marcou os confrontos regionalizados com repercussões profundas no campo ideológico.

Entre 1961, data de fundação do Ipês, e 1964, deposição de Goulart, podemos perceber que a conjuntura internacional exerceu forte influência no Brasil, até então alinhado à política norte-americana. Tal fato explica por que um dos aspectos mais atacados da política de Jânio Quadros e, posteriormente, de João Goulart, foi a política externa.

A tão temida Política Externa Independente (PEI) soava aos ouvidos dos anticomunistas como uma aproximação ao perigoso inimigo. Como aprofundaremos mais adiante, após a proclamação do regime comunista em Cuba não caberia ao Brasil o papel da neutralidade, o que, aos olhos dos liberais, significaria colaborar para o avanço do comunismo na América Latina. É o que podemos observar no trecho de uma entrevista com o deputado Padre Godinho, produzida pelo Ipês, quando, ao analisar a política externa brasileira, o entrevistado afirma: "Vejo a política externa do Brasil com grande tristeza. (...) Toda a tradição do Itamarati ameaça ruir por terra..."[10].

Desde o início do século XX, com a Revolução Russa, a possibilidade de um governo baseado nas propostas marxistas e de uma sociedade igualitária tornara-se viável. A existência da URSS era a prova concreta da viabilidade do projeto socialista. A experiência soviética não só alimentou o sonho socialista em outros países, como também incentivou a concretização desse sonho. Com isso, despertou ferozmente a oposição a tudo que pudesse representar aproximação com o modelo socialista vitorioso inicialmente na Rússia e posteriormente implementado na URSS após 1920.

Em 1945, a Europa, destruída, vivenciava o avanço da ordem bipolar. A cortina de ferro denunciada por Churchill avançou da Polônia para a Alemanha. A constituição das duas Alemanhas em 1948/9 foi a expressão maior de um mundo dividido, consagrado posteriormente pela construção do muro de Berlim; símbolo emblemático do confronto entre Ocidente e Oriente.

---

[10] AN. AP50,cx51.Resumo taquigráfico do Programa *Peço a Palavra* exibido em 1º/11/1962. p.4-5.

Nas palavras de Truman, um confronto entre capitalismo e comunismo, ou melhor, entre "democracia" e "ditadura".

Com o passar do tempo, o palco da Guerra Fria não se limitou à Europa. Ao contrário, foi fora dela que os episódios mais sangrentos desse conflito ocorreram. As guerras da Coréia e do Vietnã, bem como a invasão do Afeganistão, entre outros episódios encarregaram-se de espalhar pelo mundo a hostilidade entre os dois sistemas.

Visível após a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria teve na Doutrina Truman e no Plano Marshall elementos vitais de sua constituição nos anos que se estenderam de 1945 a 1965. Sua presença direta na América Latina, entretanto, fez-se mais tardiamente, marcando os anos 1960, da mesma forma que os confrontos no sudeste asiático (Coréia e Indochina) haviam marcado os anos 1950.

Nesses desdobramentos temporais, o discurso anticomunista acompanhou a difusão do comunismo pelo mundo e o fortalecimento das forças de esquerda no chamado "Terceiro Mundo"[11].

Os impactos da Guerra Fria, analisados sob o prisma do continente americano, revelam um processo de internalização do inimigo, ou seja, um movimento de tornar interno o perigo comunista que até então se encontrava distanciado no leste europeu. No que tange à América do Norte, em especial aos EUA, esse processo pode ser exemplificado pelo macartismo, movimentação política pela qual o senador americano Joseph McCarthy incitou uma luta contra o comunismo. O macartismo, datado de meados da década de 50, representou uma verdadeira "caça às bruxas", com a delação transformando-se em atitude patriótica. Os suspeitos de serem simpatizantes do sistema soviético foram presos e perseguidos. Podemos citar como um dos fatos mais famosos desse período a perseguição política movida a Charles Chaplin, acusado de defender as ideias comunistas.

[11] A expressão originou-se do movimento dos não alinhados, organizados a partir da Conferência de Bandung (1955), que teve influência direta na política externa independente adotada no Brasil.

No final da década de 1950 e início de 1960, novos elementos acabariam por fortalecer o clima bipolar no continente americano, em especial no subcontinente latino-americano. Dentre eles podemos destacar a Revolução Cubana em 1959 e a virada comunista em 1961, passando Cuba a demonstrar a existência real de uma "nação subversiva" na América, possibilitando com isso que o medo do comunismo assumisse novas dimensões. A "ameaça bolchevique" a partir de então se tornou mais próxima e real. O sentimento de medo de uma "comunização" do Brasil intensificou-se, sobretudo, após a Revolução Cubana e o alinhamento de Fidel Castro a Moscou. A partir daí o anticomunismo afiou suas garras pois, na visão dos anticomunistas, o "inimigo vermelho" agora estava muito perto de casa.

Nesse novo quadro, a oposição entre capitalismo e comunismo assumiu seu auge na América Latina, cristalizando a bipolarização e exigindo de cada indivíduo a escolha entre um dos dois sistemas colocados em confronto. Os governos latino-americanos passaram a ser cada vez mais pressionados, e essa pressão traduziu-se em declarações enfáticas de alinhamento, como na declaração do ex-presidente da Costa Rica José Figueres:

> Nós latino-americanos, como filhos de espanhóis devemos tratar com os Estados Unidos à base da dignidade. Mas também como espanhóis a base da lealdade. Se os Estados Unidos com toda razão ou só com parte dela, estão em luta com outra grande potência mundial, nós como aliados, devemos-lhes lealdade... Como poderemos explicar a nossa luta contra as ditaduras latino-americanas, se nos unimos com os agentes das ditaduras estranhas? Como poderemos ser aliados dos Estados Unidos dentro de um justo acordo, e ser ao mesmo tempo amigos políticos dos seus inimigos bélicos?[12]

Publicado em jornal de grande circulação no Brasil, o fragmento acima citado nos leva a perceber o empenho do enunciador em desqualificar o movimento cubano de 1959 que, até então, não havia se alinhado oficialmente

[12] Rio de Janeiro. *O Globo*, 06/01/1959. Entrevista dada pelo ex-presidente de Costa Rica, José Figueres, intitulada de "O Comunismo e a América Latina".

à URSS. O entrevistado chega a questionar a legitimidade da Revolução Cubana que se contrapunha à ditadura de Fulgencio Batista, mas que, aos seus olhos, aproximava-se de ditaduras estranhas: as ditaduras comunistas.

Com isso, o enunciador procura construir uma contradição no movimento cubano, pois, após derrotar uma ditadura interna, alinhava-se a uma ditadura externa: a ditadura comunista. É a partir desse momento que cada vez mais será cobrado dos governantes brasileiros um posicionamento em relação à questão cubana. Nesse contexto, manter uma "política externa independente", ou ainda, não concordar plenamente com os EUA, significava, na perspectiva dos anticomunistas, apoiar e incentivar o comunismo na América Latina.

Percebemos com isso que a influência da Revolução Cubana na política brasileira foi muito significativa e, para abordar tal temática, destacamos a dissertação de mestrado defendida por Andréia de Souza Carvalho (2004), na qual a autora propõe uma reflexão acerca das representações da Revolução Cubana na imprensa brasileira. Segundo a autora, a partir de 1959, com a Revolução Cubana, a Guerra Fria na América Latina tomou novos contornos. O inimigo não era apenas externo, ele agora era um "câncer" dentro do corpo da América Latina e precisava ser extirpado.

Após declarar-se adepto do marxismo-leninismo e alinhar Cuba à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Fidel Castro, aos olhos da impressa de caráter anticomunista, passou de "salvador" a "ditador". Ou ainda, como Andréia Carvalho destaca no título de sua dissertação, a Revolução Cubana passou de "salvadora" a "conspiração maligna".

Com seus líderes Fidel Castro e Che Guevara, a Revolução Cubana reacendeu o ideal revolucionário nas esquerdas latino-americanas. Desse modo, reatualizou os imaginários contrarrevolucionários e anticomunistas presentes na América Latina. Cuba passava, assim, não somente a ser um problema para a hegemonia norte-americana no continente, mas também, no âmbito da política interna brasileira, tornava-se uma preocupação a mais para a burguesia nacional.

Como poderemos observar na charge a seguir, a postura política de Fidel Castro era acompanhada com bastante preocupação pelos setores conservadores da política brasileira, com Cuba passando a ser vista como um vírus que ameaçava contagiar a América Latina.

A charge acima, produzida durante o governo de Jango, pela mídia anti-Goulart, em boa parte anticomunista, demonstra que Cuba era uma má influência para o Brasil. Como está exemplificado na charge, Fidel, com suas políticas e ideias comunistas, contaminava gota a gota as águas do rio que iriam desembocar no Brasil. Pacientemente, o comunista cubano formava o rio "vermelho" responsável por disseminar a doutrina comunista por toda a América Latina. É importante lembrar que, no momento em que a charge foi publicada, em janeiro de 1963, o Brasil passava por um período no qual as disputas políticas estavam muito acirradas, devido ao plebiscito que acabou por decidir pelo retorno do regime presidencialista ao país.

Após 1961 Cuba assumiu papel de destaque no comunismo internacional e, consequentemente, transformou-se no principal alvo de ataque do discurso anticomunista na América Latina. Como ressalta Carvalho, a Ilha de Fidel era vista como uma doença pronta a alastrar-se por toda a América,

impondo às demais nações do continente a aliança com os Estados Unidos a fim de protegerem-se do comunismo (Carvalho, 2004: 111).

A presença comunista no Brasil e seu respectivo contraponto, o discurso anticomunista, podem ser identificados desde a fundação do Partido Comunista do Brasil, em 1922, no bojo da ação da III Internacional, ainda que o Brasil somente tenha sido aceito como membro efetivo do Komintern[13] em 1924 (Mazzeo, 1999). Eliminadas as influências anarquistas e fortalecida a posição de Prestes no interior do partido, o alinhamento dos comunistas brasileiros com a URSS ficou evidente para a sociedade brasileira a partir do Levante Comunista de 1935, popularizado como Intentona Comunista[14]. A descoberta do apoio logístico e político soviéticos levou as forças conservadoras do país, através de jornais e panfletos, a fazerem ressurgir uma onda anticomunista que caracterizava o comunismo como algo externo às terras brasileiras.

A política de alianças com a burguesia nacional pôde inclusive ser observada durante o governo Dutra, quando o PCB, segundo Mazzeo (1999), teve um posicionamento não agressivo, chegando a se opor a alguns movimentos de greve. Se a opção política de alianças, porém, parecia estranha a um partido comunista, foi nesse mesmo período que o PCB teve o seu grande crescimento, tornando-se a terceira força eleitoral no país e o maior partido comunista da América Latina.

É importante ressaltar que o rápido crescimento nas fileiras do partido se deu em um contexto internacional marcado pelo acirramento ideológico. Sendo assim, a resposta dada a esse crescimento foi a decretação da ilegalidade do partido, que, de certa forma, teve seus dirigentes surpreendidos pela situação, visto que a política do PCB nesse período caracterizava-se por uma forte aposta na legalidade. Ou seja, o peso eleitoral conquistado pelo PCB, em um dado período da história brasileira, contribuiu significativamente para a

---

13 Comitê internacional pelo qual a União Soviética centralizava os partidos comunistas dos outros países, fazendo com que esses tivessem uma política alinhada com a da URSS.

14 Levante Comunista realizado em 1935, organizado pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e liderado por Luís Carlos Prestes. Tal movimento entra para história com a nomenclatura pejorativa de "Intentona", devido aos interesses do governo Vargas e de seu discurso anticomunista em ridicularizar o movimento.

identificação do comunismo como "perigo vermelho" e, consequentemente, na constituição de um discurso anticomunista agressivo. Esse fato é importante para compreender que a luta contra o comunismo não se deu meramente como "importação" da política externa norte-americana, mas tratou-se de um processo em ebulição no próprio contexto político brasileiro.

Essa reflexão é fundamental para que entendamos o processo político que teve seu início da década de 1960, em especial com o golpe, e perdurou até a década de 1980. Ao falarmos da derrubada de João Goulart e da instauração da Ditadura Militar no país, é fundamental, como já foi assinalado, não perdermos de vista a inserção no contexto internacional da Guerra Fria. Acreditamos ser um equívoco, porém, não dar o mesmo peso de análise às condições político-sociais existentes dentro das fronteiras brasileiras.

Se na esfera internacional os EUA e o bloco capitalista interessavam-se em conter o comunismo e, consequentemente, apoiaram o movimento de 1964 e a ditadura que a ele se seguiu, no âmbito nacional as forças conservadoras orientavam-se no sentido da organização e apoio à derrubada de Jango. O desejo de conter a mobilização popular era cada vez maior, bem como era cada vez maior a necessidade da incipiente e emergente burguesia nacional de capital associado consolidar-se no poder, para além dos postos administrativos, mas também do ponto de vista ideológico, questão que abordaremos mais profundamente no segundo capítulo.

Ainda que a década de 1940 tenha sido destacada como momento importante na organização do PCB, os anos 1950 são fundamentais para o entendimento da ação dos comunistas brasileiros. Segundo Gorender (2003), o desajuste na linha política do partido já existia desde então, agravado pela falta de democracia e pelo stalinismo presentes dentro da organização, fatores esses que contribuíram para o racha entre seus membros em 1962. A breve reflexão acerca da organização dos comunistas, principalmente no que tange ao PCB, nos possibilita um maior entendimento da presença de uma parcela das esquerdas na história política do país no século XX. O comunismo preencheu o imaginário político brasileiro com novas e recorrentes representações não apenas por uma imposição do contexto internacional bipolar, mas por emergir de experiências concretas da sociedade.

No que tange à economia, os anos 1950 e 1960 no Brasil foram marcados por uma ruptura com o modelo econômico anterior, ruptura essa que, segundo Sônia Regina de Mendonça, se dá desde o ano de 1945 (Mendonça, 1986), com um direcionamento econômico que se contrapunha à substituição de importações implementada no Governo Vargas.[15]

Foi a partir dos anos 1950, no entanto, que o país vivenciou a grande entrada de capital estrangeiro. A abertura ao investimento internacional ocorreu de modo bastante intenso, acompanhado de um discurso fortemente nacionalista, que empolgava a todos, principalmente a burguesia nacional.

Nesse período, quando os planos de reconstrução do pós-guerra já estavam concluídos, o capital estrangeiro voltava, novamente, seus interesses para os "países subdesenvolvidos". No caso brasileiro, o setor privilegiado foi o de bens de consumo duráveis que, nesse contexto, recebeu grandes investimentos do capital internacional. É importante destacar o papel do ideal nacionalista, que colocava o trabalhador brasileiro como sujeito num projeto de grandeza nacional, como o "cinquenta anos em cinco". Assim, todos se sentiam responsáveis pelo avanço do país. [16]

Esse papel de formulação ideológica foi muito bem desempenhado pelos políticos de caráter populista[17] que governaram a república entre os anos de 1945 e 1964. Destacamos também a continuidade de um mesmo grupo no poder, nesse mesmo período, através da aliança político-partidária entre o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (Mendonça, 1986).

A década de 1950, dessa forma, é marcante no que tange à concentração de capital nas mãos da burguesia brasileira de capital associado e o seu fortalecimento enquanto classe social com identidade e interesses próprios; interesses esses que, a partir da década seguinte, serão por ela defendidos

---

[15] Esse período da História do Brasil foi marcado por um forte incentivo à industrialização, situação que alterou também as relações sociais no país.

[16] Junto com a produção e entrada em massa de bens de consumo duráveis no país, veio também a propaganda, disseminando uma ideia de prosperidade e de avanço do país, compartilhado por todos.

[17] Apesar das controvérsias acerca do conceito, optamos por utilizá-lo devido ao seu amplo emprego na bibliografia consultada.

com ou sem o apoio das figuras públicas populistas. A década de 1960 ficaria, assim, marcada pela defesa incondicional dos interesses burgueses. Organizada como classe, uma elite orgânica passou a utilizar-se das estruturas ideológicas, fundando institutos como o Ipês e o IBAD, responsáveis pela formulação e propagação de suas ideias, dotados de grande influência e responsabilidade no golpe de 1964 (Dreifuss, 1981).

Para Dreifuss, em inícios da década de 1960, as elites industriais já haviam alcançado um grau de coesão e diferenciação que possibilitava sua atuação de forma mais ou menos autônoma em relação à estrutura coorporativa, afastando-se de projetos nacionalistas que recusassem o capital estrangeiro ou estimulassem a mobilização popular. A partir daí, seu apoio ao pacto populista poderia ser retirado (Dreifuss, 1981: 79). Após dar seus primeiros passos, a burguesia nacional não apenas conseguira consolidar-se, mas era agora uma classe coesa, possuidora de interesses próprios e, mais, muito disposta a lutar por eles. O objetivo final era "conquistar o Estado", nem que para isso fosse necessária uma guerra. Essa guerra, porém, já estava declarada: a Guerra Fria, sendo muito oportuno apropriar-se dela.

Anticomunismo brasileiro: origens, matrizes e articulações

As sucessivas ditaduras que assolaram a América Latina na segunda metade do século XX não podem ser analisadas como simples coincidências temporais. Reflexões teórico-metodológicas a esse respeito são imprescindíveis. Nesse sentido, a obra de Clovis Rossi (1990), intitulada *Militarismo na América Latina*, muito contribuiu para o desenvolvimento de nossas proposições.

Partindo das reflexões de Rossi, percebemos que a história do militarismo na América Latina está visceralmente ligada à história do subcontinente. Ou seja, a forte presença militar na região, segundo o autor, antecede em muito o contexto do século XX. Compartilhamos assim a perspectiva de Rossi (1990) de que a crise do populismo coincide temporalmente com a Guerra Fria, tornando-se mais um elemento de aproximação entre os militares e as

elites latinas. Como também afirma Stepan (1975), os militares, a partir de 1964, saem do papel de árbitros, de poder moderador, e lançam-se ao poder institucionalmente.

O movimento ocorrido em 1º de abril de 1964, como afirma Rossi (1990), constituiu-se como um divisor de águas na história militar da América Latina. Percebe-se a partir desse momento uma drástica alteração na qualidade da intervenção militar no subcontinente, fator que podemos perceber também nas ditaduras dos países vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai.

A segunda metade do século XX, no subcontinente latino-americano, foi marcada por um estreitamento das relações entre civis e militares, sobretudo, entre as elites civis e militares. No caso brasileiro, como aponta Rossi (1990), a Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1948, transformou-se em órgão formulador de ideias e estratégias, perseguindo o objetivo de formar uma elite civil-militar responsável, posteriormente, pelo golpe. O papel desempenhado pela ESG, em nosso ponto de vista, foi significativamente complementado pelo Ipês, instituto do qual faziam parte muitos intelectuais formados pela ESG, que colaboravam nas produções ipesianas de cunho anticomunista.

Refletindo sobre a imagem do comunismo construída pelos anticomunistas, resgatamos a caracterização de Vivian Trias, na qual destaca que o discurso anticomunista "inclui no mesmo saco desde o reformismo de um sindicato até o terrorismo foquista" (apud. Rossi, 1990: 33). Trias destaca ainda que o discurso anticomunista será o cimento que melhor ligará as forças armadas com a burguesia transnacionalizada.

Dessa forma, o anticomunismo posicionou-se como um dos principais elementos para a construção de uma elite orgânica como bloco, principalmente no caso brasileiro, com o discurso anticomunista presente na união entre civis e militares, fornecendo justificativas para a conquista do Estado e assegurando a hegemonia da emergente burguesia nacional de capital associado.

A aliança entre indivíduos e instituições civis e militares na América Latina teve assim como elemento máximo de articulação o discurso anticomunista. No caso brasileiro, essa aliança significou a derrubada de um presidente democraticamente eleito e o início de um período sombrio, marcado por perseguições, assassinatos e torturas.

Ainda refletindo acerca da América Latina sob o prisma da presença/intervenção militar, apontamos a obra de Osvaldo Coggiola (2001) como uma importante leitura. Em seu livro *Governos militares na América Latina*, o autor faz uma análise dos processos ditatoriais no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Chile e na Bolívia, destacando pontos convergentes entre esses processos. No primeiro capítulo do livro, intitulado "Os regimes militares sul-americanos na década de 1960", o autor desenvolve uma análise mais sistemática dos processos ocorridos, num recorte temporal que atende às demandas de nosso trabalho.

Coggiola destaca o papel fundamental da Guerra Fria na legitimação dos golpes que assolaram o subcontinente. Para o autor a bipolarização mundial traduzida na oposição Estados Unidos *versus* Comunismo servia de álibi perfeito para a instauração de golpes e ditaduras militares na América Latina (Coggiola, 2001: 11).

A conjuntura internacional de acirramento entre capitalistas e comunistas repercutia diretamente nos países latino-americanos, tornando cada vez mais intensas as disputas internas em cada país. Assim, a Guerra Fria não entrou no cotidiano latino-americano meramente por imposição internacional, mas também por demanda das elites nacionais, ansiosas por se apropriarem do discurso de confronto em prol de interesses de grupo.

No caso brasileiro, o "álibi ideológico" de combate ao comunismo caía como uma luva nas mãos da incipiente burguesia nacional de capital associado que procurava ocupar seu espaço no poder, produzindo um determinado modelo de sociedade burguesa. Se colocarmos em destaque o Ipês perceberemos que suas produções destinavam-se não somente a combater e desqualificar o comunismo, mas também a produzir um modelo de sociedade.

Nessa discussão, Rodrigo Motta (2002) apresenta inúmeras contribuições. Motta trabalha com a ideia de que a convergência entre os anticomunistas somente se dava na elaboração e implementação de posturas negativas em relação ao adversário comum, o comunismo. Quando se tratava, no entanto, de atitudes positivas, essa coesão não ocorria. Segundo o autor, isso se deve ao fato de o anticomunismo ser composto por um amplo arco que em seu seio abarcava projetos tão díspares quanto o fascismo e o socialismo democrático, ou

mesmo o catolicismo e o liberalismo (Motta, 2002: XIX). A amplitude característica do movimento anticomunista, porém, para o mesmo autor não constitui entrave para uma análise mais sistemática de sua configuração.

Enquanto corrente de ideias, o comunismo já está presente na esfera política no século XIX. Mesmo que sem clareza do seu significado, podemos perceber, em diversos momentos da vida política dos oitocentos, a necessidade da contraposição à força de seu apelo contrário ao individualismo. Foi durante o século XX, porém, breve para alguns e longo para outros, que o "espectro do comunismo" rondou não somente a Europa, mas o mundo.

Com a experiência russa no início do século XX e a fusão do comunismo ao marxismo, a ideia da posse em comum dos meios de produção concretizava-se enquanto alternativa política possível. Acompanhando esse movimento impôs-se o seu contraponto: o anticomunismo. No entanto, se fizermos uma rápida análise nas produções historiográficas, perceberemos uma infinita distância entre os trabalhos que se debruçam sobre o comunismo e os que investigam seu contraponto, o anticomunismo. Se nos circunscrevermos no âmbito da historiografia brasileira identificaremos que essa desproporção é ainda mais acentuada.

Diversas produções investigam a presença e a atuação dos comunistas no país, sobretudo no século XX. Ao fazermos uma busca sobre os trabalhos de cunho histórico que investigam a questão do anticomunismo na história do Brasil, porém, verificamos ser esse um tema ainda pouquíssimo explorado pelos estudos históricos.

Partindo dessa reflexão, destacamos a dissertação de mestrado defendida por Francis Wellington de Barros Andrade (2006), na qual o autor, ao investigar a relação entre a Igreja Católica e o Comunismo, propõe uma sólida discussão acerca do anticomunismo no Brasil. Em seu primeiro capítulo intitulado "O anticomunismo brasileiro em perspectiva historiográfica", Andrade realiza uma intensa pesquisa sobre as obras que abordam a temática do anticomunismo, proporcionando ao seu leitor um panorama amplo do anticomunismo no Brasil.

Andrade apresenta-nos trabalhos como a dissertação defendida em 1986 por José Roberto Martins Ferreira, na qual o autor, sob o prisma do

anticomunismo, investiga os discursos proferidos pelos oficiais do Exército brasileiro, sobretudo nas cerimônias realizadas em homenagem aos oficiais mortos no levante de 1935. Dessa maneira, o trabalho de Ferreira constitui-se como pioneiro na discussão mais específica do anticomunismo no Brasil (Ferreira,1986). A obra, porém, circunscreve-se à área de Ciências Sociais, não preenchendo a lacuna existente na produção historiográfica sobre o tema.

Na tentativa de preencher as lacunas existentes, destacam-se os trabalhos de Rodrigo Patto Sá Motta (2002) e Bethânia Mariani (1998), que em muito contribuíram nas reflexões do presente livro. O primeiro faz uma análise sistemática das características do anticomunismo brasileiro; o segundo, no âmbito da Análise do Discurso, colabora para a compreensão do imaginário anticomunista produzido através dos discursos sobre os comunistas presentes nos jornais. Em seu livro *Em guarda contra o Perigo Vermelho*, Motta investiga o impacto do anticomunismo na política brasileira durante o século XX. Com esse objetivo, o autor faz uma esmiuçada análise das principais características do que reconhecemos como anticomunismo, identificando-o enquanto movimento, ainda que heterogêneo. A questão da heterogeneidade é um ponto enfatizado pelo autor. Para ele, o anticomunismo brasileiro não se constitui como algo homogêneo; ao contrário, o movimento é marcado pela heterogeneidade de suas matrizes, tendo como ponto unificador entre essas bases distintas a luta contra o inimigo em comum.

Com o intuito de investigar o fenômeno anticomunista no Brasil, Motta propõe uma divisão temporal, identificando duas grandes ondas anticomunistas: uma ocorrida entre 1935 e 1937 e outra entre 1961 e 1964. É importante destacar que o autor não trabalha com a ideia de que o anticomunismo só esteve presente na esfera política brasileira nesses dois momentos; ao contrário, ele apenas identifica-os como ocasiões de ápice do discurso anticomunista brasileiro.

A "primeira grande onda anticomunista", como caracteriza Motta, se deu no período do levante, conhecido pejorativamente como "Intentona". A segunda onda, que vai de 1961 a 1964, circunscreve-se na temporalidade por nós abordada e, segundo o autor, nesse momento o anticomunismo deixa o papel secundário reservado a ele até então para ocupar o centro do cenário político.

Motta (2002) observa que as mobilizações anticomunistas também ocorreram durante a década de 1950. No entanto, nesse período, segundo o autor, elas ocupavam um papel secundário no cenário político. Entre 1961 e 1964, porém, o anticomunismo adquiriu um papel preponderante na esfera política brasileira, sendo a fagulha principal a detonar o golpe militar.

No tocante à questão das matrizes ideológicas distintas do anticomunismo brasileiro, Rodrigo Patto S. Motta (2002) destaca o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo. Essa caracterização é importante, pois contribui para a construção de uma análise mais complexa acerca da dimensão desse movimento na sociedade brasileira.

O catolicismo considerava o comunismo como feroz inimigo, pois, ao negar a Igreja, o comunismo ameaçava as bases da mesma. Nesse sentido, os católicos prepararam-se para verdadeiras "cruzadas do século XX", encaradas como a luta contra o perigoso "inimigo vermelho", aquele que traria o Apocalipse. No caso do nacionalismo, a defesa da pátria brasileira justificava e legitimava toda a luta contra os inimigos declarados. No estabelecimento de uma oposição entre o nacional e o estrangeiro, procurava-se caracterizar cada vez mais o comunismo como algo externo à realidade brasileira. Nessa perspectiva, lutar contra o comunismo significava defender o Brasil. Não é por acaso que um dos filmes produzidos pelo Ipês chamava-se *O Brasil precisa de Você*. Esse era um apelo anticomunista e nacionalista que impunha a todos o dever de defender o país contra a "infiltração comunista". Por último, Motta cita o liberalismo, representado, principalmente pelos interesses dos defensores da propriedade privada e, em casos como o do Brasil, pela intervenção estatal especificamente para fortalecer a burguesia nacional, criticando a questão da falta de democracia nos países comunistas, mas sem fazer disso o centro de sua crítica.

Ao propormos a indagação de quem seriam os anticomunistas, faz-se necessária uma análise acerca de quem eram os comunistas. Nesse sentido, nos reportamos a importância da obra de Mariani (1998). Em seu livro *O PCB e a imprensa*, a autora aborda as representações dos comunistas no imaginário jornalístico entre os anos de 1922 e 1989, discutindo a "Eficácia da imprensa sobre o político", título de um de seus capítulos, que tem ênfase no discurso

jornalístico. Percorrendo mais de seis décadas da história política brasileira, a autora nos traz um profundo estudo sobre o discurso forjado acerca do comunismo e de seus adeptos, procurando compreender as formações ideológicas e discursivas que integram a memória política do país.

Partindo das reflexões de Motta (2002: 231) acerca da diversidade de matrizes ideológicas presentes no interior do anticomunismo brasileiro, cremos ser importantíssimo identificar quem são os anticomunistas de nossa pesquisa, ou ainda, quais matrizes ideológicas destacam-se dentro do Ipês. Propomos, com isso, uma reflexão acerca de qual era a principal característica do anticomunismo ipesiano, cabendo a pergunta: era ele um anticomunismo cristão, nacionalista ou liberal? E ainda, qual a matriz ideológica predominante no anticomunismo por ele difundido?

É importante ressaltar que não acreditamos que essas características apresentem-se isoladamente. Ao contrário, em nosso ponto de vista, o anticomunismo brasileiro tem como característica quase constitutiva o entrelaçamento das três matrizes ideológicas enumeradas por Motta (2002). Acreditamos, porém, ser possível identificar como elas se apresentam dentro do Ipês.

Identificar como esses três referenciais — catolicismo, nacionalismo ou liberalismo — destacam-se no referido Instituto é uma tarefa árdua. Para isso, propomos uma distinção metodológica entre o Instituto em si e os materiais por ele produzidos. Ressaltamos o caráter metodológico de tal distinção por compreender que essas esferas estão imbricadas.

Se pensarmos sob o prisma de fundação e formação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais temos essencialmente uma matriz liberal, como aprofundaremos em nosso segundo capítulo, pois entre os fundadores e dirigentes do Ipês estão os principais empresários brasileiros, defensores de uma sociedade liberal. Essa característica, porém, não é predominante nos materiais produzidos pelo Instituto, sobretudo nos materiais mais amplamente divulgados, como é o caso das taquigrafias dos programas televisivos e dos folhetos. Nesses casos, observamos uma presença maior das matrizes católica e nacionalista, possivelmente devido ao seu grande apelo junto aos segmentos populares.

Em qualquer dos casos, entretanto, coloca-se em foco a construção de um imaginário marcado pelo medo. Nessa perspectiva, a questão do mito, recorrentemente presente na História Política, projeta-se como um elemento de força nos discursos produzidos.

Usando mitos e medos na esfera política: a produção do inimigo comunista sob o prisma da alteridade

A questão da alteridade, certamente, assume lugar cativo nesse debate, pois compartilhamos da ideia de que é a partir da relação estabelecida com o outro, seja essa relação de aproximação ou afastamento, que a identidade se constrói.

Diversos autores no âmbito dos estudos multiculturais vêm apontando para a necessidade de uma perspectiva que privilegie o outro em suas análises, contribuindo assim para uma reflexão mais complexa dos processos sociais, seja no campo da historiografia ou não. Acreditamos que tal abordagem tem muito a acrescentar aos estudos históricos, sobretudo, no que tange à História Política, fortemente marcada por enfrentamentos e disputas. A esse respeito podemos destacar a obra de Edward Said *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (2007), em que o autor trabalha com a perspectiva da alteridade para compreender a forma pela qual o Oriente é abordado pelo Ocidente, forma essa que ele irá chamar de orientalismo (Said, 2007: 27).

Em seus estudos, Said (2007) recupera a alteridade presente na representação que o Ocidente faz do Oriente, acrescentando que a relação entre esses "polos" é uma relação de poder, e que o Oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia. Sendo assim, o Oriente, na perspectiva do autor, ajudou a definir a Europa. Analisar a produção da identidade comunista através do discurso anticomunista, nessa perspectiva, requer a compreensão da alteridade como princípio de investigação. Tal afirmativa se torna pertinente ao trabalharmos com a ideia de que ao elaborar a identidade do outro, mitos e medos são recorrentemente revisitados através dos textos produzidos na esfera política.

Na discussão sobre os mitos e as mitologias políticas, a obra de Girardet (1987) traz importantes reflexões teóricas que podem ser aplicadas na análise do anticomunismo no Brasil, contribuindo para um maior aprofundamento desse estudo. Ao investigar o que intitula como História das Ideias Políticas, o autor propõe uma ampliação do campo de pesquisa, enveredando pelo estudo de uma forma específica de imaginário: o imaginário político (Girardet, 1987). A partir de Girardet, trabalhamos com a ideia de que os embates discursivos, ou ainda a luta simbólica através da disputa de imaginário, constituem um importante elemento para a análise da conjuntura dos anos 1960. Como nos diz o já mencionado autor, o mito político constitui-se como fabulação, ou ainda, como uma forma de interpretação do real.

De acordo com Girardet, todo mito político exerce também uma função explicativa, fornecendo elementos para a compreensão do presente. O autor destaca ainda que esse caráter explicativo desdobra-se em um papel de mobilização. Assim, devido a tudo o que veicula de dinamismo profético, o mito atuou de forma ímpar tanto nas origens das Cruzadas quanto nas revoluções (Girardet, 1987).

Aplicando as formulações de Girardet ao discurso anticomunista presente nas produções ipesianas, podemos dizer que o mesmo tinha a finalidade de criar e fortalecer um imaginário político que se contrapusesse às reformas de base propostas por Goulart, incitando a população a combater a "invasão comunista" no país. Tal invasão, na interpretação dos anticomunistas, era facilitada pelo governo Jango.

O papel explicativo e o incentivo à mobilização presentes nas mitologias políticas são aspectos fundamentais para a compreensão da importância do imaginário no campo do político. Como ressalta Girardet essas mitologias, carregadas de medos e símbolos proféticos, em muito contribuem para a gênese de grandes movimentações políticas, como as revoluções. É importante lembrar que o movimento que irrompeu em abril de 1964 esforçou-se para construir a imagem de uma "revolução". Apesar de não concordarmos com essa leitura, destacamos que a movimentação ocorrida no cenário político brasileiro, no período que antecedeu o golpe, não foi imune à presença de mitos e profecias preparatórias de uma mudança brusca em tal cenário.

O âmbito discursivo que integra o plano do imaginário foi paulatinamente apropriando-se de mitos e mitologias políticas com funcionalidade suficiente para justificação do anticomunismo. Dessa maneira, ao ser colocado no cenário político, o mito do comunismo trouxe consigo características de mobilização e justificativas de repressão. A população precisava mobilizar-se contra o "perigo vermelho". Vemos assim que essa "ameaça" passaria a explicar e também a justificar uma suposta mudança brusca no cenário político: o golpe.

Sobre a questão mitológica, ela suscita algumas reflexões teóricas. O imaginário político, por essência, contempla representações míticas e medos de diferentes origens. Partindo desse prisma, as reflexões de Delumeau (2003) têm muito a contribuir no debate acerca da questão mitológica. A noção de "textos fundadores" trazida pelo autor é de imensa riqueza, colaborando no entendimento de diversas formas de constituição do imaginário político. Tomamos por textos fundadores obras que possuem um caráter atemporal, ou seja, cuja temporalidade é reatualizada permanentemente, influenciando e inspirando a literatura, a arte, a teologia e o próprio campo do político. Pode ser destacado como exemplo o Gênesis bíblico, que, na visão do autor, constitui o primeiro dos principais textos fundadores.

Como reflete Delumeau (2003), observando-se a reapropriação do texto do Gênesis na esfera política, teríamos um amplo campo de investigação que abriria portas para inúmeras reflexões. No discurso político, regra geral, o imaginário ocupa papel de destaque. A ideia de paraíso constitui-se como lugar perfeito, onde a paz e a serenidade reinam permanentemente, sendo, por isso, um lugar desejado. Da mesma forma que o discurso político pode reatualizar o Gênesis, também pode fazê-lo com os textos apocalípticos. Esses últimos, em larga escala, permeiam o imaginário político de determinadas sociedades, principalmente em contextos de mudanças bruscas, como guerras e revoluções.

Com a apropriação de uma leitura mítica do mundo, o universo soviético era (re)interpretado pelos anticomunistas como o apocalipse, local de ditaduras e escravidão, com os comunistas assumindo o papel do próprio Anticristo, conforme descreve Menezes (1999), com relação à conjuntura 1917-1921. Não parece mera coincidência temporal, nesse contexto, que as "aparições de Fátima"

fossem divulgadas e proferidas pela Igreja Católica por todo o mundo. Para além do fato das aparições terem ocorrido em 1917, ano da Revolução Russa, os segredos de Fátima versavam sobre guerras e a necessidade de conversão da Rússia, fator que, a nosso ver, torna insustentável o argumento de coincidência em tais fatos. O pronunciamento da Virgem de Fátima assume, assim, claramente um discurso anticomunista, bastante oportuno para a conjuntura internacional.

Revelados paulatinamente e com divulgação maior no início da Guerra Fria, os segredos de Fátima orientaram muitos cristãos a lutarem contra o comunismo, o que demonstra que a linguagem não apenas procura refletir a realidade, mas também a produz, conforme discutiremos em nosso segundo capítulo. A aparição da Virgem em Fátima ficou conhecida como Nossa Senhora do Rosário. Ela impulsionou e justificou a luta da Igreja contra o comunismo e seus adeptos. Não é por acaso que, nas "Marchas da Família com Deus pela Liberdade", ocorridas no Brasil em 1963, as mulheres levavam seus terços, fazendo deles a arma contra a "comunização" do país.

Valendo-se de iconografia e das palavras, dentre outros artifícios, as forças anticomunistas (re)construíam o comunismo e apresentavam seus adeptos como monstros diabólicos, representantes do "fim dos tempos", tornando-os alvo permanente de representações míticas do mal.

O medo do comunismo foi um espectro que rondou grande parte do mundo no século XX, e isso não foi diferente no caso brasileiro. Desde os primeiros anos após a Revolução Russa, até a Guerra Fria e o alinhamento cubano a Moscou, a (re)construção do medo do comunismo esteve presente na história política brasileira.

Em seus estudos sobre a história do medo, Jean Delumeau (1989: 10) afirma que os indivíduos, bem como as coletividades, mantêm um diálogo permanente com o medo. Sendo assim, as sociedades estão comprometidas com esse contato quase que inerente à existência humana.

Partindo das reflexões de Delumeau, que apontam para a presença do medo na história da humanidade, percebemos que incorreríamos num erro se afirmássemos que é no sistema capitalista que o medo tem sua gênese. Estudos da Antiguidade clássica, do período medieval, entre outros, nos apontam para a presença do medo sobretudo no campo político. Optamos, porém, por lançar

um olhar sobre o medo em sua dimensão de produção de consenso. Privilegiaremos os usos do medo, atuando em favor de determinadas posições políticas. Para realizar tal abordagem, recorremos a alguns autores que trabalham com a produção do medo no viés por nós adotado. Para além de Menezes (1999), já citada, destacamos as reflexões de Noam Chomsky (2003), sobretudo as reflexões constantes no livro *11 de setembro*, no qual são compiladas várias entrevistas dadas por Chomsky a jornalistas de diversos países.

Ao longo das entrevistas, todas elas produzidas num período muito próximo aos atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque, observamos uma postura de Chomsky em analisar de forma mais sistemática tais episódios, tentando escapar de reflexões estanques sobre o desenrolar dos atentados. Como o próprio autor ressalta, é mais fácil identificar o inimigo e personalizá-lo do que tentar compreendê-lo (Chomsky, 2003: 40).

Personificando e demonizando o outro, qual seja Bin Laden, os muçulmanos ou o islamismo, espalhando o medo de novos ataques com bombardeios ou armas químicas, conseguiu-se muito rapidamente o apoio necessário para "combater o mal". Tal episódio de produção do medo na sociedade norte-americana não tem seus primórdios no bojo dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001. Douglas Kellner (2001), em seus estudos sobre a cultura da mídia, faz uma análise sistemática da utilização midiática do medo com finalidades políticas de produção ou obtenção de consenso.

Analisando a Guerra do Golfo, na qual os norte-americanos se puseram no lugar de defensores do Kuwait e inimigos do Iraque, Kellner chega a afirmar que a guerra contra o Iraque pode ser lida como um texto produzido pelo governo Bush (1989-1993), pelo Pentágono e pela mídia. Tal texto, ao se utilizar de imagens e discursos da crise no Oriente, procurava obter consentimento para a intervenção militar norte-americana na região (Kellner, 2001: 255).

Num processo de demonização e satanização do inimigo, Kellner (2001) identifica que procurando produzir uma determinada imagem para Saddam Hussein, a mídia expunha fotos de atrocidades e testemunhos, muitos deles fabricados, que tinham por objetivo desumanizar o inimigo, os soldados iraquianos. Segundo afirma o autor, "é como se a cultura popular americana precisasse de demônios para sentir-se segura de sua própria bondade" (Kellner, 2001: 268).

Produziu-se assim o medo, a histeria, com objetivos claros de angariar apoio para a intervenção militar norte-americana no Iraque. Tal processo assemelha o período posterior ao 11 de setembro de 2001 àquele vivenciado no Brasil anteriormente a 1964. Após uma enxurrada de notícias e imagens sobre a intervenção do Iraque, criou-se um cenário polarizado entre os que apoiavam a guerra, de um lado, e aqueles que se manifestavam contrários a ela, de outro. Tal cenário bipolar também marcou o contexto brasileiro em períodos que se seguiram ao outubro de 1917, com destaque para o período proposto neste estudo, contexto no qual o cidadão brasileiro era convocado a defender seu país da "invasão bolchevique".

Em nossa perspectiva, os materiais ipesianos co-produziam o medo do comunismo com o objetivo de produzir a legitimidade necessária, ou ainda o consenso para uma intervenção que depusesse João Goulart da Presidência da República.

O discurso sobre o "perigo vermelho" produzido e divulgado pelo Ipês também foi marcado por permanentes (re)apropriações míticas. As páginas dos folhetos e os resumos taquigráficos ipesianos estavam permeados de mitos. O Brasil era compreendido como um lugar ameaçado por forças caóticas, por diversas vezes associadas à figura do presidente João Goulart. A presença de mitos na esfera política não foi uma característica somente dos anos 1960. Exemplo de nossa afirmação é a obra produzida por Paulo Sérgio Pinheiro (1991), *Estratégias da Ilusão*, na qual o autor, abordando o período de 1922 a 1935, faz uma brilhante análise acerca do imaginário produzido sobre os comunistas e anarquistas, que eram colocados como pertencentes ao mesmo grupo.

O trabalho desenvolvido por Pinheiro contribuiu para o entendimento de como o imaginário produzido sobre determinados grupos, nesse caso os comunistas e anarquistas, influenciava diretamente na vida política do país. Produzindo o mito da ameaça estrangeira, reforçando a ideia de que as propostas comunistas eram estranhas à realidade brasileira, o discurso anticomunista desse período, assim como no contexto anterior, analisado por Menezes (1999), desdobra-se em políticas anti-imigratórias e, talvez possamos dizer, xenófobas[18].

[18] Sobre o tema das políticas de imigração, ver Os *Indesejáveis* (Menezes, 1996).

Refletindo sobre o imaginário político anticomunista entre os anos de 1961 e 1964, debruçando-nos sobre os discursos produzidos, vimos a necessidade de explorar a categorização apresentada por outros autores, no que tange à esfera mitológica. A presença mitológica no discurso político assume, por diversas vezes, um caráter explicativo, reequilibrando o espaço e trazendo à tona uma inteligibilidade que se acreditava perdida. Como afirma Menezes (1999: 81) "o mito tende a se colocar como um filtro entre o fato e a exigência do conhecimento do fato, deformando o real e estabelecendo um hiato fugidio entre o fato e sua versão".

Tomando como referência a obra de autores que se debruçaram sobre o estudo dos mitos, podemos apontar cinco tipos de mitos de origem: os cosmogônicos, que tematizam a origem do mundo e da natureza; os antropogônicos, que abordam a origem do homem e da humanidade; os relativos a deuses, apresentando a origem das figuras divinas; os da fundação heroica e cultural, que narram a gênese dos bens culturais, materiais e espirituais; os da fundação e introdução da morte, que discorrem sobre a entrada da morte no mundo, modificando a condição natural de imortalidade do mundo e da natureza (Girardet, 1987).

Os mitos de origem ensejam outros inúmeros universos representacionais, possibilitando, muitas vezes, o sentido de representações em luta. Daí a funcionalidade do conceito de mito de combate proposto por Cohn (1995). A noção de mito de combate, já utilizado por Menezes para a conjuntura 1917 a 1921, revela-se também de fundamental importância para o presente trabalho, pois colabora para a compreensão dos embates por nós observados nos discursos produzidos pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. É importante ressaltar que esses discursos possuíam um caráter eminentemente anticomunista e, em seu bojo, traziam mitos de combates de grande funcionalidade.

Como oposições básicas colocadas em confronto, podemos citar: céu X inferno; paraíso X inferno; ordem X anarquia; civilização X barbárie e Ocidente X Oriente, as mesmas oposições que Menezes enumera para o período por ela trabalhado (1999: 90). Assim, o imaginário político brasileiro que antecede o golpe de 1964 é intensamente marcado pelas polarizações

inerentes aos mitos de combate. A luta simbólica que tomou conta do plano discursivo transformou a oposição entre bem e mal, céu e inferno, em um confronto de representações entre capitalismo e comunismo (Menezes, 1999).

Nesse sentido, somente um grande e perigoso inimigo poderia suscitar e justificar uma solução dura e enérgica como o golpe de 1964 e a ditadura militar que o seguiu. Em nossa hipótese, a ameaça comunista deveria ser grande e demoníaca o suficiente para justificar a quebra da legalidade ocorrida com a deposição de João Goulart e a instauração do regime ditatorial em seguida.

CAPÍTULO 2

A Conquista do Estado para além das armas: o Ipês como órgão produtor de consenso

En la lucha de clases
todas las armas son buenas
piedras
noches
poemas
[**PAULO LEMINSKI**, CAPRICHOS & RELAXOS, 1983]

Intelectuais materializando um projeto de classe: a importância do Ipês na conjuntura pré-golpe

Em seu breve poema, Leminski aponta de maneira doce, porém enfática, as diversas arenas nas quais a luta de classes pode se dar. Indicamos, em nossa introdução, a convicção de que a linguagem apresenta-se como uma das principais arenas de tal luta, e que nela as armas utilizadas diferem de metralhadoras, canhões ou bombas: são as palavras.

Antes de aprofundarmos nossa concepção de linguagem, explicitando ao leitor nossas incursões pela Análise do Discurso, optamos por dedicar algumas linhas ao personagem principal de nosso trabalho: o Ipês.

Estabelecendo uma relação analógica com o nome da árvore originária das matas da Bahia e do Espírito Santo (o Ipê), o Instituto, segundo a jornalista Denise Assis, assumia o nome da árvore, símbolo do país, artifício que expressava o exacerbado espírito nacionalista da organização. Como ressalta

a autora, as propriedades do Ipê, que para florir perde as folhas, de alguma maneira também se assemelhavam ao papel desempenhado pelo Ipês na conjuntura do início dos anos de 1960, que articulava a derrubada do presidente João Goulart para então, em sua concepção, poder fazer florir uma "nova" sociedade, burguesa e defensora do capital (Assis, 2001).

Partimos da compreensão de que o Ipês inseria-se não só em uma luta ideológica, mas também como um dos pilares do golpe de abril de 1964, atuando como um dos principais articuladores daquilo que os militares não conseguiriam sozinhos: a legitimação do golpe. Dessa forma, a tomada do poder pelos militares em 1964 não se deu exclusivamente pela ação desses atores sociais. O movimento que depôs o presidente João Goulart e instaurou a ditadura no país foi bem mais complexo, fruto de uma ação de classe, da qual fizeram parte segmentos civis e militares.

Como o título do capítulo indica, o nosso objetivo reside na análise da conquista do Estado para além das armas. Ou seja, investigar de que forma se deu a chegada ao poder da nova burguesia nacional de capital associado. Pretendemos, com isso, focar nossa investigação em uma determinada parcela dos articuladores e executores do movimento que culminou em abril de 1964. Nosso olhar voltar-se-á para aqueles que tiveram um papel ímpar na construção da legitimidade do golpe; legitimidade que se baseou na crença de que um "inimigo vermelho", ou ainda, uma "invasão bolchevique" precisava ser combatida.

Criado em 1961, o Ipês surge com o objetivo de aglutinar a incipiente burguesia nacional de capital associado, formulando, para isso, um conjunto de propostas e ações que contemplassem os interesses dessa burguesia. A primeira tarefa do Instituto era a de possibilitar a produção de uma consciência de classe para o grupo que iria formar a elite orgânica articuladora do golpe. Em seus estatutos, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais definia-se como sociedade civil sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e intuitos educacionais, sociológicos e cívicos, sendo suas finalidades:

> I — Promover e incentivar a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos.
> II — Desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social.
>
> III — Obter, por meio da pesquisa objetiva e da livre discussão, conclusões e recomendações que contribuam para o progresso econômico, o bem estar social e o fortalecimento do regime democrático do Brasil.[19]

Conforme demonstra o fragmento acima, os ipesianos apontam as linhas de atuação do órgão. Ou seja, pela educação e cultura pretendiam influenciar os rumos da sociedade brasileira. O artigo terceiro ressalta que o Ipês se colocava como instituição capaz de elaborar "conclusões e recomendações para o progresso econômico, o bem estar social e o fortalecimento do regime democrático no Brasil". Assim, o documento de fundação do instituto já indicava a importância que o órgão almejava ocupar na sociedade brasileira.

O papel de destaque no golpe atribuído ao Ipês foi pela primeira vez demonstrado por Dreifuss (1981). Entre os diversos aspectos por ele trazidos, um destaque especial deve ser dado ao seu referencial teórico-metodológico, pautado nas obras de Gramsci. Esse nos parece um ponto fundamental a ser abordado, uma vez que compartilhamos muitas de suas reflexões.

No que tange ao pensamento gramsciano, podemos afirmar que esse é fortemente marcado por sua crítica feroz ao economicismo e ao reducionismo, acusações frequentemente dirigidas ao marxismo. Apesar de sofrer leituras culturalistas e pós-modernas, no entanto, a obra do pensador italiano não perde em nenhum momento, a nosso ver, a perspectiva de classe, que enfatizamos nesse trabalho.

Um dos aspectos interessantes do pensamento do autor são as díades ou pares que organizam suas reflexões, como: consenso/coerção; sociedade civil/sociedade política; Ocidente/Oriente; guerra de movimento/guerra de posição, que contribuem para um melhor entendimento dos processos históricos. As díades presentes no pensamento de Antonio Gramsci não

[19] AN. Fundo AP25 cx. 65. Estatutos do Ipês.

funcionam como polos opostos e excludentes. Ao contrário, operam de modo combinado, permitindo a compreensão da realidade histórica por uma perspectiva visceralmente dinâmica e dialética.

Compreender as categorias de análise propostas por Gramsci apresenta-se como possibilidade bastante interessante, quando o fazemos à luz da realidade brasileira. Assim, incorporamos a noção de Estado ampliado apresentada pelo autor, segundo a qual o Estado abarca em seu seio tanto a sociedade política, produtora por excelência da coerção, como a sociedade civil tradicionalmente elaboradora de consenso. Cabe ressaltar que, a nosso ver, a perspectiva de produção do consenso muito colaborou nas reflexões que propomos acerca do movimento de 1964.

Privilegiamos, assim, a combinação existente nas díades consenso/coerção; sociedade civil/sociedade política. A partir dessa combinação emerge outro conceito-chave do pensamento gramsciano por nós utilizado: a noção de hegemonia. De acordo com essa noção, a dominação de um grupo social sobre os demais não se dá somente pela força, mas sim através de uma dominação hegemônica.

Na concepção de hegemonia apresentada por Gramsci, a manutenção de um determinado *status quo*, bem como sua completa alteração, através de uma revolução, só pode ocorrer por meio da conquista da hegemonia ou da contra-hegemonia, possíveis somente pela articulação entre coerção e consenso.

Com objetivos didáticos, a fim de proporcionar um entendimento mais amplo de sua teoria, Gramsci propõe uma distinção metodológica entre sociedade política, aparelhos de Estado *stricto sensu* (órgãos como administração pública, parlamento, justiça, escolas públicas, entre outros) e sociedade civil, constituída pelas instituições representativas de classe como associações profissionais, sindicatos, imprensa, igrejas, partidos, entre outros.

No entanto, não podemos esquecer a função metodológica de tal separação, não existindo para Gramsci uma separação orgânica entre as duas esferas. Cabe perceber que as díades estruturantes do pensamento gramsciano não podem ser compreendidas como simples oposições. Tal compreensão nos levaria ao equívoco de imaginar que entre a sociedade civil e a sociedade política haveria uma fronteira bem demarcada, o que efetivamente seria uma interpretação indevida de seu pensamento.

A inexistência de uma separação de cunho orgânico entre sociedade política e sociedade civil pode ser exemplificada também pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Circunscrito no âmbito da sociedade civil, o Ipês formulava propostas e pautas para a sociedade política, como o anteprojeto de Reforma Agrária.

Nessa perspectiva de análise, não podemos compreender os acontecimentos de 1964 somente pela via do Estado, ou ainda, da sociedade política, como denomina Gramsci. Compreender o papel dos militares, a nosso ver, significa analisar somente a via coercitiva, o Estado em seu sentido estrito. Compartilhando a noção de Estado ampliado trazida por Gramsci, propomos enfocar a sociedade civil, partindo do Ipês, pondo a lupa no caminho consensual trilhado pela elite orgânica a fim de implementar seu projeto de classe.

Dessa maneira, as reflexões do pensador italiano acerca da articulação entre a produção de consenso e a utilização da coerção a fim de conquistar a hegemonia, apresentam-se como possibilidade metodológica para compreender os episódios de 1964 que levaram à deposição de João Goulart, um presidente democraticamente eleito, bem como a posterior instauração de uma ditadura militar. É importante lembrar que, com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, um clima de instabilidade assolou o país. A crise política em torno da posse de Jango chegou a proporções críticas, pois, por um lado, a elite não via com bons olhos a posse de João Goulart, por outro lado, não havia conseguido estabelecer as condições necessárias para impedir tal fato. O que denominamos de condições necessárias não diz respeito somente ao âmbito coercitivo, mas, sobretudo, ao consenso. Em 1961, o consenso não estava estabelecido nem mesmo entre os militares, visto que muitos deles apoiaram o movimento em defesa da legalidade[20].

Podemos dizer que, nesse momento, o projeto da elite orgânica que viria a construir o golpe estava em processo de consolidação, agremiando novos adeptos. No mesmo ano de 1961, o Ipês é fundado e tem como principal tarefa,

[20] Movimento liderado por Leonel Brizola e que teve sua principal expressão na resistência dos gaúchos que, ocupando a sede do governo riograndense, procurava garantir a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros.

transformar o projeto dessa elite orgânica em um projeto nacional. Sendo assim, acreditamos que a derrubada de Jango e o regime militar que se instaurou não teriam a mesma recepção no seio da sociedade civil se não fosse o consenso produzido por diversas instituições, dentre as quais destacamos o Ipês.

Ainda inspirados por Gramsci, em sua obra *Maquiavel, a política e o Estado moderno* (1988), podemos lançar um olhar sobre o anticomunismo no Brasil e sua relação com o golpe, a partir do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Ao elaborar suas notas sobre *O Príncipe* (1996), assim como Maquiavel, Gramsci também formula teses acerca da conquista do poder. Para ele,

> Portanto, um príncipe não deve ter outro objetivo nem outro pensamento, nem praticar arte alguma fora a guerra, sua ordem e disciplina, pois essa é a única arte que se espera de um comandante e é de tal valor que não somente mantém o poder dos que nasceram príncipes, mas, muitas vezes permite a cidadãos comuns subir a esse grau. (Maquiavel, 1996: 73)

Como percebemos na citação acima, Maquiavel pretende mostrar as ações políticas necessárias para que o príncipe exerça o poder. Com objetivo distinto, Gramsci reflete acerca da conquista do Estado, ou ainda da conquista da hegemonia, tendo como prisma de análise as sociedades contemporâneas de tipo ocidental, visando à construção de uma contra-hegemonia, ou seja, a revolução.

No pensamento gramsciano, o príncipe de Maquiavel torna-se o partido, visto que somente o partido reúne as condições necessárias para a tomada do poder. É importante ressaltar que o referido autor não restringe o sentido de "partido" a partidos políticos. Desse modo, o sentido ampliado do termo faz partido equivaler a grupos formuladores de consensos, como podemos observar no fragmento abaixo:

> O moderno príncipe, o mito príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto; só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação (Gramsci, 1988: 6).

Para o autor, nas sociedades de tipo ocidental, o partido desempenha papel fundamental na manutenção da hegemonia, ou ainda na implementação de uma contra-hegemonia.

Deslocando essas reflexões para uma leitura do período por nós investigado, no qual as forças conservadoras procuravam conter a mobilização popular que atingia um ritmo crescente, bem como consolidar uma sociedade burguesa aberta ao capital internacional, podemos identificar a organização de um "partido da burguesia", constituído por uma elite orgânica. No entanto, é preciso ter o cuidado de não o restringir à União Democrática Nacional (UDN) ou a outro partido político então existente. Desse "partido da burguesia" participavam setores militares, da Igreja, a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), o IBAD e o próprio Ipês.

Agindo como um polvo com vários tentáculos, o Ipês publicava livros, confeccionava panfletos, realizava cursos, produzia filmes, tudo ligado a um objetivo central: a luta contra o comunismo e a defesa da propriedade privada, que, segundo o discurso que veiculava, a partir de certo momento, passou a estar ameaçada pelas políticas do então presidente João Goulart.

Atuando em várias esferas através dos veículos acima enumerados, o Ipês procurava divulgar seu projeto, dialogando com diversos setores da população brasileira. Tal divulgação pode ser percebida se tomarmos como exemplo algumas produções ipesianas específicas como seus boletins mensais (fruto do Curso de Atualidades Brasileiras oferecido pelo Instituto ao empresariado do país), filmes (em geral curtas que eram exibidos nas salas de cinema de todo o Brasil), resumos taquigráficos do programa televisivo *Peço a Palavra* e folhetos diversos.

Tanto as taquigrafias dos programas televisivos, como o folheto escolhido intitulado "Se você fosse um trabalhador soviético", possuíam caráter mais amplo, bem como uma linguagem popular, procurando assim manter uma interlocução com o público-alvo a elas determinado. Cabe ressaltar que o programa televisivo era transmitido semanalmente pela TV Cultura, canal 2, atingindo uma significativa parcela da população.

Voltando a Gramsci, destacamos a importância da produção de discursos contra o comunismo e seus adeptos no projeto de tomada do Estado pela

emergente burguesia nacional de capital associado. Foi, sobretudo, através do discurso anticomunista que o projeto da elite orgânica produziu a coesão necessária para transformá-lo em um projeto de classe.

A partir de suas propostas, iniciativas e ações concretas, o Ipês pode ser identificado como parte da sociedade civil encarregada de produzir o consenso que a elite orgânica necessitava para desferir o golpe contra Goulart. Acreditamos que a produção desse consenso deu-se de forma ampla, pois o Instituto formulava projetos variados. Através dos materiais produzidos, o Ipês difundia uma determinada concepção de mundo, como veremos mais adiante. Tal concepção emergia com a nova burguesia nacional e possuía caráter nitidamente anticomunista.

Ao focar nossas investigações nas produções ipesianas, Gramsci é novamente referência para pensar o intelectual que exerce um papel fundamental na manutenção e também na alteração do *status quo*. Gramsci parte da premissa de que todos os homens são intelectuais e podem estar ou não desempenhando essa função na sociedade. Nessa perspectiva, o autor trabalha com duas categorias de intelectuais: os tradicionais e os orgânicos, estando esses últimos engajados num projeto de classe (Gramsci, 1989).

> Os intelectuais são os 'comissários' do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso 'espontâneo' dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce 'historicamente' do prestígio (e portanto da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura 'legalmente' a disciplina dos grupos que não 'consentem', nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (Gramsci, 1989:11)

No trecho destacado, fica clara a importância que o autor dá aos intelectuais para a manutenção ou alteração da hegemonia. Assim, os intelectuais das classes dominantes atuam na produção de prestígio, reconhecimento e consenso para o grupo, enquanto que o Estado, em seu sentido restrito, assegura, através de seu aparelho coercitivo, a dominação desse grupo.

Sob essa ótica, o papel dos intelectuais torna-se elemento chave na compreensão das mudanças políticas ocorridas nos processos históricos, pois esses desempenham a função de produtores do consenso que visa assegurar ou conquistar a hegemonia. A produção desse consenso pode se dar de diversas formas. Entre as muitas possibilidades, optamos por privilegiar o âmbito discursivo.

Tendo sua trajetória marcada por um efêmero crescimento, o Ipês, de forma rápida, expandiu-se para Porto Alegre, Santos, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus e outros centros urbanos, mantendo o núcleo dirigente do instituto no eixo Rio — São Paulo (Dreifuss, 1981). Possuindo uma estrutura organizacional interna bastante complexa, fator que abordaremos de maneira mais sistemática a seguir, o Ipês procurava dar conta de sua árdua tarefa: produzir consenso implementando uma estratégia psicossocial que assegurasse a legitimidade da derrubada de Jango e do regime que se sucedeu.

Em seu livro *Ditadura Militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*, Maria José Rezende (2001) analisa de que maneira o regime militar brasileiro atuou para conquistar o respaldo social de sua atuação. De início, aponta para a necessidade de se pensar essa conquista de respaldo social para além da questão econômica, dando ênfase à produção de uma "leitura" da sociedade. Como ressalta a autora, a ditadura militar brasileira tentou legitimar-se não somente no período do golpe, mas também durante todo o regime, usando, entre outros elementos, a estratégia por ela denominada de "psicossocial". Nessa estratégia, destacava-se o apelo anticomunista (Rezende, 2001).

O regime político que entra em vigor no país a partir de 1º de abril de 1964, enfrentou dois grandes desafios: o primeiro foi produzir no contexto imediato da tomada do poder o sentimento de que tal movimento era legítimo e o segundo caracterizou-se pela contínua construção, ao longo dos governos ditatoriais, da permanência da legitimidade através da tentativa de convencimento de que tal modelo político encontrava respaldado permanente na sociedade brasileira (Rezende, 2001: 132).

O aspecto levantado por Rezende, no que tange à preocupação do grupo de poder com a legitimidade do regime, é fundamental para pensarmos o

papel desempenhado pelo Ipês. Podemos perceber que a legitimidade que o regime necessitava não se restringia simplesmente à obediência. O que estava em jogo era a aceitabilidade de valores para a implementação do regime, que trazia em seu bojo a construção de uma determinada sociedade: burguesa e associada ao capital internacional.

Ao investigar a estratégia psicossocial, a autora identifica a Escola Superior de Guerra (ESG) como órgão formulador de tal estratégia, que tinha por objetivo implementar a aceitabilidade do regime. Rezende ressalta ainda que a doutrina da ESG subdividia o poder nacional em quatro esferas: política, econômica, militar e psicossocial, sendo essa última, o foco principal de investigação da autora (Rezende, 2001: 42).

Ao longo de nosso livro, procuramos também privilegiar a dimensão psicossocial do Ipês, pensando como o discurso anticomunista produzido pelo Instituto atuou no conjunto da referida estratégia.

Nesse processo ocorre a desmoralização dos ideais comunistas, como a ridicularização e a demonização da imagem do comunismo e de seus adeptos. Essa estratégia denominou-se "guerra revolucionária". Essa guerra revolucionária assumia contornos de um conflito psicológico, desdobrando-se, segundo nossa perspectiva, em uma "guerra discursiva". A elite orgânica que implementou o golpe buscava assim extirpar do imaginário político brasileiro o comunismo, a fim de que esse fosse incondicionalmente rechaçado no presente e no futuro da história do país.

"Refletindo" ou produzindo a realidade? Estratégias discursivas do Ipês na produção de cenografias de embate

Ao tomar o discurso como objeto de análise, devemos ter clareza de que esse não existe *a priori*, independente da leitura que sobre ele se faça. Ou seja, o discurso, seja ele protestante, social-democrata ou anticomunista, se constitui na relação entre enunciadores e co-enunciadores.

Para colaborar em tal compreensão recorremos a algumas noções da Análise do Discurso, entre elas a de "primado do interdiscurso" (Maingueneau,

2005). Retomamos aqui nossa filiação ao princípio dialógico da linguagem (Bakhtin, 2004), ou seja, um discurso caracteriza-se essencialmente pela presença do outro em seu interior. Tal princípio foi desenvolvido por Jacqueline Authier-Revuz (1990) na distinção entre "heterogeneidade mostrada" e "heterogeneidade constitutiva". A primeira caracteriza-se por marcas linguísticas como aspas, discursos citados e autocorreções, deixando assim um rastro a ser percorrido pelo pesquisador da linguagem, possibilitando identificar as marcas desse outro. Já a segunda, de caráter constitutivo, torna-se invisível aos olhos do analista. Fica patente a partir das contribuições da autora, a alteridade inerente à produção dos discursos. Diversos outros habitam os enunciados produzidos em qualquer lugar ou momento, mesmo que esse(s) outro(s) não possa(m) ser identificado(s) por um primeiro olhar.

É nesse conjunto de reflexões que se sustenta a ideia de primado do interdiscurso, apontada por Maingueneau (2005), pela qual a condição primeira do discurso se dá na conjunção das diversas vozes que o habitam. Compreender esse pressuposto teórico, que, como o próprio autor indica, tem caráter de primazia, colabora em nossas reflexões sobre o discurso anticomunista, percebendo sua relação, constitutiva, com o seu revés, o comunismo.

Torna-se então necessário identificar a presença desse outro, ainda que invisível, no interior de todo discurso, colocando como condição primeira o interdiscurso, fruto de uma relação de alteridade.

> Nossa própria hipótese do primado do interdiscurso inscreve-se nessa perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro (Maingueneau, 2005: 33).

Com isso a noção de alteridade assume papel de destaque nas análises enunciativas, visto que é somente através do outro que constituo meu lugar de fala. As identidades, por sua vez, constituem-se ao longo do tempo em relação com o seu outro. Como afirma Maingueneau, é essencialmente pela constante relação com o outro que uma formação discursiva define a sua identidade (Maingueneau, 2005).

O prisma da alteridade coloca-se como necessário não somente para uma abordagem enunciativa. Como identificamos no primeiro capítulo, estudos multicuturais vêm apontando para tal reflexão. Tanto Said (2007) quanto Kellner (2001) identificam a relação com o outro como importante instrumento de análise. O primeiro dedicando-se a investigar a relação Ocidente / Oriente, e o segundo refletindo acerca da cultura da mídia. A fim de exemplificar nossas hipóteses, retomamos aqui uma breve citação de Kellner que afirma que "é como se a cultura popular americana precisasse de demônios para sentir-se segura de sua própria bondade" (Kellner, 2001: 268). Essa afirmativa constitui um nítido exemplo de interdiscurso, visto que o discurso de bondade norte-americano se produz através da produção do discurso demoníaco do outro.

Aplicando tais reflexões ao nosso objeto de pesquisa, podemos afirmar que a identidade anticomunista é produzida na sua relação com o comunismo. Sendo assim, é através dos embates decorrentes dessa relação de alteridade que são delineadas as identidades "comunista" e "anticomunista". Ao aprofundar a noção de interdiscurso, Maingueneau (2005) propõe a substituição de tal termo, que o autor julga por demasiado vago, pela tríade "universo discursivo", "campo discursivo" e "espaço discursivo". De maneira sucinta, podemos identificar "universo discursivo" como "conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada". Já a noção de "campo discursivo" pode ser compreendida como "extensão máxima, o horizonte a partir do qual serão construídos domínios susceptíveis de ser estudados". No que tange ao "espaço discursivo", esse se define por "subconjuntos de formações discursivas que o analista julga relevante para seu propósito colocar em relação" (Maingueneau, 2005: 35-37).

Os fragmentos selecionados do discurso anticomunista do Ipês, neste trabalho, apresentam-se como espaço discursivo por nós privilegiado. Em sua formação tal espaço discursivo entrelaça diversos campos discursivos, como o religioso, o político e o econômico. Privilegiar o discurso anticomunista produzido pelo Ipês entre os anos de 1961 e 1964 significa não somente investigar a materialidade linguística de tal discurso, mas, simultaneamente, explicitar aqueles que, de alguma forma, identificavam-se com o referido

discurso, atuando como sua comunidade de sustentação, fosse elaborando-os, reproduzindo-os ou, ainda, atuando como co-enunciadores dessas produções.

A perspectiva de análise aqui adotada referencia-se na noção de "prática discursiva", apresentada por Maingueneau (1997), na qual o autor ressalta que o processo de constituição de um determinado grupo não é exterior nem posterior ao da elaboração de um texto. Para o referido autor, a "prática discursiva" constitui uma produção simultânea de textos e de determinadas comunidades de sustentação desses textos. De acordo com essa perspectiva, grupos produzem textos e textos dão visibilidade a grupos, sem que um preceda o outro. Isso significa dizer que os textos não são transparentes e, portanto, não apontam para uma comunidade preexistente:

> Preferimos admitir que não existe relação de exterioridade entre o funcionamento do grupo e o de seu discurso, sendo preciso pensar, desde o início, em sua imbricação. Dito de outra forma, é preciso articular as coerções que possibilitam a formação discursiva com as que possibilitam o grupo, já que estas duas instâncias são conduzidas pela mesma lógica (Maingueneau, 1997: 55).

Identificamos, assim, um processo de interlegitimação: os textos, ao serem produzidos, fazem supor a existência de uma comunidade que lhes dê sustentação, ao mesmo tempo em que, ao se instituírem, produzem um lugar de onde é possível enunciá-los. No primeiro capítulo, falamos sobre os "segredos de Fátima", divulgados paulatinamente pela Igreja Católica. Podemos apontar tal fato como uma exemplificação de texto, ou ainda, de discurso, alimentando uma dada comunidade discursiva. Ou seja, o texto produzido pelas "aparições de Fátima" incidia diretamente sobre os católicos, ao mesmo tempo que dava visibilidade a um pensamento do interior desse grupo.

Pensando o contexto histórico aqui abordado sob a ótica da noção de "prática discursiva", podemos imaginar a produção de um discurso anticomunista que, dialeticamente, pressupõe a existência do anticomunismo que se traduz em uma comunidade de sustentação, ou seja, uma comunidade anticomunista.

Ao circularem, os textos anticomunistas produzem um certo perfil para os anticomunistas, e esses, pela sua existência, atuam diretamente na produção do discurso que se opõe ao comunismo, elaborando modos de combatê-lo, reafirmando um outro como "ameaça" a um projeto para o Brasil. Não podemos, assim, estabelecer nenhuma relação de precedência, pois como afirma Maingueneau:

> Não se dirá, pois, que o grupo gera um discurso do exterior, mas que a instituição discursiva possui, de alguma forma, duas faces, uma que diz respeito ao social e a outra, à linguagem. A partir daí, as formações discursivas concorrentes em uma determinada área também se opõem pelo modo de funcionamento dos grupos que lhes estão associados (Maingueneau, 1997: 55).

Como aponta Maingueneau, precisamos dar visibilidade aos dois lados que compõem uma dada formação discursiva e refletir acerca de sua dimensão circunscrita no social e na linguagem. Ao produzir e veicular textos anticomunistas, o Ipês não só buscava criar uma dada identidade do que era ser anticomunista, como também dava visibilidade a uma "comunidade" anticomunista que sustentava tais reflexões e propostas, composta, entre outros, pelos membros do Ipês. Ou seja, a produção de textos anticomunistas, circulando em diferentes meios, como boletins, panfletos, programas televisivos, entre outros, ao colocar em cena o combate ao comunismo, materializava uma luta que supostamente se daria entre "os regimes orientais que escravizam o homem" e "as democracias ocidentais"[21]. Essa luta foi produzindo modos de ser e agir anticomunistas, dando visibilidade a uma comunidade de sustentação das referidas propostas e reflexões: os grupos anticomunistas.

Os grupos anticomunistas, que em nosso ponto de vista constituem uma comunidade de sustentação para o discurso anticomunista, podem ser delineados através das matrizes ideológicas estruturantes desse pensamento

[21] Termos utilizados pelo Ipês em um dos programas televisivos que analisaremos mais adiante.

político. Como apontamos em nosso primeiro capítulo, a posição de combate ao comunismo agrega em seu grupamento o catolicismo, o nacionalismo e o liberalismo.

Em nossa hipótese, tal Instituto atuava produzindo e divulgando o anticomunismo. Ou seja, dando visibilidade a uma dada comunidade de sustentação, que possui uma identidade anticomunista, ao mesmo tempo que produzia tal identidade nos co-enunciadores de seus materiais. Em prol de uma suposta luta contra o comunismo, discursos foram produzidos, construindo um cenário de combate ao comunismo, atualizando cenografias, com o objetivo de ganhar adeptos.

Percebemos, com isso, um grande investimento na criação de uma atmosfera de enfrentamento na qual todas as atitudes seriam justificáveis, pois, segundo os ipesianos, o que estava em jogo era impedir a "comunização do Brasil". Acreditamos, porém, que ao grupo articulador da derrubada de Goulart não bastava produzir tal cenário, era preciso garantir a máxima disseminação desse sentimento de luta contra o comunismo. É nesse momento que nos debruçamos sobre a estrutura do Ipês voltada para essa tarefa.

A fim de organizar a atuação da elite orgânica de capital associado na tomada do poder, o Ipês formou uma estrutura de dimensões táticas e estratégicas que se desdobrava em Grupos de Estudo e Ação. Tais grupos funcionavam de acordo com o plano de ação do Instituto que, em geral, eram elaborados anualmente (Dreifuss, 1981: 184).

O Grupo de Levantamento da Conjuntura (GLC) tinha como principal tarefa acompanhar todos os acontecimentos políticos nos mais diversos setores, indicando áreas de preocupação para o Grupo de Estudo e Doutrina. Já o Grupo de Assessoria Parlamentar (GAP), ou ainda "escritório de Brasília" como foi alcunhado pelos ipesianos, garantia muitas vezes assessoria técnica, organizando a campanha anti-Goulart no Congresso e administrando o canal de financiamento do Instituto para sua rede parlamentar de beneficiários e receptores de ajuda.

Constituindo o que Dreifuss denominou de "estufa ideológica do Ipês" o Grupo de Estudo e Doutrina (GED) fornecia a base material para os Grupos de Opinião Pública e Grupo de Publicações / Editorial, do qual falaremos mais

adiante, além de manter uma articulação constante com o Grupo de Levantamento da Conjuntura.

No âmbito financeiro estava o Grupo de Integração, que tinha como objetivo agremiar pessoas para o "espírito democrático do Ipês", e paralelamente atuava angariando contribuições financeiras para o Instituto. É importante ressaltar que a contribuição financeira recebida pelo instituto não provinha somente dos cofres de empresas nacionais, recursos de transnacionais também foram utilizados maciçamente na construção do golpe de 1964 (Dreifuss, 1981; Bandeira, 2001).

Diversas estratégias foram postas em prática pela elite orgânica, com o objetivo de conseguir enormes somas financeiras para garantir a campanha de desestabilização de Jango, campanha que, como já anunciamos, primava por seu discurso anticomunista. Como exemplo, podemos citar a criação do Fundo de Ação Social (FAS), que, em 1962, emerge da certeza de que o Brasil se configurava como um dos cenários estratégicos da Guerra Fria e, por assim ser, os empresários não poderiam ficar isentos de manifestação. Ao contrário, deveriam participar ativamente da "defesa do país frente à invasão comunista". Reunindo cerca de cinquenta empresas privadas, o FAS era um dos maiores contribuintes do Ipês (Dreifuss, 1981: 206).

Entre os diversos grupos existentes no Ipês, daremos especial atenção a dois deles, que, a nosso ver, atuaram mais intensamente na produção e difusão do discurso anticomunista do Ipês. São eles o Grupo de Opinião Pública (GOP) e o Grupo de Publicação / Editorial (GPE).

Segundo Dreifuss, "o GOP enviava milhares de cartas e telegramas e fazia chamadas telefônicas incitando a opinião pública, fortalecendo, assim, a mensagem do complexo IPES/IBAD" (Dreifuss, 1981: 192). Procurando divulgar as ideias ipesianas, o Instituto não mediu esforços políticos, tampouco financeiros, a fim de fazer circular sua propaganda anticomunista.

Como destaca Moniz Bandeira, no livro *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*, o Ipês exercia grande influência nos principais jornais da época, bem como nos grandes órgãos de divulgação. Tal influência, segundo o autor, estaria ligada às atraentes verbas que o Instituto distribuía, além do interesse das agências de publicidade — muitas delas ligadas ao

capital estrangeiro — em dar visibilidade às propostas e reflexões formuladas pelo Ipês (Bandeira, 2001: 82).

Articulando-se das mais diversas formas, os membros do Instituto garantiram a disseminação de todo o aparato ideológico produzido por esse órgão. Como aponta Eduardo Gomes Silva (2008), em sua pesquisa de mestrado sobre a Rede da Democracia, o Ipês esteve intrinsecamente ligado à formação dessa organização.

Para Silva, o amplo sistema de comunicação organizado em outubro de 1963 deu coesão a políticos, militares, empresários, jornalistas e demais pessoas que compartilhavam da certeza de que o país passava por um processo de subversão das estruturas sociais.

Silva caracteriza a Rede da Democracia como uma versão reacionária da Cadeia da Legalidade[22]. Ao apontar a ligação dessa com o Ipês, o faz com base em atas das reuniões da direção do Instituto. Assim, espraiando-se feito brisa, a leitura de mundo ipesiana circulava pela sociedade brasileira, ganhando cada vez mais adeptos. Ou melhor, a produção do consenso seguia seu curso; quando necessário fosse a coerção entraria em cena.

Visando alcançar seu objetivo, a elite orgânica lançou mão de um cenário de combate ao "inimigo vermelho", atualizando através do discurso anticomunista uma série de cenografias de embate, que passaram a permear suas produções.

É importante ressaltar que tomamos por cenografia não o significado usual do termo, e sim apropriamo-nos do conceito advindo da Análise do Discurso de base enunciativa, que concebe o texto não como um conjunto de signos inertes, ao contrário: o percebe como o rastro de um discurso em que a fala é encenada (Maingueneau, 2001: 85).

Ao refletir acerca das cenografias produzidas pelo Ipês, é importante relembrar a afirmação de Maingueneau, para quem "todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima" (Maingueneau, 2001: 86).

---

[22] Campanha de rádio liderada por Leonel Brizola em 1961, que objetivava garantir a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros.

Procurando convencer seus co-enunciadores de uma suposta "invasão bolchevique", ou ainda, construir uma imagem escravocrata do regime soviético, os enunciadores do Ipês não mediram esforços na produção de tais cenografias, que definimos como cenografias de embate.

> Em compensação o discurso publicitário ou o discurso político mobilizam cenografias variadas na medida em que, para persuadir seu co-enunciador, devem captar seu imaginário e atribuir-lhe uma identidade, por meio de uma cena de fala valorizada (Maingueneau, 2001: 90).

Ao se desenvolverem, os enunciados produzidos pelos ipesianos esforçam-se por constituir seus dispositivos de fala. Por esse princípio, as cenografias não funcionam como simples cenários, ou ainda, molduras de um discurso. Ao contrário, seu papel na comunicação é fundamental, visto que atuam na persuasão dos co-enunciadores.

Como abordamos em nosso primeiro capítulo, mitos e medos foram (re)atualizados pelo discurso anticomunista, procurando, com isso, como observa Maingueneau na citação acima, persuadir seu co-enunciador. Ao produzir cenografias de embates entre bem e mal, Ocidente e Oriente, os materiais ipesianos atuavam diretamente na produção de co-enunciadores receosos de uma invasão comunista, construindo a identidade de um cidadão brasileiro que, além de ser hostil às propostas comunistas, clamava por uma intervenção enérgica que pudesse conter essa ameaça. .

Passaremos nesse momento à análise de algumas de nossas fontes, com objetivo de exemplificar a construção de tais cenografias. Para tanto, selecionamos alguns fragmentos em que o referido procedimento, de certo modo, se evidencia. Porém, reafirmamos que todo enunciado produz uma determinada cenografia.

Em muitos fragmentos analisados, é recorrente uma dura crítica ao governo do Presidente João Goulart, procurando desqualificá-lo e aproximá-lo da esquerda e dos comunistas. O fragmento abaixo foi retirado de uma entrevista dada ao programa *Peço a Palavra* pelo Padre Godinho, sobre o tema "Igreja e Democracia", e aborda a política externa brasileira, um dos principais alvos do discurso anti-Goulart.

> ...o governo brasileiro enviou emissário à Cuba, sem consultar ninguém, aliás um mediador que vai exercer mediações sem ser chamado, oferecido, sem consultar se os interessados estariam dispostos a aceitar a sua mediação
>
> (...) Toda a tradição do Itamarati ameaça a ruir por terra, agora, pela inépcia, pela incapacidade dos homens que atualmente governam esse país
>
> (...)A nós, nada resta senão lutarmos, combatermos essa ameaça.[23]

A política externa independente abordada pelo enunciador circunscreve-se no âmbito da relação Brasil — Cuba, no contexto em que Fidel Castro já havia proclamado sua adesão ao comunismo. Assim, o enunciador recorre a um passado, ou ainda, a uma tradição: "Toda a tradição do Itamarati ameaça ruir por terra, agora pela inépcia, pela incapacidade dos homens que atualmente governam esse país"[24], contrapondo-a ao presente.

Explorando as marcas de temporalidade, cria-se uma oposição entre o "antes" e o "agora", na qual o "agora" é tomado como uma desvirtuação do "antes". Em seu artigo sobre o pronunciamento de Getúlio Vargas por ocasião das comemorações do 10 de maio, Del Carmen Daher (2007) apresenta-nos uma possibilidade de leitura que toma como referência a construção dessas diversas temporalidades. No pronunciamento em questão, o enunciador-presidente, a todo momento, faz referência a um "antes" (anterior ao seu governo), a um "agora" (durante o seu governo, em especial após a instauração do Estado Novo) e a um "depois" (marcado pelo progresso resultante de suas ações) (Daher, 2007).

Articulam-se assim as coordenadas constitutivas do discurso. São elas: EU <=> TU — AQUI — AGORA. Podemos dizer com isso que todo discurso é marcado por um EU que se dirige a um TU, num determinado AQUI (lugar = topografia) e AGORA (tempo = cronografia) (Maingueneau, 1997).

---

[23] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 1º/11/1962.

[24] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 1º/11/1962.

Ainda utilizando a lupa que focaliza, em nosso corpus, a desqualificação do governo Jango, apontamos um segundo fragmento retirado de outra entrevista realizada pelo programa *Peço a Palavra*, cujo entrevistado foi Antonio Pereira Magaldi, apresentado como presidente do Movimento Sindical Democrático e da Federação dos Empregados do Comércio.

> PERGUNTA: Teve conhecimento da denúncia do Dep. Herbert Levy sobre a infiltração comunista nos sindicatos?
>
> RESPOSTA: Tive conhecimento de fato. A denúncia realmente foi grave. Mas é real, é certo que existe infiltração comunista no movimento sindical no Brasil.
>
> (...) Infelizmente há o bafejo oficial, há realmente o amparo de nosso governo a esses elementos assalariados pelo Partido Comunista; são os capachos de Moscou.
>
> (...) Estamos diante desta situação: apelar para o governo, não podemos. Sabemos que o governo atende mais o outro lado do que o lado de cá.[25]

Ao dividir a realidade brasileira em dois lados, o enunciador-entrevistado distingue esses polos como sendo "o outro lado" e o "lado de cá", inserindo-se em um deles e colocando o governo no lado oposto. O cenário de oposição "outro lado" X "lado de cá" é construído e compartilhado por todos afinal: "Estamos diante desta situação"[26]. Ao utilizar-se do verbo na primeira pessoa do plural, o enunciador-entrevistado compartilha com todos a situação vivenciada.

Passamos assim para uma segunda entrada em nosso material de análise, na qual privilegiaremos a demarcação de fronteiras, sejam elas espaciais ou não, presentes nesses cenários de embate.

---

[25] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 23/08/1962.

[26] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 23/08/1962.

O corpus selecionado faz parte de uma entrevista também realizada pelo programa *Peço a Palavra*, da qual participou o senhor. João de Scantimburgo. É importante ressaltar que o enunciador-entrevistador não apresenta em maiores detalhes a pessoa do entrevistado, porém acreditamos ser importante explicar que se trata de um renomado jornalista que em sua carreira chegou a dirigir os *Diários Associados* em São Paulo, empresa de Assis Chateaubriand, da qual faziam parte diversos jornais e revistas, além do *Correio Paulistano*. Somando-se a isso, João de Scantimburgo tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras em 1991. A demarcação de fronteiras explicita-se desde o anúncio feito pelo enunciador-entrevistador da temática a ser abordada. Vejamos o fragmento:

> Da opção entre o regime totalitarista da esquerda, que escraviza o homem do mundo oriental, e o regime democrático em que prospera livremente o homem do mundo ocidental[27]

Na citação acima, fica patente a utilização de marcos espaciais, expressos nos sintagmas "mundo oriental" e "mundo ocidental". Além disso, podemos rapidamente identificar oposições como: Oriente X Ocidente que se desdobra em escravidão X liberdade. Os relatos dos enunciadores do programa, entrevistador e entrevistado, (re)produzem, discursivamente, a bipolarização característica da Guerra Fria. Assim, os dois mundos em confronto vão sendo delineados passo a passo. Em outro programa, percebemos um enunciador-entrevistado que se insere nas demarcações espaciais e ideológicas anunciadas pelo entrevistador:

> (...) A opção pressupõe a liberdade do homem. Não pode haver opção sem direito de escolher, direito de reagir, de ser livre por excelência.
>
> (...) É por isso que — nós todos que não somos comunistas, que não somos marxistas, não somos alienados do direito de reagir, do direito de recusar, ao passo que no regime comunista não há o direito de

[27] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 13/09/1962.

> opção. Quem pensa pelo cidadão é o partido, que é o defensor — de uma doutrina e que a transforma em uma regra de fé.[28]

Retomemos brevemente aqui a discussão acerca da alteridade, pois é a partir do outro, ou ainda, "do que eu não sou", que construímos nossas identidades. Recorrendo à utilização do pronome "nós", o enunciador-entrevistado inscreve seus co-enunciadores, caracterizando-os também como não comunistas, não marxistas e não alienados, e que, por isso, diferentemente dos que são comunistas, marxistas e "alienados", têm o direito de optar e reagir.

O mundo oriental, marcado pela escravidão, pelo totalitarismo e pelo comunismo apresenta-se em oposição ao mundo ocidental, na qual prosperariam a liberdade e a democracia.

> PERGUNTA: V.S. tem viajado muito pelo mundo. Não poderia traçar um rápido paralelo entre o progresso dos países do mundo ocidental dentro da liberdade e o dos países do mundo oriental, sob a escravidão?
>
> RESPOSTA: (...) As duas Alemanhas bastariam para estabelecer a diferença entre os dois regimes: o de economia socialista e o de economia livre que é o da Alemanha Ocidental.[29]

Reatualizando em sua pergunta as oposições Ocidente X Oriente, liberdade X escravidão, o entrevistador atribui um lugar de fala ao entrevistado, que é o de alguém que pode opinar sobre esses "dois mundos", ou ainda, que tem autoridade para tal, como é possível perceber no fragmento: "V.S. tem viajado muito pelo mundo". Ao responder, o entrevistado lança mão de outras oposições, quais sejam: Alemanha Ocidental X Alemanha Oriental e economia socialista X economia livre. É interessante observar que o enunciador-entrevistado leva seus co-enunciadores a tomar "economia livre" como o oposto de "economia socialista". Assim, "liberdade" acaba por se opor ao

---

[28] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 13/09/1962.

[29] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 13/09/1962.

"socialismo", algo anunciado já no início da entrevista e que vai sendo reafirmado ao longo da mesma. Além de identificar "comunismo" e "mundo oriental" como sinônimos de "escravidão" e "falta de democracia", era preciso também difundir a ideia de que essa ameaça estava próxima, como fica explícito no fragmento a seguir retirado da mesma entrevista:

> O comunismo internacional é um movimento revolucionário que marcha para o mundo. Já dizia Lenine que o caminho da revolução vinha do Oriente para o Ocidente.
>
> (...) Nós que estamos reunidos, que cremos na justiça, na liberdade, temos o dever de nos unirmos contra a ameaça totalitária, contra a ameaça comunista que ronda o Ocidente que se vê cada vez mais ameaçado. Basta dizer que no continente americano, a poucas milhas da costa de nossa Nação, há uma nação comunista, guiada por Moscou. Eles estão aqui no continente americano e podem ameaçar esta democracia tão frágil na qual vivemos.[30]

O símbolo de autoridade entre os comunistas, Lenin — o chefe da Revolução Bolchevique — é assimilado pelo discurso anticomunista, como marcado pelo fragmento "Já dizia Lenine", a fim de comprovar as ideias ipesianas de "bolchevização" do Ocidente e, em especial, do Brasil. As palavras de Lenin, somadas ao exemplo de Cuba — "a poucas milhas da costa de nossa Nação, há uma nação comunista, guiada por Moscou" –, adequavam-se perfeitamente ao discurso anticomunista ipesiano que, em nossa hipótese, trabalhava em torno da construção de um imaginário de "invasão comunista".

No quadro que segue, apontamos os cenários de embates apreendidos nas análises dos resumos taquigráficos do programa *Peço a Palavra*:

[30] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 13/09/1962.

PONTOS DE VISTA EM OPOSIÇÃO / CENÁRIOS DE EMBATE	
ANTICOMUNISTAS [NÃO COMUNISTAS]	**COMUNISTAS**
NÓS	ELES
OCIDENTE	ORIENTE
LIBERDADE	ESCRAVIDÃO
DEMOCRACIA	TOTALITARISMO
NÃO SÃO ALIENADOS	QUEM PENSA PELO CIDADÃO É O PARTIDO
ECONOMIA LIVRE	ECONOMIA SOCIALISTA

Acreditamos que o esquema acima contribui para visualizar o investimento do discurso anticomunista ipesiano na construção e divulgação de cenários de embate, que colocavam cada cidadão brasileiro na arena, opondo comunistas e não-comunistas. Produz-se com isso a ideia de uma neutralidade impossível; a ideia que cada cidadão brasileiro teria que optar pela escravidão ou pela liberdade, pela democracia ou pelo totalitarismo. Em última instância, ou se adere à luta contra o "perigo vermelho", ou se consente com a fragilização da democracia pelos regimes totalitários.

Um novo Brasil: pilares de uma sociedade burguesa

Partindo de algumas premissas já expostas no primeiro capítulo, quais sejam a identificação de três matrizes ideológicas do anticomunismo brasileiro — nacionalismo, cristianismo e liberalismo –, bem como a sobreposição de umas sobre as outras na construção do discurso anticomunista ipesiano, faremos nesse momento uma análise acerca do "novo Brasil" que se buscava criar.

Um primeiro panorama geral — que priorizou as temáticas que se apresentavam marcadamente — sobre as fontes que delimitamos como nosso corpus de análise indica uma maior recorrência de temáticas explicitamente ligadas ao nacionalismo e ao cristianismo. Chamamos atenção, porém, para o uso do advérbio "explicitamente", visto que pressupostos do liberalismo, tanto político como econômico, permeavam tais enunciados.

Optamos, dessa maneira, por enfocar, nesse momento, alguns aspectos econômicos do discurso anticomunista produzido pelo Ipês. Cabe ressaltar que não tomamos o econômico como algo estanque, porém acreditamos ser importante tal separação didática, pois, em meio a tantos enunciados que priorizam a desqualificação dos comunistas e de sua ideologia, quando os elementos de um debate explicitamente econômico afloram, tendem a ser colocados como pano de fundo.

Dar visibilidade a esse aspecto ganha especial importância se pensarmos que durante muito tempo a interrupção do regime democrático em 1º de abril de 1964 foi vista como um golpe militar, desferido somente por homens fardados. É bem verdade que a ideia de um golpe civil-militar vem ganhando espaço na historiografia brasileira, porém, em sua maioria, tais abordagens não aprofundam o caráter classista de tal movimentação. Como vimos ao longo de nosso trabalho, nossa hipótese é de que não foram todos e quaisquer civis e militares que atuaram na organização e implementação da derrubada de Jango. Interesses econômicos estavam em jogo, unindo a classe dominante até então inorgânica e abrindo caminho para o desenvolvimento do capitalismo.

Nesse momento, cabe retomar a discussão feita por diversos historiadores, cientistas sociais e economistas de que o quadro político do início da década de 1960, que culmina com a derrubada de Jango, é compreendido dentro do contexto da quebra do pacto populista. Não temos o objetivo de esmiuçar o conceito de populismo, que, no rol das Ciências Humanas, caracteriza-se pelas controvérsias que o termo carrega, nem mesmo de aprofundar um debate sobre as teses que defendem a ideia de um pacto populista que em determinado momento foi rompido. Esclarecemos que, se não fazemos tal debate, a opção se dá por conta dos objetivos que circunscrevem o trabalho

aqui apresentado. Acreditamos ainda ser fundamental retomar tais polêmicas, num momento em que, ao abordar a conjuntura latino-americana, os meios midiáticos recorrentemente (re)produzem o termo "populismo".

Tomando por base a ideia de ruptura com o pacto populista (Dreifuss, 1981; Mendonça & Fontes, 1992), torna-se necessário reconstruir, de forma breve, o contexto político e econômico brasileiro, no prisma da crise do populismo.

Como pontuamos anteriormente, a década de 1950 foi um momento crucial para a consolidação e o crescimento do capitalismo no país, sobretudo no governo do presidente Juscelino Kubitschek, com a adoção do nacional-desenvolvimentismo e o incentivo à entrada de capitais no país. Podemos, com isso, identificar dois níveis de ruptura com o pacto populista: a ruptura econômica e política.

No âmbito econômico dessas rupturas, identificamos o deslocamento do papel do Estado, que antes atuava como promotor da industrialização e do desenvolvimento do país como um todo. O governo Juscelino foi o momento da construção de grandes empresas estatais, e de grande controle sobre a entrada do capital estrangeiro no país. Por esse prisma, a ruptura econômica com o populismo iniciou-se na década de 1950, porém a consolidação desse processo ocorrerá ao longo dos "anos de chumbo", no período da ditadura militar.

Nesse cenário, o golpe de 1964 configura-se como a ruptura política com o pacto populista, e os anos seguintes, marcados pelo regime autoritário, aprofundaram algumas tendências econômicas anteriores ao golpe e que atuaram na consolidação do capitalismo brasileiro (Mendonça & Fontes, 1992).

Entendemos como uma das principais características de um regime populista a capacidade de pactuação com as classes populares, em especial dos trabalhadores, algo que vinha sendo ameaçado já em finais da década de 1950. Segundo Dreifuss (1981), a eleição de Jânio Quadros foi a última tentativa do grande capital de compartilhar o poder do Estado através da via eleitoral civil. Cabe lembrar que, desde o início de seu efêmero governo, Jânio conviveu com as pressões dos setores dominantes, recebendo inclusive, nos primeiros dias de governo, um documento do Conselho Nacional de Classes Produtoras (CONCLAP), intitulado "Sugestões para uma política nacional

de desenvolvimento". Entre outros aspectos, o documento exigia o apoio à empresa privada e a abertura ao capital estrangeiro (Dreifuss, 1981).

Com a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, tradicional líder do PTB, e que acumulava em seu passado o fato de ter sido Ministro do Trabalho de Vargas e Vice-presidente de Juscelino, considerado por muitos herdeiro político de Getúlio Vargas, as elites sentiram-se ameaçadas. Tal ameaça procurou ser controlada com a implementação do parlamentarismo em 1961, porém a conjuntura econômico-social "conspirou" a favor da mobilização popular.

A conjuntura que imediatamente se seguiu (1961-1964) foi marcada por um descenso econômico, em especial se comparada aos anos do governo JK. A inflação atingiu em cheio os trabalhadores, que em contraposição reagiram através de greves e mobilizações políticas. Assim, as propostas de Jango encontravam significativa ressonância na classe trabalhadora organizada, que havia aumentado não só quantitativamente, mas também qualitativamente, sua capacidade de resistir.

A entrada de Jango na presidência representou a ascensão de um bloco estatista nacional-reformista, cujos interesses contrapunham-se frontalmente aos do bloco de capital oligopolista multinacional-associado (Dreifuss, 1981). As medidas adotadas por Jango, exemplificadas na Lei de Remessa de Lucros e na orientação geral das reformas de base, ameaçaram as classes dominantes. Dessa forma, a pressão sobre Jango aumentou e o terreno da linguagem destacou-se como um dos espaços de realização dos embates entre esses interesses antagônicos.

O documento que analisaremos abaixo nos permite verificar como esse embate desenvolveu-se no plano econômico, explicitando que o Ipês tinha como objetivo não somente conter a "bolchevização do Brasil", mas também atuar em prol da construção de um novo modelo, econômico e político para o país. Trata-se de uma entrevista do programa *Peço a Palavra*, cuja temática foi anunciada como "Democratização do Capital". O entrevistado, Jamil Munhoz Bailão, é apresentado pelo enunciador-entrevistador como economista e professor da Escola de Sociologia e Política da Faculdade Municipal de Santo André, o que, para nossa análise, indica a construção de um lugar de

fala que procura ser legitimado pela formação do enunciador-entrevistado.

Ao apresentar o convidado do programa como um economista e professor de Sociologia e Política, o entrevistador coloca-o no lugar de alguém que pode abordar com propriedade a temática em questão. A partir desse princípio de autoridade, a entrevista começa com um panorama geral do tema. Vejamos:

> PERGUNTA: Que é que se entende por democratização do capital e qual sua principal característica?
>
> RESPOSTA: A finalidade da democratização do capital é fazer com que o grande público possa participar dos empreendimentos econômicos, defendendo a propriedade privada.[31]

O enunciador-entrevistado assume o lugar de quem pode elucidar o que se entende por democratização do capital e sua principal característica. A democratização do capital é apresentada como uma forma de ampliar a participação do público na economia do país, mas não socializando os meios de produção, e sim defendendo a propriedade privada.

Percebe-se no programa um tom propositivo, que deixa em segundo plano as contraposições e comparações recorrentes nos materiais analisados. Não afirmamos com isso a inexistência de embates, mas esses aparecem de forma mais sutil em algumas exemplificações, e não num enfrentamento explícito entre "mundo capitalista ocidental" e "mundo comunista oriental", como temos visto recorrentemente. Ao longo do programa, o professor Jamil Munhoz apresenta o projeto de democratização do capital com base em sua compreensão de mundo. Cabe retomar, na análise da entrevista, o debate feito sobre a formação das identidades e da alteridade como condição prévia, lembrando que a identidade se constrói na e pela sua relação com o outro.

Como afirma Maingueneau (2005), ao enunciar algo, o falante o faz com base em sua competência (inter)discursiva, ou ainda, em sua compreensão sobre o mundo. É importante ressaltar que essa não se dá apenas internamente;

---

[31] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 08/11/1962.

ao contrário, ocorre essencialmente por meio de uma relação de exterioridade. Assim, o enunciador-entrevistado irá apresentar ao telespectador a democratização do capital segundo sua competência (inter)discursiva, que foi formada com base na alteridade. Ou seja, se identificamos o enunciador-entrevistado como uma das diversas vozes do discurso anticomunista, o enunciado por ele produzido, fruto de sua competência (inter)discursiva, será permeado pela relação desse com o discurso comunista, ocorrendo uma postura de afastamento, de contraposição.

Na conjuntura analisada, o grande capital via-se ameaçado pelas propostas nacional-reformistas do governo de João Goulart. Tal sentimento de ameaça levava a pressões consecutivas com vistas a conseguir uma reorientação da economia brasileira que garantisse a concentração de renda e a melhoria de vida da classe média, impulsionando-a como uma faixa consumidora. Emergia assim o discurso de "democratização do capital" (Dreifuss, 1981).

Para Dreifuss, o objetivo da burguesia nacional de capital associado era criar um mercado de capitais no país, para, desse modo, possibilitar a entrada das companhias multinacionais nas carteiras de ações de companhias locais. Tal proposta, como ele próprio destaca, era defendida com a denominação eufemística de "democratização do capital" (Dreifuss, 1981: 134).

Segundo o autor, o que estava em jogo nesse momento eram o avanço e a consolidação do capitalismo brasileiro, somando-se a isso a construção dos pilares de uma sociedade burguesa de capital associado, que foram apresentados à população como um caminho democrático tanto no âmbito econômico quanto político.

> Os americanos convertem o dinheiro em ações e isto fortalece o seu sistema econômico. O movimento é extremamente popular existindo milhares de portadores de ações pertencentes aos chamados Clubes de investimento. Esses clubes revelam a mentalidade investidora do povo norte-americano. São formados por colegas de trabalho, vizinhos, donas de casa, que se reúnem mensalmente e contribuem com certa importância que é aplicada (...)[32].

[32] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 08/11/1962.

A fala do enunciador-entrevistado permite-nos identificar o entrelaçamento entre o campo do discurso político e o campo do discurso econômico, visto que o processo de abertura do capital das empresas, a venda de ações e a prática de investimentos através da bolsa de valores são apresentadas como uma política popular, acessível a todos. Tal apresentação converge assim para a ideia de democracia, como podemos observar a seguir em entrevista realizada no programa *Peço a Palavra*:

> PERGUNTA: Que pensa da democratização do capital? Em sua opinião ela constitui uma alternativa para a socialização?
>
> RESPOSTA: Penso que a democratização do capital é a forma através da qual se pode não apenas obter uma democracia política, mas também econômica.[33]

A proposta de orientação econômica é compreendida e divulgada pelos enunciadores do programa como um caminho para a democracia política e econômica, atuando também como possível alternativa à socialização do país.

> PERGUNTA: Acredita que a democratização do capital satisfará as massas desejosas de enriquecimento e melhor padrão de vida, desviando-se das promessas do socialismo?
>
> RESPOSTA: Nos países de economia desenvolvida, de alto movimento de ações, a renda "per capita", eleva-se a um índice que ultrapassa as necessidades mínimas de alimentação vestuário e habitação e os seus povos podem participar, através das ações, das empresas. Nesses países, o fantasma do socialismo não existe.[34]

Tal alternativa explicita-se no fragmento de entrevista citado acima, quando o enunciador-entrevistado, ao responder a pergunta, aponta a

---

[33] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 08/11/1962.

[34] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 08/11/1962.

"democratização do capital" como uma forma de acabar com o fantasma do socialismo. É importante ressaltar também que a democratização do capital é apresentada como sinônimo de economia desenvolvida, de alto movimento de ações e de renda per capita elevada. Após exemplificar através de experiências internacionais a "eficácia" da "democratização do capital", tanto na esfera econômica *stricto sensu* quanto na esfera política, visto que acabaria por conter o comunismo, o enunciador-entrevistador aproxima a ideia da realidade brasileira.

> PERGUNTA: No atual estágio de nosso desenvolvimento econômico, é desejável a democratização do capital para o Brasil?
>
> RESPOSTA: O Brasil é um país que está errado no seu processo de desenvolvimento. Isto poderá ser sanado se alguns empecilhos de natureza constitucional forem transpostos. Entre estes está o de criar condições para que as poupanças populares possam ser canalizadas para empreendimentos que democratizem esse desenvolvimento.
>
> (...) O principal obstáculo é a existência, em larga escala de sociedades anônimas fechadas.
>
> (...) A inflação é outro obstáculo à democratização do capital das empresas.[35]

Em sua indagação, o entrevistador circunscreve a pergunta em uma dada temporalidade "atual estágio de nosso desenvolvimento econômico", fator que leva o co-enunciador a pensar numa mudança na conjuntura pela qual o país estava passando e não em algo destinado ao futuro. Assim, o entrevistado passa a enumerar "os empecilhos" para a democratização do capital no Brasil, pontuando as medidas a serem tomadas no âmbito constitucional, que atuariam em prol do desenvolvimento político e econômico do país. Ao fazê-lo, o enunciador entrevistado não somente busca refletir a realidade por ele percebida, como também a produz, vide a concepção de linguagem aqui adotada.

---

[35] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 08/11/1962.

Se pensarmos estritamente sob o viés histórico, tal análise é importante para perceber o desejo das classes dominantes em desenvolver o capitalismo no país, dando continuidade ao processo de industrialização com participação do capital estrangeiro, adequando assim a sociedade brasileira ao capitalismo internacional. Em uma perspectiva histórica que compreende a importância da linguagem na produção dos acontecimentos históricos, ganha relevância, entre outros deslizamentos, o que entrelaça os campos discursivos do político e do econômico, entre outros, conformando o espaço discursivo do discurso anticomunista.

CAPÍTULO 3

A construção do "inimigo vermelho" no âmbito discursivo

Aliança entre cristãos e comunistas?! Um perigo a ser combatido

No presente capítulo, daremos continuidade à análise do nosso corpus documental e, para tal, privilegiaremos um enfoque temático, ou seja, a partir de três vias distintas, investigamos a construção do "inimigo vermelho" nas produções ipesianas.

A análise desenvolvida tem como prisma a concepção de linguagem exposta até o presente momento. Partiremos assim de alguns pressupostos desenvolvidos anteriormente e que de forma eventual serão relembrados e aprofundados.

A primeira temática a ser trabalhada neste capítulo será a análise da aliança eleitoral entre cristãos e comunistas. De antemão, precisamos esclarecer ao leitor que o pleito eleitoral de que estamos falando são as eleições ocorridas no movimento estudantil, tais como eleições da União Nacional dos Estudantes (UNE), na esfera nacional e em suas regionais, as eleições para Diretórios Centrais de Estudantes (DCE) das Universidades e nos Diretórios Acadêmicos (DA) dos cursos, ocorridas entre os anos de 1961-1964, período por nós estudado.

Vale ressaltar que, no início da década de 1960, o movimento estudantil assumiu papel preponderante na esfera política brasileira, organizando passeatas, apoiando movimentos grevistas, sendo por isso acusado de "partido político" pelos setores conservadores, significativamente representados no Ipês.

Participando ativamente da política estudantil do país, a juventude católica encontrava-se cada vez mais embrenhada em entidades estudantis como a UNE, os grêmios e os diretórios acadêmicos, tornando esses espaços passíveis de atuação da Igreja Católica. Diferentemente da "linha oficial" da Igreja, que, nesse momento no Brasil e no mundo, encontrava-se marcada por um forte discurso anticomunista, um setor dos jovens dirigentes católicos no país fazia alianças eleitorais ou mesmo formava chapas conjuntas com os comunistas.

Identificando tal "perigo" dentro de suas próprias fileiras, a Igreja Católica partiu para uma intensa ofensiva que visava à (re)construção do comunismo como inimigo de todo o cristianismo, em especial dos católicos. Além disso, procurava-se produzir uma incompatibilidade entre interesses cristãos, sobretudo católicos, e interesses comunistas, o que, segundo o discurso anticomunista, invalidava a aliança eleitoral entre tais grupamentos.

Com intuito de melhor compreendermos uma das facetas do anticomunismo no país, o católico, tomamos por referência a dissertação de mestrado *Igreja Católica e Comunismo: articulação anticomunista em periódicos católicos (1961-1964)*, defendida por Francis Wellington de Barros Andrade (2006). Cabe ressaltar que tal trabalho influenciou também nossas reflexões acerca do anticomunismo brasileiro, conforme explicitamos acima.

Andrade analisa o anticomunismo no país ajustando seu foco na matriz católica desse movimento, aprofundando-se nas relações entre Igreja e comunismo. Pontuamos ainda que mesmo não lançando mão do conceito de mitos de combate, algumas leituras do autor nos remetem à reapropriação dos mitos, principalmente a categorização acima citada, e suas oposições básicas, que traduziam-se na oposição entre Igreja e seus inimigos numa eterna luta.

Como afirma Andrade, ao longo de todo o século XX no Brasil e no mundo, a luta idealizada pela Igreja pautou-se sempre num confronto atemporal entre duas forças opostas: bem e mal, Cristo e Anticristo, Roma e Moscou. Respaldando-se em eventos históricos, os anticomunistas buscavam legitimar a existência desse confronto e, por conseguinte, a vitória do bem (Andrade, 2006: 68).

> ...a luta idealizada pela Igreja Católica contra o comunismo ao longo do século XX em todo o mundo e no Brasil, esteve desde sempre pautada num confronto atemporal entre duas forças opostas, bem e mal, Cristo versus Anticristo, Roma versus Moscou. Assim, a fim de legitimar a existência desse eterno confronto e consequentemente a certeza da vitória do bem, os anticomunistas buscavam se legitimar em eventos históricos... (Andrade, 2006: 68).

Perseguindo essa legitimação, a Igreja Católica, a todo momento, relembrava aos seus fiéis a resistência secular dessa instituição, que não tombou frente a nenhum de seus inimigos, em geral apresentados como facetas do inimigo principal: o próprio diabo. O percurso católico era narrado por seus clérigos como sendo áspero e tortuoso, marcado por tentações e desafios, frutos da ação do inimigo diabólico que, ao longo da história, apresentou-se de diversas formas: romanos pagãos, judeus, muçulmanos ou comunistas, variando de acordo com o período histórico analisado.

Referenciando-se em alguns estudiosos da relação entre religião e política, Andrade ressalta a importância que o inimigo diabólico foi ganhando no interior do catolicismo. Ou seja, o autor percebe que, ao exaltar seu inimigo, qual seja o mal, o demônio ou mesmo o comunismo, o catolicismo legitimava-se, consolidando-se como forte o suficiente para vencer o desafio por eles representado (Andrade, 2006: 70).

É possível notar aqui um diálogo entre as análises produzidas acerca do fortalecimento da Igreja a partir da explicitação de combates contra determinados inimigos e a noção de interdiscurso, advinda da Análise do Discurso, abordagem com a qual viemos trabalhando. Tal noção contribui com a possibilidade de ver esses embates pondo em cena diferentes discursos, constituindo a formação discursiva em que se situa o enunciador em oposição àquela atribuída a seu inimigo. Fica patente também nesse instante uma relação de "interlegitimação", na qual um discurso produz o seu outro.

Se partirmos do princípio de que a identidade somente se constrói por uma relação com o outro, a questão da alteridade apresenta-se novamente como necessária para nossas discussões, visto que o presente capítulo tem por objetivo analisar a construção do inimigo comunista. Pretendemos aqui

exemplificar algumas maneiras pelas quais a alteridade se faz presente num discurso, tomando como estudo específico o discurso ipesiano.

Como ressaltamos no segundo capítulo, todo discurso é atravessado por uma dimensão de heterogeneidade que é constitutiva a ele. Mesmo que tal dimensão não se mostre explicitamente, a palavra põe sempre em cena outros discursos. É possível acrescentar ainda que, em certos momentos, essa dimensão de heterogeneidade presente torna-se explícita, o que chamamos de heterogeneidade mostrada (Authier-Revuz, 1990).

Entre as várias formas de heterogeneidade mostrada, optamos por trabalhar com a noção de discurso relatado (DR), por acreditarmos que essa tem muito a colaborar em nossas investigações, ajudando-nos a perceber diversas formas de inscrição do outro num discurso. Segundo Bruno Deusdará (2006), ao pôr em cena uma luta do discurso para limitar em um ponto localizável esse outro, o discurso relatado atua como se pudesse localizar no discurso a representação dessa alteridade, que, ao contrário, o constitui integralmente (Deusdará, 2006: 122). O discurso relatado apresenta-se como uma forma de trazer à baila a(s) voz(es) desse(s) outro(s) que, de maneira constitutiva, habitam todo o discurso, procurando criar a ilusão de que somente em alguns momentos, bem definidos, a alteridade se faz presente. Ao criar a ilusão de que a voz do outro se situa num determinado fragmento, o discurso relatado faz pressupor que todas as outras palavras pertencem ao enunciador.

Com a finalidade de apreender as diversas formas de apresentação da voz do outro, a categoria de discurso relatado pode ainda ser dividida em algumas formas de ocorrências mais usuais: discurso direto (DD), discurso indireto (DI), modalização em discurso segundo (DS), ilha textual (IT), intertexto e discurso narrativizado (DN)[36]. Compreender as diferentes formas de categorização de discurso relatado nos abre novas perspectivas para compreender como é dado espaço às outras vozes que permeiam o discurso, identificando formas distintas de apresentar a voz do outro, seja por um processo de aproximação, seja por afastamento. Ao invés de realizarmos uma exposição

[36] A respeito dessa categorização e seus respectivos desdobramentos, remetemos nosso leitor às seguintes referências: Authier-Revuz, 2001; Maingueneau, 2001; Sant'anna, 2004.

detalhada de cada uma dessas formas de discurso relatado, o que propomos ao leitor é que tal explicação seja feita à medida que as ocorrências apareçam em nossas fontes.

Com o intuito de investigar como o discurso anticomunista abordou a relação entre católicos e comunistas, selecionamos alguns resumos taquigráficos do programa *Peço a Palavra*, nos quais a referida temática destacou-se. A primeira entrevista que iremos analisar foi exibida em 1º de novembro de 1962. Tal entrevista propunha discutir a relação entre "Igreja e Democracia", tema considerado de interesse nacional. Como afirma o programa:

> Dando sequência a série de entrevistas com as quais procura promover o debate de problemas de interesse nacional, o Ipês — Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais — traz hoje para o seu programa o deputado estadual padre Godinho, que falará sobre o tema "Igreja e Democracia".[37]

Foi recorrente a prática de iniciar o programa *Peço a Palavra*, reafirmando que esse tratava de temáticas que atendiam às demandas do país, o que funcionava como uma ratificação do que o Instituto colocava em seus estatutos. Não iremos por ora abordar a discussão acerca da utilização do termo "democracia", pois trataremos mais detidamente dessa temática ao final do capítulo. O que objetivamos no momento é investigar de que maneira a relação entre Igreja e comunismo foi trabalhada pelos enunciadores do Ipês.

Como vimos em nosso primeiro capítulo, após a adesão de Fidel Castro ao comunismo, Cuba se tornou o perigo mais próximo, e como tal, passou a permear as produções ipesianas. Vejamos tal preocupação na pergunta a seguir, que faz parte da entrevista com o Padre Godinho:

> PERGUNTA: E a Igreja em Cuba: que nos pode dizer a esse respeito? Fidel Castro afirma que há mais cristianismo em Cuba do que nos países ocidentais; há algum fundamento nisso?

---

[37] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 1º/11/1962.

RESPOSTA: Se Fidel Castro afirma, não deve haver. Ele afirmou que não havia foguetes em Cuba e, agora, ficou provado que há. O cristianismo que há em Cuba deve ser parecido com isso.

Não há cristianismo onde há comunismo.

Ainda há pouco, os diplomatas russos mandaram raspar a cruz dos carros que deviam conduzir o embaixador russo que morreu afogado, no Rio de Janeiro. O que acham disto?[38]

No diálogo identificamos a ocorrência de um discurso indireto. Ressaltamos aqui que o discurso indireto caracteriza-se por uma reformulação da fala do outro. No âmbito da sintaxe, tal categoria é marcada pela presença dessa fala em uma oração subordinada. Vejamos como essa caracterização se apresenta na ocorrência em questão: "Fidel Castro afirma que há mais cristianismo ..." ou ainda "Ele afirmou que não havia...". Tal discurso é caracterizado como indireto por indicar ao co-enunciador leitor que o enunciado sofreu uma reformulação, visto que não observamos marcações linguísticas como aspas ou travessão, indicando assim uma quebra na estrutura sintática que supostamente garantiria a reprodução fidedigna da fala do outro. Os enunciadores do programa, tanto o entrevistador quanto o entrevistado, reformulam o pronunciamento do líder cubano, procurando com isso construir para Fidel Castro, uma imagem de alguém que afirma algo que não é verídico.

Além de apresentar Fidel Castro como um homem em quem não se pode confiar, Padre Godinho recoloca um cenário em que comunismo e cristianismo são apresentados como antagônicos. Para reforçar sua afirmação, Godinho conta uma história, que, independentemente de ser verdadeira ou não, procura produzir no telespectador do programa um estranhamento, fator que pode ser confirmado com a pergunta retórica com a qual o entrevistado encerra sua fala: "O que acha disto?". Ao utilizar-se de uma pergunta retórica, o entrevistado convoca o co-enunciador telespectador do programa a interagir com essa discussão e não somente assistir ao debate.

[38] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 1º/11/1962.

O segundo programa a ser analisado trata diretamente da temática de nosso subitem: "aliança eleitoral dos estudantes cristãos com os comunistas". Cabe ressaltar que não se trata de uma entrevista, formato recorrente do programa analisado, mas sim de uma palestra proferida por José Carlos Wagner, apresentado pelo programa como presidente da Frente Popular Democrática. O palestrante inicia sua exposição afirmando que existem divergências no que diz respeito à referida temática, e que sua argumentação se dará "com dados concretos nas mãos, para, apoiados neles, chegarmos a alguma conclusão"[39]. Falando sobre a UNE, o enunciador-palestrante afirma que

> Hoje, a União Nacional dos Estudantes, movimento universitário brasileiro, constitui quase que um partido político, desenvolvendo uma intensa atividade política, que se manifesta nos moldes de um partido. Não nos cabe julgar se é certo ou errado este proceder, reservando-nos o direito de não discorrer sobre esse aspecto, desde que não é lícito admitir que os jovens não devam participar efetivamente na vida nacional. Esse interesse do estudante é legítimo. Ocorre, entretanto, que as entidades universitárias deixaram de fazer política no sentido de interesse da Nação, passando a participar ativamente da política partidária.[40]

Apesar de fazer uma denúncia sobre o caráter partidário da UNE, o enunciador-palestrante não inicia sua exposição de forma truculenta, criticando a participação dos jovens na política. Ao contrário, procura fazer uma crítica ponderada dessa participação, apresentando a entidade que agrega esses jovens, a UNE, como um partido político. É interessante observar também que, apesar de afirmar que não lhe cabia o papel de julgar — "Não nos cabe julgar se é certo ou errado esse proceder" — o palestrante enumera o que julga lícito ou ilícito, discernindo inclusive o que é política de interesse da nação e política partidária. Tais políticas são colocadas em oposição, pois, segundo

[39] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 04/10/1962.

[40] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 04/11/1962.

ele, ou se faz política de interesse da nação ou política partidária. Com isso, o enunciador-palestrante permite que seu co-enunciador subentenda que quem quer fazer política para a nação não deverá participar da UNE.

Procurando legitimar sua opinião de que a UNE é um partido político, José Carlos Wagner cita um fragmento do jornal *Última Hora*, ligado ao PTB, partido do presidente João Goulart e recorrentemente acusado de ser vinculado aos comunistas, um dos principais fatores que levará ao seu fechamento com a intervenção militar em 1964.

> Vejamos, por exemplo, este recorte do jornal "Última Hora", do Rio, que diz: "A UNE lança-se em luta contra Juracy". Essa participação partidário-eleitoral retira da UNE aquela finalidade precípua de organizar todos os universitários brasileiros.[41]

No fragmento de texto citado acima temos um outro tipo de discurso relatado: o Intertexto. Esta categoria é marcada pela atribuição de um relato a um outro texto e não a uma pessoa. Nesse exemplo, o relato é atribuído ao jornal Última *Hora*. O palestrante, ao trazer esse outro texto, alia-se a ele, interpretando-o a fim de legitimar seu posicionamento a respeito da UNE.

Ao citar a notícia do jornal Última *Hora*, o enunciador utiliza-se das aspas, procurando produzir um efeito de autenticidade do relato que servirá como prova do que ele anunciara anteriormente: que a UNE é um partido político. Dizemos produzir um efeito de autenticidade, pois, como vimos anteriormente, um enunciado não possui um sentido único e estável, mas sim depende do espaço e tempo em que é enunciado, podendo com isso assumir sentidos distintos. Ou seja, deslocar um determinado fragmento pode sim implicar em um deslocamento de sentido do mesmo. No fragmento em análise, o efeito de autenticidade é garantido ao recorrer a um texto de jornal para assegurar a legitimidade da tese que vem defendendo.

A seguir o enunciador-palestrante começa a abordar diretamente a aliança eleitoral entre comunistas e católicos:

---

[41] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 04/11/1962.

> Ninguém desconhece que na UNE também foi eleita uma chapa apoiada por comunistas e católicos, a chamada Frente Única.
>
> Esse problema da Frente Única é o que diz respeito à legitimidade ou ilegitimidade da aliança entre católicos e comunistas.[42]

A aliança entre católicos e comunistas é apresentada aos telespectadores do programa como um problema, o que coloca o palestrante no lugar de quem poder aferir legitimidade a essa união política. Com isso, o posicionamento da Juventude Universitária Católica (JUC) passa a ser analisado e julgado pelo enunciador palestrante, que procura a todo momento ressaltar as contradições, segundo ele, da aliança entre cristãos e comunistas.

Parece-nos importante pontuar que a aliança da Juventude Universitária Católica com os comunistas explicitava ressonâncias das divergências e das polêmicas, ainda que pequenas, existentes no interior da Igreja Católica. Cabe destacar que, nesse período, a Igreja vivenciava na América Latina o surgimento e crescimento da Teologia da Libertação.[43] Por essa razão, trabalhamos com a hipótese de que a JUC, através de suas alianças eleitorais com os comunistas, representava para os conservadores um perigo interno nas fileiras do catolicismo.

Procurando combater o perigo representado pelas alianças da JUC com os comunistas, o palestrante do programa recorre novamente à utilização da voz do outro, através do relato:

> Temos aqui um documento do líder da Pontifícia Universidade Católica, no qual, após a análise da Frente Única, encontramos a orientação que pretende dar, expressas nas seguintes sugestões:
>
> 1. Atitude mais firme da JUC diante do Partido Comunista, atitude que sem ser discriminadora deve ser mais crítica.

---

[42] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 04/11/1962.

[43] Movimento teológico que emergiu no início da década de 1960 na América Latina e que dentre outros pontos, buscava um catolicismo que se aproximasse mais dos leigos e de sua realidade.

2. Por que a JUC não tem elementos na diretoria?

3. Estudar a possibilidade de a JUC marchar sozinha, com bandeira bem nítida.

4. Manter os membros da entidade a salvo de discórdias.[44]

Novamente identificamos a ocorrência de intertexto na enunciação do palestrante do *Peço a Palavra*. Apoiando-se em outro texto, no caso um documento de um líder estudantil da PUC, José Carlos Wagner procura consolidar suas opiniões e propostas. Ao sustentar sua argumentação fazendo referência a outras vozes, o enunciador crê explicitar os dados concretos prometidos no início de sua explanação: "com dados concretos nas mãos, para, apoiados neles, chegarmos a alguma conclusão"[45].

Acreditamos ser de grande valia retomar aqui o conceito de "prática discursiva", explorado no segundo capítulo. O referido conceito indica que todo discurso, ao ser produzido, dá visibilidade a uma determinada comunidade de sustentação. Ao mesmo tempo, ao ser divulgado, esse discurso acaba por construir tal comunidade. No fragmento destacado, esse movimento de interlegitimação entre o discurso e sua comunidade de sustentação fica explícito. Como podemos perceber em "orientação que pretende dar"[46], tais sugestões, em nossa perspectiva, atuam como um texto que alimenta uma determinada comunidade discursiva, procurando além de dar visibilidade a ela, ampliá-la.

A partir daí, Wagner apoia-se no documento do líder católico para tecer suas críticas ao posicionamento da Juventude Universitária Católica, a quem se direciona no final de sua palestra:

---

[44] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 04/11/1962.

[45] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 04/11/1962.

[46] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 04/11/1962.

> A JUC deverá voltar-se para aquilo que realmente interessa ser defendido: a liberdade de pensamento, que é a arma indispensável na luta pela justiça social, a luta pela liberdade individual e pela justiça social. Uma coisa abrange a outra. Uma não existe sem a outra. Mas nessa luta não deverá unir-se aos adversários, que são os comunistas.[47]

Identificamos que o enunciador-palestrante agora se coloca no lugar de quem pode dizer o que a JUC deve fazer, pontuando o que, segundo sua visão de mundo, "realmente interessa ser defendido", valores como: liberdade de pensamento, liberdade individual e justiça social. Após explanar quais deveriam ser as bandeiras da Juventude Universitária Católica, José Carlos Wagner retoma o cenário de luta, tão recorrente no discurso anticomunista, reforçando a imagem de que comunistas e católicos estão em lados opostos.

A presença do outro no discurso mostra-se visível de diversas maneiras. Procuramos aqui mostrar algumas dessas ocorrências, esclarecendo que a opção por uma dessas formas não se dá por acaso. Essas opções põem em funcionamento processos de produção de sentido no enunciado. Tais procedimentos revelam ao analista como a voz do outro é introduzida, estabelecendo relações de distanciamento ou de reformulação. Tais análises nos permitem ainda perceber quem é convocado a falar sobre determinado assunto e que estatuto é conferido a essas vozes.

As reflexões que tecemos até o presente momento constituem algumas das linhas que desenvolveremos a seguir na análise de outra temática: o sindicalismo. Retomaremos fundamentalmente a discussão em torno da problemática da alteridade, aprofundando a análise acerca da retomada da voz do outro, produzindo relações de aproximação e afastamento.

---

[47] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 04/11/1962.

Sindicalismo democrático X sindicalismo soviético: a disputa pela organização dos trabalhadores

A segunda temática a ser trabalhada no presente capítulo diz respeito ao que os anticomunistas julgavam como sendo o principal foco da invasão bolchevique: os meios sindicais. Partindo dessa convicção, os sindicatos passaram a ser alvo das produções anticomunistas, entre elas os materiais ipesianos. Assim, o meio sindical foi recorrentemente debatido procurando criar uma oposição entre "os verdadeiros sindicatos" e os sindicatos que, segundo os anticomunistas, eram "sindicatos comunistas".

Acusando e desqualificando grande parcela do sindicalismo brasileiro, o discurso anticomunista disseminava a ideia de que o movimento sindical era a porta de entrada da invasão comunista no país. Em uma entrevista com o deputado Herbert Levy, o apresentador do Ipês, ao descrever o entrevistado, afirma:

> Como se sabe, o ilustre parlamentar da Tribuna da Câmara tem denunciado, ultimamente, a conspiração comunista, que se processa sobretudo nos meios sindicais, em que se infiltram os agentes da subversão.[48]

Ao utilizar-se da palavra "sobretudo", o enunciador-entrevistador enfatiza a conspiração comunista nos meios sindicais, indicando para os que assistem ao programa que "os agentes da subversão" estão invadindo o país principalmente através das entidades de organização dos trabalhadores.

Refletir acerca da produção de uma determinada imagem negativa do movimento sindical brasileiro torna-se bastante pertinente se pensarmos que durante a ditadura militar o regime perseguiu, prendeu, torturou e assassinou muitas lideranças sindicais, sob a acusação de subversão e/ou terrorismo.

Como já apontamos, o início da década de 1960 foi marcado por um avanço da mobilização popular, principalmente no meio sindical. Tal avanço

[48] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 18/10/1962.

desdobrou-se em um crescimento do partido de Jango, o PTB. Criado por Vargas no final do Estado Novo, o PTB tinha suas raízes nos sindicatos atrelados ao governo getulista. Com o passar dos anos, esses sindicatos passaram por um processo de politização e qualificação de sua intervenção, tornando-se alvo do discurso anticomunista.

É interessante observar os deslocamentos acerca das polêmicas em torno das organizações sindicais no período analisado e o que tem se dado atualmente. Hoje, o discurso neoliberal, hegemônico na mídia do século XXI, aponta para um descrédito das organizações sindicais, sustentado na intensa valorização do indivíduo e da competição entre os trabalhadores como forma de garantia da sobrevivência, contrapondo-se às lutas coletivas. Já o que ocorria no período pré-1964 e que aparece exemplificado nos materiais do Ipês não é uma desqualificação da organização sindical, mas sim uma disputa na orientação dessas entidades. Na conjuntura aqui analisada, o trabalhador brasileiro era incitado não a deixar de ser sindicalizado, mas sim a participar de um sindicato "realmente democrático".

Com o objetivo de analisar essa disputa, selecionamos alguns materiais produzidos pelo Instituto que abordam diretamente a temática do sindicalismo. Começaremos nossa análise por um folheto que se propõe a discutir a realidade de um trabalhador soviético. Infelizmente, nos arquivos encontrados, somente tivemos acesso a um exemplar do material que denominamos de folhetos. Acreditamos, no entanto, que se trata de uma série, ou mesmo de uma coleção, pois o documento faz referência a um primeiro folheto. O fato de ter acesso somente a um exemplar desse material não invalida a sua importância, pois se trata de uma produção muito interessante por uma série de razões. Uma delas reside no fato de o material ser dirigido a um público mais amplo: os trabalhadores em geral. Outra razão aponta para o fato desse material exemplificar de forma bastante explícita a construção do outro, o trabalhador soviético, contribuindo assim para reflexões e confirmações de nossas hipóteses.

Com intuito de realizar uma análise que privilegie o âmbito enunciativo, recorremos à noção de "gêneros do discurso", introduzida por Bakhtin (2000) e operacionalizada por Maingueneau (2001):

> (...) cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso.
>
> A riqueza e variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa (Bakhtin, 2000: 279).

Temos, assim, nos elementos enumerados acima, pistas importantes para a caracterização dos "gêneros do discurso", na associação indissolúvel entre práticas de linguagem e atividade social: temáticas abordadas, o tempo e o espaço de enunciação, suporte e modos de difusão, entre outras.

Ilustrando a definição e alguns dos critérios apresentados anteriormente, diríamos que se pensarmos no gênero receita imediatamente nosso conhecimento de mundo nos remeterá aos procedimentos de culinária, pois as formas relativamente estáveis desses enunciados apontam para tal associação. No entanto, se alguém nos fala de uma receita de tese acadêmica, ou mesmo receita de poesia, o estranhamento se torna inevitável, pois aponta para uma aparente transgressão do que circunscrevemos como gênero receita. Podemos dizer com isso que "é o gênero que garante a comunicação entre os falantes de uma língua, pois permite uma economia cognitiva entre os interlocutores" (Deusdará& Giorgi, 2007: 16).

Circunscrevemos o material analisado no gênero folheto, que, de maneira geral, podemos caracterizar como capaz de divulgar/apresentar temáticas de forma sucinta. Assumindo uma função propagandística, o folheto apresenta traços didáticos, que têm como objetivo assegurar a interlocução entre enunciadores e co-enunciadores. Ressaltamos que tais traços didáticos parecem colaborar na construção de um perfil do co-enunciador desse texto. No que tange às possibilidades de temáticas inerentes ao gênero folheto, acreditamos que tal gênero agrega um leque amplo de opções. Os folhetos podem ser: comerciais, religiosos, políticos científicos dentre outros. E no interior dessa divisão temática, podemos ainda pontuar subtemáticas trabalhadas por cada uma delas.

Caracterizamos o texto produzido pelo Ipês como sendo um folheto de cunho político, pois apresenta os traços estáveis que classificam tal gênero. O material possui oito laudas, sem contar as capas, apresenta-se em formato brochura e tem por objetivo divulgar a "realidade de um trabalhador soviético". A temática abordada é um fator decisivo para classificá-lo como folheto político. Outro aspecto que nos leva a tal caracterização é a estruturação/organização do texto, que se centra na exposição e "comprovação" de ideias, utilizando-se exclusivamente da linguagem escrita, não recorrendo a imagens, como figuras, charges, etc.

No folheto, que tem como título "Se você fosse um trabalhador soviético... a principal tarefa de seu sindicato seria fazer você trabalhar ainda mais", o enunciador do texto cria uma cena em que o co-enunciador deverá se imaginar na realidade de um trabalhador soviético, pressupondo *a priori* um interesse de seu co-enunciador em conhecer o mundo soviético.

Podemos destacar ainda de que modo esse texto permite retomar algumas das reflexões em torno da questão da alteridade. Nele, as referências à legislação comunista são postas em discussão, para construir seu contraponto. Assim sendo, o Ipês, no folheto em análise, propõe-se a divulgar a "realidade" do trabalhador soviético que se apresenta através dos relatos do texto da legislação mencionada. Como nos diz o folheto:

> Esta lei está na própria «Constituição dos Sindicatos Operários da URSS » (artigo 42):
>
> << As tarefas do corpo primário do sindicato (local) são:
>
> << (a) Induzir todo o pessoal da empresa ou do estabelecimento a cumprir e ULTRAPASSAR o planejamento do estado, impor a disciplina do trabalho e fomentar a competição socialista >> (sistema de aceleração)[49]

Novamente o discurso relatado apresenta-se como recurso utilizado pelos enunciadores do Ipês na produção de seus materiais de divulgação

[49] AN. Fundo AP25. cx. 37. Folheto "Se você Fosse um trabalhador Soviético". p.2. Arquivo Nacional. Fundo Ipês.

e propaganda. Observamos ao longo do folheto a ocorrência específica do intertexto, que, como vimos anteriormente, caracteriza-se pela atribuição de um determinado ato de fala não a uma pessoa, mas sim a um texto. No caso do folheto, o texto de referência é a Constituição dos Sindicatos Soviéticos.

A "realidade" do trabalhador soviético vai sendo assim construída junto ao co-enunciador através da retomada do texto e de propostas de interpretação dos mesmos. Com essas interpretações, o enunciador vai oferecendo ao seu leitor uma espécie de "tradução" do texto da lei comunista. Tal tradução se dará através da produção de um simulacro do mundo soviético, por parte do enunciador, que interpreta a lei para o seu co-enunciador, fato que nos leva à hipótese de que esse pressupõe um co-enunciador incapaz de compreender a legislação soviética. Ou ainda, pode apontar também para o pressuposto de que as interpretações correntes não sejam as mais adequadas.

Considerando que por meio dessas "traduções" se constrói um perfil de co-enunciador que ignora o texto ou não o conhece adequadamente, as reformulações apresentadas da lei comunista assumem traços didáticos, que, em geral, aparecem entre parênteses, ou mesmo como perguntas. Desse modo, o enunciador do folheto produz identidades opostas entre "você", co-enunciador do folheto, e o trabalhador soviético. Através de uma "didática interativa" são construídas situações nas quais ao responder as perguntas retóricas formuladas pelos enunciadores do folheto, o co-enunciador afasta-se da identidade apresentada como sendo a do trabalhador soviético.

Entre as diversas marcas linguísticas presentes em tal "tradução", parece-nos importante ressaltar o estranhamento do enunciador ao falar da realidade de um trabalhador soviético, estranhamento esse que aparece através das aspas, como nos fragmentos a seguir:

> Note-se nesta LEI COMUNISTA não há uma só palavra que diga que os «sindicatos» lutarão pela elevação dos salários, mesmo que seja elevada a produção, à força.[50]

[50] AN. Fundo AP25. cx. 37. Folheto "Se você Fosse um trabalhador Soviético". p.2. Arquivo Nacional. Fundo Ipês.

> (...) Será que um verdadeiro sindicato ajudaria a empresa a fazer com que os trabalhadores «cumpram e ultrapassem» as quotas de trabalho ou será que deveria antes proteger seus trabalhadores contra o trabalho excessivo?[51]

A citação acima aponta para outra característica presente no folheto, qual seja a utilização de aspas ao referir-se aos sindicatos comunistas. No entanto, ao mencionar outros sindicatos, o enunciador, além de não utilizar aspas, atribui ao substantivo "sindicato" o adjetivo "verdadeiro", criando uma oposição entre «sindicatos» (comunistas) e sindicatos (verdadeiros). Essas observações podem ser sintetizadas no seguinte quadro:

SÍNTESE DA OPOSIÇÃO DE SENTIDOS DE "SINDICATO"

VERDADEIRO SINDICATO	«SINDICATO» [COMUNISTA]
"(...) DEVERIA ANTES PROTEGER SEUS TRABALHADORES CONTRA O TRABALHO EXCESSIVO"	"(...) FAZER COM QUE OS TRABALHADORES «CUMPRAM E ULTRAPASSEM» AS QUOTAS DE TRABALHO"

Lembremos que, no início dos anos 1960, o Ipês não era o único a produzir e disseminar um discurso anticomunista. Ao contrário, jornais, rádios, igrejas compartilhavam desse sentimento hostil ao comunismo. Tal afirmação é pertinente para pensarmos que o cenário de disputa entre um "verdadeiro sindicato" e um "sindicato comunista" permeou vários outros materiais, ipesianos ou não.

Entre os materiais produzidos pelo Ipês, também o programa *Peço a Palavra* aborda as polêmicas em torno das organizações sindicais, destacando a polarização acima citada. A presença de uma "opinião" coesa que

[51] AN. Fundo AP25. cx. 37. Folheto "Se você Fosse um trabalhador Soviético". p.2. Arquivo Nacional. Fundo Ipês.

se desdobrava nos mais diversos materiais parece demonstrar a capacidade organizativa do Instituto, ou, como detalhamos em nosso segundo capítulo, a eficiência dos grupos que o integravam: Ação e Doutrina (GED), Opinião Pública (GOP) e o de Publicação Editorial (GPE).

O enfrentamento entre "verdadeiros sindicatos" e "sindicatos comunistas" desdobrou-se em outras polarizações que, como veremos, procuravam produzir a oposição entre "sindicato democrático" e "sindicato comunista":

> PERGUNTA: Que acha dos resultados do encontro do Sindicalismo Democrático, há pouco realizado no Rio de Janeiro?
>
> RESPOSTA: Acho excelente. Excelente porque esse encontro sindical, realizado na Guanabara, foi puramente sindical, fora de qualquer política partidária.
>
> (...) Foram ali aprovadas teses relacionadas com os verdadeiros interesses dos trabalhadores. Não se tratou ali de política partidária.[52]

Retirado do programa *Peço a Palavra*, o fragmento acima faz parte de uma entrevista realizada com Antonio Pereira Magaldi, apresentado pelo entrevistador como presidente do Movimento Sindical Democrático e da Federação dos Empregados do Comércio. No trecho destacado, podemos perceber que o sindicalismo democrático opõe-se à política partidária. É possível notar ainda que essa aparece como oposta aos "verdadeiros interesses dos trabalhadores".

Assim como nas acusações contra a União Nacional dos Estudantes (UNE), que analisamos anteriormente, a problemática colocada pelos enunciadores anticomunistas do Ipês é a política partidária, ou ainda a "partidarização", segundo eles, dessas instituições, o que acabava por desvirtuá-las dos "verdadeiros interesses dos trabalhadores".

---

[52] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 23/08/1962.

> Por outro lado nós verificamos, depois daquela grandiosidade, depois daquela autenticidade, daquele pronunciamento do verdadeiro sindicalismo autêntico, verificamos, com grande pesar que em S. Paulo se realizava uma reunião política assessorada pelo Partido Comunista, em nome do movimento sindical brasileiro. É horrível para o trabalhador, que luta por dias melhores, ver o movimento sindical usado em defesa da política, em detrimento dos interesses sindicais.[53]

Utilizando-se de adjetivos como "verdadeiro" e "autêntico", o enunciador-entrevistado apresenta um determinado sindicalismo ao seu co-enunciador telespectador do programa, que em sua visão representa o "verdadeiro sindicalismo autêntico". Ao usar os termos "verdadeiro" e "autêntico", podemos notar que Magaldi incorre em uma redundância que cremos necessária para o objetivo que procurava atingir: reforçar a ideia positiva acerca desse sindicalismo.

O sindicalismo democrático, verdadeiro e autêntico, era aclamado pelos enunciadores do Ipês, que colocavam seu co-enunciador em uma arena de combate para o enfrentamento do que chamavam de "sindicatos comunistas". Como veremos a seguir, em tal arena todos eram convidados a participar:

> PERGUNTA: Acredita na vitória do sindicalismo democrático no Brasil?
>
> RESPOSTA: Acredito piamente, desde que aqueles que ainda estão dormindo, despertem, acordem e venham para a luta, porque o Brasil necessita, neste instante, de homens de coragem, de homens que esclareçam as massas proletárias, que também divulguem o sindicalismo são e autêntico, que possa esclarecer ao povo em geral, o valor do sindicato democrático...[54]

---

53 AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 23/08/1962.

54 AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 23/08/1962.

Chamados a participar de uma verdadeira luta, os co-enunciadores do programa *Peço a Palavra* são interpelados pelo enunciador-entrevistado, que os intima a integrar uma luta na qual são necessários homens de coragem. Identificamos que, tanto no folheto quanto no programa televisivo, os enunciadores do Ipês procuraram produzir um embate entre o que propunham como formas distintas de organização sindical: uma, democrática e outra, atrelada aos comunistas.

Retomando a análise do folheto, observamos que em diversos momentos o enunciador ipesiano utiliza-se das aspas como recurso de produção de estranhamento em seus co-enunciadores. Vejamos o exemplo a seguir:

> Este folheto tratará dos «direitos» dos «sindicatos» comunistas, de acordo com a LEI existente e adotada como modelo pela União Soviética e seus satélites — Cuba, Alemanha Oriental, Bulgária, etc — e que é seguida por estes países ao pé da letra. Os folhetos seguintes tratarão da LEI COMUNISTA referente ao contrato coletivo, ao direito de greve, aos processos de atendimento das reclamações trabalhistas, etc.[55]

Compreendemos as aspas como pistas linguísticas de um determinado afastamento que se quer produzir, para enfatizar, por exemplo, um não reconhecimento de que esses sejam realmente direitos ou sindicatos, como no fragmento acima. Ou seja, as aspas parecem indicar que os sentidos das palavras destacadas não remetem exatamente àqueles aos quais estamos habituados.

Além disso, ao recorrer ao uso de letras maiúsculas, o enunciador do folheto destaca determinados termos em detrimento de outros. Podemos ainda observar que as referências à expressão "lei comunista" aparecem sempre grafadas em caixa alta. A nosso ver, é possível supor que tal procedimento procura demonstrar que o que está sendo apresentado seria a própria legislação soviética, criando-se assim um efeito de autenticidade, como se o enunciador estivesse dizendo: "o que trazemos é a própria lei soviética".

---

[55] AN. Fundo AP25. cx. 37. Folheto "Se você Fosse um trabalhador Soviético". p.3. Arquivo Nacional. Fundo Ipês.

Para aprofundamento de nossas reflexões, acreditamos ser pertinente recorrer a mais um conceito da Análise do Discurso: a noção de "interincompreensão", apresentada por Dominique Maingueneau (2005). Para o autor, quando um enunciador A capta um discurso B, ele o traduz dentro de suas categorias, a partir de seu conhecimento de mundo e de sua competência discursiva. Assim, ao falar do outro, mesmo que esteja fazendo referência a algumas de suas palavras, utiliza-se de seu quadro de referências. Em outros termos, o enunciador se apropria das palavras de outra formação discursiva, criando correspondências com a formação discursiva na qual se inclui. Assim, ele está necessariamente falando não sobre um outro "real", mas sobre um simulacro desse outro que ele construiu a partir de sua interincompreensão.

No folheto em análise, o enunciador ipesiano constrói e divulga a "realidade" de um trabalhador soviético a partir da "tradução" sustentada nas suas interpretações da lei comunista. Para isso, foi necessário que ele produzisse um simulacro do que era esse perfil de trabalhador soviético que consta nos textos de lei, visto que, como discutimos anteriormente, a identidade se constrói por uma relação de alteridade.

No trecho que segue, a interincompreensão aparece tematizada:

> Devemos notar que esta LEI COMUNISTA nada diz a respeito do direito destes «sindicatos», no que se refere à participação nos contratos coletivos de salários e de condições de trabalho. O termo «contrato coletivo» tem para os comunistas um significado completamente diferente do que tem para os sindicatos livres e democráticos.[56]

Ao afirmar que "o termo «contrato coletivo» tem para os comunistas um significado completamente diferente do que tem para os sindicatos livres e democráticos", o enunciador do folheto traz à baila o debate acerca dos diversos significados que um termo pode ter, identificando que a compreensão dos comunistas acerca do "contrato coletivo" é bem distinta da defendida pelos sindicatos democráticos. Ressaltamos que é exatamente essa

[56] AN. Fundo AP25. cx. 37. Folheto "Se você Fosse um trabalhador Soviético". P.5. Arquivo Nacional. Fundo Ipês.

diferença de "significação" que separa suas identidades. Ou seja, se eles tivessem exatamente a mesma compreensão de mundo, teriam o mesmo sentido. Ressaltamos ainda que essa tematização da interincompreensão parece servir como um alerta para o co-enunciador, evidenciando a não-correspondência dos sentidos atribuídos aos termos.

Logo, quando se faz uma citação da palavra do outro, há um deslocamento dos sentidos que se movem entre formações discursivas distintas, promovendo uma espécie de "tradução" oriunda de uma interincompreensão do dito por esse outro. Por essa perspectiva discursiva, o poder de convencimento de um discurso, em nosso caso o discurso anticomunista, reside também na sua capacidade de "tradução" do discurso do outro. Observamos aqui especialmente com esse folheto a tradução da legislação soviética, que, a todo o momento, insere o co-enunciador na ficção "Se você fosse um trabalhador soviético".

> Se você fosse um trabalhador soviético, será que gostaria de pertencer a um «sindicato» obrigado por LEI a fazer com que você trabalhe AINDA MAIS e que só tem direito de expressar a vontade do CSS, do Partido Comunista?
>
> OUTRA PERGUNTA: se — como dizem sempre os comunistas — os trabalhadores são donos de tudo, nos países comunistas porque os governos comunistas criam LEIS, por que proíbem aos trabalhadores a formação de sindicatos livres, verdadeiramente livres, da forma que melhor desejem?[57]

Ao lançar mão de perguntas retóricas em sua finalização, visto que esse fragmento encerra o folheto, o enunciador do material procura inscrever seus co-enunciadores num diálogo impossível, pois se trata de um folheto e não de uma conversa, um debate ou mesmo uma entrevista. A resposta a essas indagações finais não virão do co-enunciador leitor do folheto, mas foram sendo construídas ao longo de todo o material.

---

[57] AN. Fundo AP25. cx. 37. Folheto "Se você Fosse um trabalhador Soviético". p.8. Arquivo Nacional. Fundo Ipês.

Pressupondo como co-enunciadores um público amplo, composto de trabalhadores (ao menos supostamente) interessados no modelo de sindicato soviético, o enunciador vai passo a passo construindo a identidade do trabalhador brasileiro a partir do confronto com o que ele apresenta como sendo o trabalhador soviético, divulgando assim, de forma bastante didática, um simulacro do mundo comunista. Pontuamos novamente que é pela relação que se estabelece com o outro, seja ela de aproximação ou afastamento, que se produz a identidade. No caso específico, o enunciador do folheto procura construir uma identidade para o co-enunciador "você" (trabalhador brasileiro) que se opõe ao que ele produziu como sendo a identidade do "trabalhador soviético".

Utilizando-se do gênero folheto, que, como apresentamos anteriormente, caracteriza-se por apresentar/divulgar ideias de maneira sucinta, o Ipês, ao produzir esse tipo material, propõe um diálogo direto com os trabalhadores brasileiros, dando visibilidade a uma identidade anticomunista. De modo simultâneo, esse diálogo atua no sentido da ampliação de tal identidade entre os trabalhadores do país.

O Ipês na produção de um ideário de democracia: estratégias de legitimação social

A disputa de sentido em torno da democracia pode ser percebida ao longo de todos os materiais aqui analisados que foram produzidos pelo Instituto. O discurso anticomunista da época, não só o ipesiano, pautava-se em uma suposta defesa da democracia[58]. Parece-nos interessante observar que democracia estava sendo propalada, visto que o movimento de abril de 1964 depôs um presidente eleito de forma democrática. Logo, somente por uma crença

[58] Esta estratégia não surgiu no Brasil, mas impôs-se na guerra de palavras que caracterizou a Guerra Fria desde, pelo menos o discurso pronunciado por Churchill em Fulton, antes mesmo do término da Segunda Guerra, opondo a ditadura soviética à democracia americana, separadas por uma "cortina de ferro". A mesma disputa se fez presente na Conferência de Yalta (janeiro de 1945) e, posteriormente, na chamada Doutrina Truman.

de que a democracia estava ameaçada, ou que esta já havia sido atacada, é que se justificaria uma intervenção militar.

Tal crença, como vimos ao longo deste trabalho, apresentou-se de diferentes maneiras nas produções ipesianas, muitas delas incorporando a defesa de um "sindicalismo democrático", da "democratização do capital" ou das "forças democráticas". O conceito de "democracia" defendido pelos membros do Ipês desdobrava-se em todas as suas bandeiras específicas, permeando seu discurso. Com isso, o discurso anticomunista era divulgado como democrático, atuando em prol de sua própria legitimação.

É bem verdade que a luta para construir-se como democrática, não é um privilégio da ditadura militar brasileira. Ao contrário, se pensarmos nas ditaduras que marcaram os últimos séculos, veremos que esse movimento foi e é bastante recorrente. No entanto, parecem-nos pertinentes os seguintes questionamentos: que democracia estava sendo defendida e aclamada? O entendimento sobre o conceito de democracia tem sido o mesmo ao longo da história?

Buscando refletir acerca desses questionamentos, visto que respondê-los de maneira profunda demandaria um estudo mais acurado sobre o assunto, tomamos por referência os apontamentos de Ellen Wood (2006) no livro *Democracia contra capitalismo*. A autora presenteia seu leitor com uma abordagem histórica do conceito de democracia, que é analisada, sobretudo, nas especificidades do capitalismo.

Abordando minuciosamente as nuanças da democracia ateniense da Grécia Antiga até a democracia sob a égide do capitalismo, Wood indica os deslocamentos sofridos nesse regime político. Pensando em formas antigas e modernas de democracia, a autora identifica que, na forma de democracia vigente no capitalismo, o poder está na propriedade.

Para Wood, na democracia capitalista a separação entre posição de classe e condição cívica precisa ser compreendida como operando em duas direções: sob a égide do capitalismo a posição socioeconômica não determina o direito à cidadania — e em certa medida esse é um aspecto democrático na democracia capitalista — mas, como na sociedade capitalista, a apropriação do trabalho excedente dos trabalhadores não depende de sua condição jurídica, a igualdade civil não afeta diretamente nem modifica as estruturas das

desigualdades de classe — e essa é a principal limitação da democracia no capitalismo (Wood, 2006: 184).

Diferentemente do que ocorria na democracia antiga, em que a liberdade era a principal característica de um cidadão, pois esse era senhor de seu trabalho, no mundo capitalista ser cidadão não significa ser livre para optar por vender ou não sua força de trabalho. Constatamos com isso que a moderna ideia de democracia não se confronta com os princípios do capitalismo. Por isso, não devemos estranhar o fato de setores historicamente antidemocráticos apresentarem no período da história recente um discurso ávido pela democracia. Isso se deve ao fato de que a democracia é definida cada vez menos em termos de governo pelos demos e mais em termos de liberdades civil e de expressão.

O que antes era alvo do ataque das elites passa então a ser uma de suas principais bandeiras: a democracia. Uma democracia em que o homem seja livre para investir, para lucrar. Em suma, uma democracia aliada ao capitalismo e, em última instância, ao liberalismo.

Essa era a democracia defendida pelos membros do Ipês em suas produções. Tal compreensão de democracia em muito se distinguia daquela que vislumbrava, em uma maior participação da população brasileira na vida política, um caminho para sua ampliação e consolidação. Assim, numa movimentação, a nosso ver, contraditória, os setores que se autointitulavam democráticos foram contrários, por exemplo, à proposta de reforma eleitoral do presidente João Goulart, que pretendia, entre outras coisas, estender o direito de voto aos analfabetos e integrantes de baixas patentes das forças armadas.

A democracia defendida pelos anticomunistas emergia de um ideário próprio advindo do interior da estratégia psicossocial da Escola Superior de Guerra (ESG), desdobrando-se no discurso anticomunista do Ipês. Assim, o movimento de 1964 e o regime que o seguiu sustentaram sua legitimação não somente em seus feitos econômicos, como no caso do "milagre econômico"[59], mas também, essencialmente, na ideia de que o regime representava a defesa da democracia (Rezende, 2001).

[59] Essa expressão designa no Brasil o período que vai de 1968 a 1973, marcado por uma grande propaganda da política econômica do Governo Federal, que sustentava-se na divulgação de altas taxas de crescimento econômico e baixos índices de inflação.

Pouco a pouco, um sistema de ideias e valores sobre uma suposta democracia foi sendo produzido, dando visibilidade aos anseios de uma elite orgânica sedenta para chegar ao poder e manter-se nele.

Segundo Rezende (2001), nessa conjuntura, o entendimento de democracia compartilhado pelas lideranças do Ipês/IBAD era o de combate aos comunistas. Logo, ser democrata significava opor-se às reformas de base, lutar contra as convicções não cristãs, enfrentar as organizações sindicais trabalhistas de esquerda e, assim, proteger a nação e assegurar a democracia. O discurso anticomunista ipesiano aqui analisado, tanto o expresso no programa televisivo *Peço a Palavra* quanto no folheto "Se você fosse um trabalhador soviético", confirmam as palavras de Rezende, que identifica na conjuntura histórica dos anos sessenta que o ideário de democracia produzido tinha como pilar o combate ao comunismo.

Visando exemplificar de que maneira esse ideário de democracia materializou-se nas produções do Ipês, selecionamos alguns fragmentos de textos nos quais a questão democrática aparece ressaltada.

Uma das táticas utilizadas pelos setores organizadores do golpe consistia na desestabilização do governo Jango, que deveria ser divulgado como ineficiente e frágil, não sendo capaz de proteger o Brasil das garras do comunismo.

> Eles estão aqui no continente americano e podem ameaçar esta democracia tão frágil na qual vivemos. A democracia é o regime mais frágil e mais ameaçado. Depende de nós, exclusivamente de nós, defendermos o direito da liberdade contra a força totalitária.[60]

O pronome "eles" é utilizado para referir-se aos comunistas, enquanto o pronome "nós" inclui o co-enunciador telespectador na mesma realidade do entrevistado, realidade essa adjetivada como "frágil". Um cenário de embate é produzido ao final do trecho: de um lado, tem-se a liberdade e, de outro, a força totalitária. O resultado desse embate, como aponta o entrevistado "depende de nós, exclusivamente de nós...". Ao repetir o pronome "nós" e

[60] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 13/09/1962.

utilizar-se da expressão "exclusivamente", o enunciador-entrevistado procura ressaltar a participação de seu co-enunciador nesse processo.

Como vimos, segundo os anticomunistas, a democracia estava sendo ameaçada pelo comunismo, exigindo, por isso, uma defesa incondicional dos brasileiros no sentido de garanti-la. Assegurar a democracia, na competência discursiva dos anticomunistas do Ipês, significava, entre outros propósitos, implementar mudanças na política econômica do país, pois, como afirmava o economista Jamil Munhoz, entrevistado pelo Ipês: "Penso que a democratização do capital é a forma através da qual se pode não apenas obter uma democracia política, mas, também, econômica".[61]

A defesa da democracia passava, entre outros aspectos, pela defesa das empresas de capital aberto e o incentivo à população para participar das empresas através da compra de ações. Além disso, era necessário, a todo momento, reafirmar a incompatibilidade dos ideais democráticos com o comunismo:

> A convivência entre o comunismo e a democracia é difícil para ambos os lados, e mais, ainda, para o nosso lado. Nós queremos viver tranquilos, livremente, sem ameaças revolucionárias constantes e permanentes. É verdade que eles, para alcançar um fim, entram todos os meios e os ideais e, assim, nem sempre há boa fé; eles procuram atingir o objetivo, sejam quais forem os meios[62].

Democracia e comunismo eram sempre colocados em lados distintos, cuja convivência, como prevenia o entrevistado, destacava-se pela dificuldade. A utilização do pronome possessivo "nosso", bem como o pronome pessoal "nós", conforme aparece na citação, procurava produzir uma aproximação entre o entrevistado e seu telespectador.

Percebemos que o sentido da palavra "democracia" foi extremamente disputado na conjuntura histórica por nós analisada. Tal disputa pode ser

---

[61] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 08/11/1962.

[62] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 13/09/1962.

exemplificada pela entrevista com o deputado Padre Godinho, na qual ele discorre sobre sua compreensão de democracia:

> PERGUNTA: Como encara V. Ex.ª o tema "Igreja e Democracia"?
>
> RESPOSTA: É um tema de importância o da Democracia nas suas relações mútuas com a Igreja. Democracia é um sistema de governo e ninguém a definiu melhor do que o Presidente Lincoln, dos Estados Unidos, num dos seus mais famosos discursos: "É um governo do povo, pelo povo e para o povo."[63]

Limitando-se a definir democracia como um governo do povo, pelo povo e para o povo, o discurso anticomunista contrapunha-se às reformas de base propostas por Jango, que defendiam uma ampliação de direitos nos âmbitos eleitoral, educacional, agrário, urbano, entre outros. O conceito de democracia no discurso anticomunista era tomado somente no que diz respeito ao *status* cívico do cidadão, não problematizando as desigualdades contemporâneas, que, no mundo capitalista, surgem como efeito das desigualdades econômicas e sociais e não da desigualdade cívica, como no mundo antigo.

Discorrendo sobre a participação política dos cidadãos, o padre e deputado Godinho afirma que, ao participar da vida pública, o ser humano sai da esfera privada, sendo necessários alguns mecanismos que o conduzam, pois "o homem ao unir-se a um agrupamento desses, necessita de uma autoridade que o dirija, que ponha em funcionamento essa estrutura social e jurídica de que é componente"[64]. A nosso ver, ao defender um poder público, um Estado, o entrevistado contrapunha-se aos ideais comunistas que defendiam, a longo prazo, a extinção desse poder.

Ao defender a existência do Estado, Godinho também afirmava que:

---

[63] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 1º/11/1962.

[64] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 1º/11/1962.

> A função do Estado é a harmonização da liberdade do indivíduo com a autoridade do Poder Público. É presidir toda essa estrutura social a qual pertencem homens das mais variadas tendências, das mais diferentes posições.[65]

Assim, o entrevistado colocava-se como quem podia dizer como esse poder devia comportar-se e qual seria a sua função. Após explanar sobre o que compreendia como sendo as funções do Estado, o entrevistado apresentava para seu telespectador, através de uma pergunta retórica, um cenário bipolar:

E qual o sistema mais adequado, mais rápido, mais perfeito para que haja essa harmonia entre a liberdade do indivíduo e a liberdade do Estado? Aquele que deseja destruir o indivíduo em favor do Estado, que quer que o Estado absorva o indivíduo, reduza-o a uma máquina, a uma peça ou aquele que sobrepõe a liberdade do indivíduo a do Estado. Ambos são contra os homens[66].

Na competência discursiva dos enunciadores do Ipês duas possibilidades eram apresentadas como antagônicas e contrárias ao homem. Como poderemos observar na continuidade da argumentação do Padre Godinho, a escolha dava-se entre anarquia ou despotismo:

> A medida do bem comum, a medida do Estado é sempre o homem com sua dignidade inalienável, intangível e intransferível. Quando a liberdade do indivíduo se sobrepõe a liberdade do Estado, temos a anarquia. Quando o Estado absorve o indivíduo em favor de uma máquina, nós temos o poder despótico, a tirania, o Estado totalitário. Entre a anarquia que elimina o Estado e a ordem, e o despotismo, o meio termo é a Democracia. O governo do povo, pelo povo e para o povo.[67]

---

[65] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 1º/11/1962.

[66] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 1º/11/1962.

[67] AN. Fundo AP50. cx. 51. Resumo taquigráfico do programa *Peço a palavra* exibido em 1º/11/1962.

Entre dois extremos, que, segundo o discurso anticomunista, não prezavam pelo homem, a democracia emergia como meio termo, como o único sistema capaz de beneficiá-lo. É importante lembrar que a democracia defendida pelos ipesianos era fruto de um ideário produzido e disseminando antes do movimento de 1964, com vistas, justamente, a legitimá-lo. Tal concepção de democracia permeou todo o regime, funcionando como um dos pilares que justificavam a permanência dos militares no poder.

Na disputa com seus adversários, comunistas, trabalhistas, sindicalistas, militantes do movimento estudantil, entre outros, por um ideário de democracia, o discurso anticomunista saiu vencedor. Como anuncia a manchete do jornal *O Globo* do dia seguinte à intervenção militar: "Fugiu Goulart e democracia está sendo reestabelecida. Empossado Mazzilli na presidência"[68]

Se pensarmos o discurso com base na ideia de "prática discursiva", ou seja, com a premissa de que os enunciados não somente refletem uma determinada parcela da realidade, como também a produzem, identificaremos nessa manchete do jornal *O Globo* a visibilidade dada ao ideário de democracia defendido pelos anticomunistas. Ao mesmo tempo em que tal enunciado procura construir o sentimento de que a democracia não vinha sendo implementada e que, após o movimento de 1º de abril, ela estaria sendo reestabelecida.

Disputar o poder na conjuntura de início dos anos 1960 significou, sobretudo, disputar o imaginário social sobre a ideia de "democracia". Convencer a população brasileira de que uma invasão comunista estava em curso no país e que, consequentemente, a democracia não estava assegurada, passava por produzir uma determinada compreensão de democracia. Nesse sentido, acreditamos que o discurso anticomunista, em nosso caso, os materiais produzidos pelos grupos de estudo e ação do Ipês, ocuparam papel de destaque nesse processo.

---

[68] Biblioteca Nacional (BN). Rio de Janeiro. *O Globo*. 02/04/1964. P. 1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> *O medo seca a boca, molha as mãos e mutila. O medo de saber nos condena à ignorância; o medo de fazer nos reduz à impotência. A ditadura militar, medo de dizer, nos converteu em surdos e mudos. Agora a democracia, que tem medo de recordar, nos adoece de amnésia; mas não se necessita ser Sigmund Freud para saber que não existe o tapete que possa ocultar a sujeira da memória.*
>
> [**EDUARDO GALEANO**, O LIVRO DOS ABRAÇOS, 2003]

Intitulado "A desmemoria/2", o texto do escritor uruguaio Eduardo Galeano traz à baila as disputas inerentes ao fazer história. Mostra-nos que precisamos a todo instante recordar que a História também se constitui como um espaço de polêmicas, deslocamentos, em que o fato histórico pode ser abordado por diferentes prismas, a partir dos múltiplos olhares de distintos atores sociais.

Como há muito sabemos, tais disputas determinam inclusive o que será ou não estudado pela História, produzindo aquela dos vencedores ou a dos vencidos. Uma das contribuições que pretendemos dar com este livro orienta-se no sentido de pensar que pleitear/produzir a memória histórica de um determinado fato faz parte de um processo que temporalmente não se situa somente no momento posterior ao fato, mas também nos acontecimentos que o precedem.

Assim sendo, pensar a intervenção militar no Brasil em abril de 1964 levando em consideração as disputas de memória, ou ainda, de seu registro histórico como golpe ou revolução, implica compreender a conjuntura que antecede o movimento, bem como os discursos produzidos nesse contexto, que disputam uma visão social dos acontecimentos históricos, atuando, em última instância, numa disputa de memória.

Os enunciados anticomunistas produzidos pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais atuaram plenamente nessa disputa, materializando um projeto de classe da burguesia nacional que nesse momento almejava estabelecer-se e consolidar-se no poder. Após uma ampla leitura sobre o contexto pré-64 e análise de diversos materiais produzidos pelo Ipês, concluímos que esse Instituto atuou como um dos principais formuladores de consenso que, ao articular-se com a coerção desferida pelos militares, produziria a conquista do Estado, ou ainda, a conquista da hegemonia.

Em nossas análises, privilegiamos essa atuação no que tange à produção/divulgação de um discurso anticomunista, que, como vimos, lançou mão de mitos, como os de combate, na construção de seu inimigo: o comunismo e seus adeptos. Disseminando um sentimento de medo e instabilidade política, o discurso anticomunista atuou no sentido de produzir a ideia de que somente as forças armadas conseguiriam assegurar/restaurar a ordem democrática no país.

Para além disso, o discurso anticomunista incidiu diretamente na desumanização do outro, criando um afastamento, como vimos no folheto analisado, entre os trabalhadores brasileiros e os trabalhadores soviéticos. Tal afastamento desdobra-se no distanciamento entre brasileiros e comunistas, que, segundo o discurso ipesiano, estão em lados opostos de uma arena.

Assim, abordar a conjuntura que antecedeu a deposição de João Goulart sob a ótica discursiva significa, a nosso ver, lançar um olhar que privilegie a produção do consenso, no que se refere à sua dimensão transformadora, ou ainda, sua capacidade de atuação na alteração ou permanência de um determinado *status quo*.

Nesse sentido, a articulação História e Análise do Discurso mostrou-se extremamente eficaz, extrapolando em muito o objetivo de compreender um dado funcionamento discursivo. Dizemos, com isso, que a Análise do Discurso colaborou significativamente em nossas reflexões acerca da linguagem e também nas nossas análises dos enunciados ipesianos. No entanto, é necessário afirmar que os diálogos promovidos entre a pesquisa histórica e uma abordagem discursiva não se restringiram à sua utilização como aparato metodológico. Do entrelaçamento entre essas disciplinas novas perspectivas emergiram,

implicando não somente em uma abordagem analítica diferenciada, mas, a partir do pressuposto que a linguagem também produz a realidade, tal entrelaçamento atuou na produção de uma determinada forma de fazer História.

Nosso livro direciona-se para uma escrita da História que compreenda o terreno da linguagem não somente como uma dimensão na qual as mudanças sociais possam ser apreendidas, mas também, e talvez essencialmente, onde tais mudanças são produzidas.

Cremos ser bastante relevante pensar a sociedade em que vivemos a partir da ótica dos discursos produzidos, discursos esses, como o anticomunista, que atuaram na produção do medo e na obrigatoriedade de um posicionamento reativo por parte de amplos segmentos sociais. Dessa forma, a temática trabalhada apresenta-se não só atual como necessária.

A primeira década do século XXI — esta em que nos situamos — encontra-se extremamente marcada por discursos produtores do medo, que, assim como durante o século XX justificaram bombardeios e ditaduras, agora servem como argumentação para "guerras justas" que se colocam como guerras necessárias para "extirpar o terror".

Assim como foi "necessário" prender, torturar e assassinar vários brasileiros e brasileiras, ditos "subversivos", a fim de proteger o país de uma "invasão comunista", atualmente assistimos à produção de uma nova necessidade: prender, torturar e exterminar jovens pobres, moradores de comunidades, a fim de conter a "invasão do tráfico". A mídia hoje muito mais desenvolvida, com organismos para além do que o Ipês conseguiu organizar, atua cotidianamente na produção de consenso, dando visibilidade e também produzindo uma "guerra particular", que assim como a guerra contra o comunismo, atende a determinados interesses.

Arriscamos dizer que em 1964 produziu-se uma ideia de que "os homens de verde" (referência aos militares do Exército, motivada pela cor de sua farda) iriam proteger o país. Recentemente, no decorrer de 2007, os discursos produzidos pela grande mídia convergem para uma ideia de que os "homens de preto" (referência aos policiais do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro — o BOPE) são os heróis nacionais que podem salvar a pátria brasileira.

Coincidência interessante é que nessa mesma grande mídia, que de maneira implícita faz apologia da tortura e do extermínio como métodos de uma política de segurança pública, recentemente pudemos perceber uma revisitação do discurso anticomunista que se desdobrou em matérias de temáticas variadas.

Seja por uma ferrenha crítica a uma determinada coleção de livros didáticos de História[69], baseada na argumentação de que es fazia apologia ao comunismo, ou por uma série de reportagens que se esforçaram por "desconstruir o mito Che"[70], a presença do discurso anticomunista pôde ser amplamente percebida.

Atualiza-se assim a necessidade de afirmar a linguagem como terreno privilegiado para a luta de classes, como espaço de resistência e de produção de novas possibilidades. Em tempos em que crianças brincam de práticas de tortura, repetindo frases do filme *Tropa de Elite*[71], cabe, como indica Galeano, levantar o tapete que tenta ocultar a sujeira da memória.

Nesse movimento doloroso e quase solitário, alguns poucos teimam em levantar esse tapete, revirando arquivos abertos e lutando pela abertura de tantos outros que, trancados, tentam ocultar a sujeira de nosso passado. Em 2007, no mesmo ano do lançamento de um filme como *Tropa de Elite*, sucesso de público antes mesmo de ser lançado oficialmente, no qual a prática de tortura é naturalizada, foi lançado o documentário produzido pelo Grupo Tortura Nunca Mais, chamado *Memória para Uso Diário*[72].

Entrelaçando histórias de vidas torturadas, seja durante a ditadura militar ou mesmo durante o nosso atual "regime democrático", o documentário, de maneira bastante eficiente, aponta para o perigo da produção de inimigos,

---

69 Fazemos referência às críticas feitas à coleção "Nova História Crítica" do historiador Mário Schmidt, publicada pela editora Nova Geração.

70 Tal comentário refere-se à Revista *Veja* publicada em outubro de 2007, cuja matéria principal intitulava-se "Che: a farsa do herói".

71 Filme dirigido por José Padilha, inspirado no livro "Elite da Tropa", de autoria de André Batista, Rodrigo Pimentel e Luiz Eduardo Soares.

72 Filme dirigido por Beth Formaggini, com apoio financeiro da União Europeia.

ditos subversivos, terroristas, traficantes etc. De maneira espetacular são trabalhadas questões como alteridade, produção de identidade, desumanização do outro, remetendo-nos às reflexões feitas neste livro ao analisar o discurso anticomunista dos materiais ipesianos.

Na conjuntura por nós investigada, o outro, o comunismo, a todo momento, foi traduzido e divulgado pelos anticomunistas segundo sua visão de mundo, marcada pela interincompreensão, dando visibilidade, assim, a uma determinada comunidade discursiva, ao mesmo tempo que objetivava ampliá-la.

Ampliar tal comunidade significava fazer crescer a legitimidade social da derrubada de João Goulart, ou ainda, atuava exatamente na produção do consenso favorável ao golpe, que o compreenderia como sendo um mal necessário. O discurso anticomunista do Ipês, agindo como produtor de consenso, apresenta-se como um dos pilares de sustentação do projeto de tomada do poder pela burguesia nacional de capital associado.

Partindo desses pressupostos, consideramos válida a possibilidade de pensar o Ipês como órgão que, por meio de seu discurso anticomunista, deu materialidade a um projeto de classe, exercendo papel ímpar na legitimação do golpe de 1964. Como afirma a jornalista Denise Assis, de poucas salas na Avenida Rio Branco saíram documentos, seminários, programas, filmes e folhetos, que, divulgados por toda a sociedade, atuavam com objetivo claro de influenciar nos mais variados segmentos da sociedade construindo um cenário para que a derrubada de Goulart transcorresse sem resistências (Assis, 2001: 21).

Não propomos uma análise que afirme que a ditadura militar instaurada a partir de 1º de abril de 1964 deu-se apenas pelo consenso, ou mesmo pela sua preponderância nessa dada conjuntura. Ao contrário, o que prevaleceu foi a coerção, pois, em última instância, o que se instaurou foi uma ditadura e não um regime democrático. No entanto, cabe ressaltar que a ditadura que se instaurou no país em 1964 não se sustentou somente pela força das armas, mas também produziu modos de pensar e sentir. Não bastaria reprimir, era preciso convencer a todos da necessidade de combater o comunismo, justificando assim a própria repressão.

Rio de Janeiro. Arquivo Nacional (AN)

Documentos

Ref.: QL AP25 Caixa 35. Estatutos do IPÊS.

Ref.: QL AP25 Caixa 37. Folheto "Se você fosse um trabalhador Soviético...".

Ref.: S7 AP50 Caixa 51. Resumo Taquigráfico do Programa Peço a Palavra de 23 de agosto de 1962.

Ref.: S7 AP50 Caixa 51.Resumo Taquigráfico do Programa Peço a Palavra de 13 de setembro de 1962.

Ref.: S7 AP50 Caixa 51. Resumo Taquigráfico do Programa Peço a Palavra de 4 de outubro de 1962.

Ref.: S7 AP50 Caixa 51.Resumo Taquigráfico do Programa Peço a Palavra de 18 de outubro de 1962.

Ref.: S7 AP50 Caixa 51. Resumo Taquigráfico do Programa Peço a Palavra de 25 de outubro de 1962.

Ref.: S7 AP50 Caixa 51. Resumo Taquigráfico do Programa Peço a Palavra de 1º de novembro de 1962.

Ref.: S7 AP50 Caixa 51. Resumo Taquigráfico do Programa Peço a Palavra de 8 de novembro de 1962.

Ref.: S7 AP50 Caixa 51.Resumo Taquigráfico do Programa Peço a Palavra de 29 de novembro de 1962.

Ref.: S7 AP50 Caixa 51. Resumo Taquigráfico do Programa Peço a Palavra de 6 de dezembro de 1962.

Ref.: S7 AP50 Caixa 51. Resumo Taquigráfico do Programa Peço a Palavra de 13 de dezembro de 1962.

Ref.: S7 AP50 Caixa 51. Resumo Taquigráfico do Programa Peço a Palavra de 20 de dezembro de 1962.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Francis Wellington de Barros. *Igreja Católica e Comunismo: articulação anticomunista em periódicos católicos (1961-1964)*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia / Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

ASSIS, Denise de. *Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Mauad / FAPERJ, 2001.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. trad. de Claudia R. Castellanos Pfeiffer *et alii* Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. "Heterogeneidade(s) enunciativa(s)". In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n.19, jul / dez.1990. p. 25-42.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Revan; Brasília, DF: EdUnB, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. *Estética da Criação Verbal*. trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CARVALHO, Andréa de Souza. *De Revolução Salvadora à Conspiração Maligna: Representações da Revolução Cubana na Imprensa Brasileira*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. Coordenação da trad. por Fabiana Komesu. Rio de Janeiro: Contexto, 2004.

CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. trad. de Luiz Antonio Aguiar. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. *Governos militares na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2001.

COHN. Norman. "Como adiquirió el tiempo una consumación". In: BULL, Malcon. *La teoria Del apocalipisis y los fines Del mundo*. México: Fondo de Cultura Economica, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DAHER, Del Carmen. Uma análise lingüístico-discursiva do pronunciamento de Getúlio Vargas aos trabalhadores em 1º de maio de 1938. *Matraga*, vol.14, n. 20. Rio de Janeiro, jan. / jul. 2007.

DEUSDARÁ, Bruno. *Imagens da alteridade no trabalho docente: enunciação e produção de subjetividade*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras / Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

DEUSDARÁ, Pâmella Passos & GIORGI, Maria Cristina. "Alianças e antagonismos: formas de alteridade no manual de concurso para professores e no folheto de propaganda política" In: SANT'ANNA, Vera & DEUSDARÁ, Bruno (orgs). *Trajetórias em enunciação e discurso: conceitos e práticas*. São Carlos: Claraluz, 2007.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente. Uma cidade sitiada (1300-1800)*. trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O que sobrou do paraíso?* trad. de Maria Lúcia Machado. São Paulo. Cia das Letras, 2003.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. trad. Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. "O Comício Revisto". In: *Nossa História*, ano I nº 5, março de 2004, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional.

____. "O trabalhismo radical e Colapso da democracia no Brasil". In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. p. 41-51

FERREIRA, José Roberto Martins. *Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Ciências Sociais. São Paulo: PUC-SP, 1986.

FICO, Carlos. *Além do golpe: a tomado do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos *et alii* (orgs.). *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas*? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FLORES, Valdir do Nascimento & TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Lingüística da Enunciação*. São Paulo: Cortez, 2005.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. trad. de Eric Nepomuceno. 10ed. Porto Alegre: L&PM, 2003.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. trad. de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas.* 6ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado moderno*. trad. de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KELLNER, Douglas. *A Cultura da mídia—estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.* Trad. Ivone Castilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.

LÖWY, Michael. *Ideologia e Ciência Social: elementos para uma análise marxista.* 14a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. trad. de Freda Indursky. 3ª ed. Campinas: Pontes; Editora da Unicamp, 1997.

_____. *Análise de Textos de Comunicação*. trad. de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Gênese dos Discursos*. trad. de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. trad. de Maria Lucia Cumo.16ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa*: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP,1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. "Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia". In: R*evista História & lutas de classes*. nº 1. Rio de Janeiro: ADIA, abril, 2005.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia Inacabada*: a política dos comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo,1999.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

_____. *Tramas do mal: a Revolução de Outubro no plano das representações (1917-1921)*. Tese (Titular). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.

MORRAY, J. P. *Origens da Guerra Fria: de Yalta ao desarmamento*. trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1961.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. *Em guarda contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva; FAPESP, 2002.

_____. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004.

RÉMOND, René (dir.). *Por uma história Política*. trad. Dora Rocha. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil*: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984. Londrina: Ed. UEL, 2001.

ROCHA, Décio & DEUSDARÁ, Bruno. *Análise de Conteúdo e Análise do Discurso*: o lingüístico e seu entorno. *D.E.L.T.A.*, São Paulo.v. 22. nº 1. 2006. p. 29-52.

ROSSI, Clovis. *Militarismo na América Latina*. col. "Tudo é história", 4ª edição.São Paulo: Brasiliense, 1990.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. trad. de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANT'ANNA, Vera Lucia de Albuquerque. *O trabalho em notícias sobre o Mercosul: heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade*. São Paulo: EDUC, 2004.

SILVA, Eduardo Gomes. *A Rede da Democracia e o Golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/ Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política. As mudanças de padrões na vida brasileira*. trad. Italo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: Fábrica de Ideologia*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. "1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo" In: *Crítica Marxista*. nº 19, 2004.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. trad. Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2006.

Ao tematizar o papel desempenhado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês) no período que antecedeu o golpe empresarial-militar no Brasil dos anos 1960, o trabalho de Pâmella Passos oferece elementos valiosos para uma leitura da história política do Brasil. O debate provocado pela autora em torno da produção dos discursos anticomunistas das elites vem enfatizar o lugar ocupado pela palavra que, muito além de apenas representar um certo estado de realidade, assume plenamente seu papel na produção desse real.

Leitura obrigatória em tempos de ressignificação do ideal democrático que dá o tom das lutas sociais, quando a temática dos golpes e da produção do medo não pode definitivamente ser tratada como coisa do passado.

DÉCIO ROCHA
Professor Associado de Linguística – UERJ

mórula
EDITORIAL